



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**EDITAL N. 029/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO, DE 27 DE MARÇO DE 2026.**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - UASG 925006  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0005672-85.2025.8.22.8000  
MENOR PREÇO**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 029/2026				
Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: <b>15/05/2026, às 09:00h (horário de Brasília),</b> no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>			Limite para esclarecimentos e impugnações ao Edital: <b>12/05/2025.</b>	
<b>Objeto:</b>				
Fornecimento de Solução de rede de comunicação de dados, utilizando tecnologia Lan-to-Lan e/ou linha privativa Ethernet, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.				
<b>Valor Total Estimado:</b>				
O orçamento desta Administração é sigiloso, com fundamento no art. 24 da Lei n. 14.133/2021, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.				
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Modo de disputa</b>	<b>Intervalo mínimo de entre lances</b>	
( ) sim (x) não	(x) Facultativa ( ) Não necessária	(x) Aberto ( ) Aberto e Fechado ( ) Fechado e Aberto	(x) R\$ 0,01 ( ) R\$ _____	
<b>Licitação Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Reserva ME/EPP?</b>	<b>Cota</b>	<b>Ampla Concorrência?</b>	<b>Prioridade ME/EPP local ou regional?</b>
( ) sim (x) não	( ) sim (x) não		(x) sim ( ) não	<b>Exige amostra/demonstração?</b> ( ) sim (x) não
<b>Telefone para contato:</b>		<b>e-mail para contato:</b>		
(69) 3309-6652		licitacoes@tjro.jus.br		
<b>Observações Gerais:</b>				
<p>- Tendo em vista a ausência de descrições idênticas de alguns itens, por ocasião do cadastramento junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (CATMAT), os mesmos foram cadastrados com descritivos similares, todavia, para cadastramento da proposta, deve-se observar e atender aos descritivos constantes no <b>ANEXO III</b> - Termo de Referência e <b>ANEXO I</b> - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances.</p> <p>- Após a fase de lances as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço atualizado e os documentos de habilitação exigidos no Edital, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a).</p> <p>- Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados serão encaminhados pela licitante, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a).</p>				

**1. PREÂMBULO**

1.1. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO), doravante denominado Tribunal, TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço, execução indireta, sob o regime de empreitada por PREÇO UNITÁRIO tendo por finalidade a qualificação de EMPRESAS e a seleção de propostas, sendo regida pela



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

Lei Federal n. 14.133/2021, pela Lei Complementar n. 123/2006 e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes, segundo as condições e especificações deste Edital e seus Anexos.

## 1.2. DO OBJETO

1.2.1. **Fornecimento de Solução de rede de comunicação de dados, utilizando tecnologia Lan-to-Lan e/ou linha privativa Ethernet, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.**

## 1.3. DA SESSÃO DE DISPUTA

**SESSÃO PÚBLICA DA DISPUTA: 09:00h do dia 15/05/2026 (horário de Brasília)**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

## 2. DA AUTORIZAÇÃO

2.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas deste Tribunal, conforme Processo Administrativo n. 0005672-85.2025.8.22.8000.

## 3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei n. 14.133/2021; e
- b) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei n. 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar n. 123/2006](#) e do Decreto n. 8.538/2015.

3.3. Somente para as licitantes cadastradas como microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a) que não ultrapassou os limites de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar;
- b) nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame; e
- c) nos itens não exclusivos, a manifestação no campo “não” apenas produzirá o efeito se a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo sendo qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4. Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte quando o valor estimado da contratação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme art. 4º, § 1º, da Lei n. 14.133/2021.

3.5. Não será permitida a participação de empresa em consórcio, uma vez que o objeto em questão apresenta ampla competitividade no mercado e não apresenta complexidade técnica ou econômica que exija a união de esforços de múltiplas empresas para o cumprimento das obrigações contratuais.

## 4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. O orçamento desta Administração é sigiloso, com fundamento no art. 24 da Lei n. 14.133/2021, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

## 5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral do SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

5.3. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

5.4. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PROCEDIMENTO DESTES PREGÃO ELETRÔNICO

### 6.1. Do envio da proposta pelo sistema eletrônico

6.1.1. A licitante credenciada interessada em participar deste Pregão Eletrônico deverá enviar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo considerada inválida a proposta apresentada por meio diverso.

6.1.2. Após acessar o sistema, o representante credenciado inserirá sua proposta inicial informando o **valor unitário** e o **valor total** proposto para cada item ofertado, em moeda nacional, com DUAS casas decimais, sem pontos e com vírgulas, para o objeto deste Edital até a data e horário previstos em seu Preâmbulo e, ainda, em campo próprio do sistema manifestar-se sobre todas as declarações exigidas.

6.1.2.1. É vedada a cotação parcial de itens, de quantidade inferior à demandada nesta licitação e de preços unitários distintos para o mesmo item licitado, independentemente da localidade de entrega.

6.1.3. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens, instalação e configuração ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados...) devem estar inclusas nos preços cotados.

6.1.4. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo a licitante ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo Descrição Complementar.

6.1.5. Caso a licitante entenda ser necessário, para fins de elaboração de sua proposta comercial, poderá realizar visita técnica ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, edifício sede, localizado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330 ou as localidades onde serão instalados os links, conforme indicado na **Tabela 1**, constante do **item 3, do ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital, para que tenha pleno conhecimento dos serviços especificados, do ambiente operacional e de todas as condições previstas para a elaboração da proposta e para prestação dos serviços.

6.1.6. Optando pela visita técnica, a licitante deverá agendá-la previamente junto ao Departamento de Infraestrutura de TIC – Desein, no horário de 7h às 14h, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (69) 3309-6541/6542, ou pelo e-mails "[sered@tjro.jus.br](mailto:sered@tjro.jus.br)", com cópia para "[dactic@tjro.jus.br](mailto:dactic@tjro.jus.br)".

6.1.7. A licitante fica ciente de que, optando ou não por realizar a visita técnica, posteriormente não será admitida qualquer alegação de desconhecimento das condições para a execução do Objeto deste Edital.

6.1.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.1.9. A licitante terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não tenha encerrado o período de tempo previsto para o seu encaminhamento. Uma vez abertas as propostas, o sistema não permitirá a retirada, alteração e/ou encaminhamento de nova proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

6.1.10. **No caso de haver divergência entre a descrição do código do serviço no aviso do COMPRAS.GOV.BR e o disposto nos Anexos deste Edital (Especificações), a licitante deverá obedecer ao que está disposto nestes Anexos.**

### 6.2. Da abertura e do critério de julgamento da proposta

6.2.1. Na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital serão abertas as propostas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar sua aceitabilidade, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.2. O(A) Pregoeiro(a) efetuará o julgamento das propostas pelo critério **MENOR PREÇO**, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.2.3. **Será desclassificada** a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que: contenha vícios insanáveis; não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital; apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

acima do orçamento estimado para o item; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.

6.2.3.1. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor máximo estimado para o item.

6.2.3.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 6.2.3.1 deste Edital, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

- a) que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.2.4. O critério de aceitabilidade dos preços propostos será o da compatibilidade com os preços de mercado.

6.2.5. Para divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros. Em caso de divergência entre os algarismos do preço e seu valor por extenso, será considerado este último.

6.2.6. No julgamento das propostas e dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada a todas as licitantes paridade de tratamento neste aspecto.

**6.3. Da fase de disputa e da formulação de lance**

6.3.1. Classificadas as propostas, na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase de disputa da sessão pública. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputa e ordenadas por valor.

6.3.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de disputa.

6.3.3. Para participar da fase de disputa, as licitantes deverão acessar o site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), opção Fornecedor > Acesso ao sistema > Fornecedor Brasileiro/Estrangeiro > Login e Senha.

6.3.4. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão formular lances sucessivos de menor valor, sendo informadas, imediatamente, sobre o seu recebimento com a indicação do respectivo horário e valor. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço.

6.3.4.1. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem crescente.

6.3.5. A licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado pelo sistema, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.3.6. Durante o transcurso da fase de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.

6.3.7. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.3.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.3.8.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração desta etapa.

6.3.8.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 6.3.8.1 deste Edital, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.3.8.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 6.3.8.1 e 6.3.8.2 deste Edital, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.

6.3.8.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos neste Edital, para a definição das demais colocações.

6.3.8.5. Após o reinício previsto no subitem 6.3.8.4 deste Edital as licitantes serão convocadas para apresentarem lances intermediários.

6.3.8.6. Encerrada a etapa de que trata o subitem 6.3.8.5 deste Edital, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.

6.3.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.3.10. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

- 6.3.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.3.12. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.3.13. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 6.3.14. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.3.15. Em caso de empate entre duas ou mais propostas iniciais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.
- 6.3.15.1. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público a ser realizado no próprio Sistema Eletrônico, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.3.16. Encerrada a etapa de lances, ocorrendo a situação denominada empate ficto, prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/2006, o Sistema Eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos inerentes à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma regulamentada pelo art. 45 do mesmo Estatuto.
- 6.3.16.1. **Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.**
- 6.3.16.2. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de **desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 6.3.17. Encerrado o tempo normal de disputa, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome da licitante. Em seguida, o(a) Pregoeiro(a) convocará a licitante que se encontre em situação de empate para, **no prazo de 5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item/grupo.
- 6.3.18. Não havendo manifestação da licitante convocada para registrar novo lance, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) dar encerramento à disputa do item/grupo.
- 6.3.19. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 6.3.20. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada. Para tanto, deverá se manifestar quando da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico. A apresentação dessas novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.
- 6.3.21. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 6.3.22. Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimado para o item, a negociação poderá ser feita com às demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no subitem 6.3.4.1 deste Edital, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no subitem 6.3.15 deste Edital.
- 6.3.23. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 6.3.24. Observado o prazo de que trata o subitem 6.5.1 deste Edital, o(a) Pregoeiro(a), deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.
- 6.3.25. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.
- 6.3.26. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.3.27. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.3.28. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) de data diversa.

**6.4. Dos benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte**

6.4.1. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

**6.5. Da proposta detalhada e da habilitação**

6.5.1. A PROPOSTA DETALHADA (modelo constante no **ANEXO I** deste Edital), **atualizada em conformidade com o menor lance eventualmente ofertado**, deverá ser encaminhada, pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado do momento da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico, e deverá conter:

- a) Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, fone fixo/celular e endereço eletrônico (e-mail);
- b) Descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo prazo de validade/garantia caso haja, em conformidade com as características exigidas no Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital; e
- c) Valor unitário e valor total de cada item.

6.5.1.1. Para fins de classificação, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, juntamente com a Proposta Detalhada, conforme disposição contida no subitem 6.5.1 deste Edital, deverá encaminhar:

- a) **declaração** indicando o(s) **Engenheiro(s) responsável(is)** pela implantação e manutenção da infraestrutura de rede e transmissão de dados;
- b) **comprovação** que possui em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, o(s) **Engenheiro(s) responsável(is)** indicado(s) na alínea "a" deste subitem. A comprovação do vínculo profissional será efetuada mediante a apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho; registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Contrato de Prestação de Serviços ou, ainda, qualquer outro meio admitido pela legislação pertinente. Para os dirigentes de empresas, tal comprovação poderá ser feita através de cópia da Ata da Assembleia em que se deu sua investidura no cargo ou, ainda, do contrato social;
- c) **declaração** do(s) **Engenheiro(s) responsável(is)**, indicado(s) na alínea "a" deste subitem aceitando o exercício da função de responsável(is) técnico(s) pela implantação e manutenção de infraestrutura de rede e transmissão de dados;
- d) **certidão de Acervo Técnico**, expedido por entidade competente, do(s) **Engenheiro(s) responsável(is)** indicado(s) na alínea "a" deste subitem, **comprovando a execução de serviços de implantação e manutenção de infraestrutura de rede e transmissão de dados (SLP e/ou SCM), com conexão ponto-a-ponto (um Ponto Concentrador a outros 5 (cinco) sites localizados em municípios/distritos distintos, com distância geodésica entre eles (ponto concentrador e os municípios/distritos) de no mínimo 50km e largura de banda igual ou superior a 50 (cinquenta) Mbps entre cada site e o ponto concentrador)**;
- e) **proposta comercial detalhada, contemplando**: a descrição da topologia física da Solução ofertada, o *backbone*, as tecnologias empregadas em cada segmento, bem como as respectivas capacidades; o detalhamento dos meios físicos de transporte de dados; a especificação das marcas e modelos dos equipamentos a serem utilizados, acompanhada do respectivo *datasheet*. **Ressalte-se que os equipamentos ofertados, quando aplicável, deverão possuir certificado de homologação expedido pela Anatel**; e

f) **certidão** emitida pela instância judicial competente, declarando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, caso se encontre em recuperação judicial, em consonância com o [Acórdão 1201/2020 - Plenário](#), do Tribunal de Contas da União - TCU.

6.5.1.2. O(s) **Engenheiro(s) responsável(is)** indicado pela empresa na alínea "a" do subitem anterior, deverá(ão) efetivamente participar da execução do Contrato, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pelo Tribunal.

6.5.1.3. A licitante deverá demonstrar em sua proposta o valor referente à isenção do ICMS em relação aos serviços de telecomunicação prestados para a Administração Pública Estadual, no âmbito do Estado de Rondônia, em consonância com as disposições inseridas no subitem **6.7** do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.5.1.4. A exigência contida na alínea "d" do subitem 6.5.1.1 deste Edital, deve-se ao fato de o Tribunal atentar-se às crescentes demandas na área de Tecnologia da Informação (TI), relacionadas aos Sistemas Administrativos, Sistemas Processuais Eletrônicos, PJe, Audiências Cíveis e Criminais por Videoconferência, Sistemas de Segurança por Videomonitoramento, Comunicação Unificada (VoIP - Voice over IP), Circuito fechado de TV sobre IP (CFTV-IP), Ensino à Distância (EAD), que necessitam cada vez mais de alta disponibilidade e com elevadas capacidades de comunicação para que possam suportar a crescente demanda de transferência de dados requerida, em vista da democratização dos serviços judiciários e de sua crescente informatização, refletindo em um aumento contínuo na dependência dos canais de comunicação entre os servidores do *Data Center* do Tribunal e as demais localidades que acessam estes recursos. A disponibilidade e velocidade dos canais de comunicação, tornam-se fatores limitantes na acessibilidade destes serviços pelos "clientes" do Tribunal, que estão em localidades remotas no interior do Estado. A baixa disponibilidade de banda irá gerar lentidão nos serviços disponibilizados pelo Tribunal, além de atrasos e interrupção nos acessos e, conseqüentemente, redução da agilidade no desenvolvimento dos trabalhos do Poder Judiciário.

6.5.1.5. As justificativas apresentadas nos subitens anteriores, para a exegese da alínea "d" do subitem 6.5.1.1 deste Edital, estão em consonância com o Acórdão n. 3.070/2013, do Tribunal de Contas da União - TCU - Plenário, senão vejamos:

[...]

5. Para o deslinde da matéria, impende transcrever, preliminarmente, **o inc. I do § 1º do art. 30 da Lei nº 8.666/93**, que trata especificamente da qualificação técnico-profissional, **verbis**: (grifos nossos)

[...]

6. **O cerne da discussão está relacionado à interpretação que se deve dar à parte final do aludido dispositivo** – “vedadas as exigências de quantidades mínimas”. Admitir-se-iam duas interpretações: a primeira, no sentido de que não seria possível exigir quantidades mínimas relativamente aos serviços objeto dos atestados fornecidos, e **a segunda, de que não seria aceita exigência de quantidades mínimas de atestados**. (grifos nossos)

7. **Entendo que a primeira interpretação não é a que mais se coaduna com o interesse da Administração** de se resguardar quanto à real capacidade técnica da licitante de prestar adequadamente os serviços pactuados. **Especialmente em serviços de maior complexidade técnica**, como os que envolvem o objeto do pregão promovido pela Ceron, **seria imprescindível a apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional com exigência de quantitativos mínimos, sob pena de a Administração atribuir responsabilidade pela prestação dos serviços a profissionais que não detêm capacidade técnica demonstrada na execução de serviços de porte compatível com os que serão efetivamente contratados**. (grifos nossos)

8. Por isso, **sou de opinião que a interpretação mais adequada do art. 30, § 1º, inc. I, in fine, da Lei nº 8.666/93, é a de que é possível, e até mesmo imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação, delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior a ser comprovada pelas licitantes** – compatíveis com o objeto pactuado –, **aí se inserindo a exigência de quantitativos mínimos concernentes ao objeto que se pretende contratar**. (grifos nossos)

...em futuras licitações, **ao exigir quantitativos mínimos para fim de comprovação da capacidade técnico-profissional das licitantes (art. 30, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93), apresente a devida motivação dessa decisão administrativa, evidenciando que a exigência é indispensável à garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame**. (grifos nossos)

6.5.1.6. Ainda, para corroborar tal exigência, por meio do Acórdão n. 534/2016 - Plenário, o TCU voltou a decidir ser lícito que a Administração exija quantitativos para a comprovação da capacidade técnico-profissional, **inclusive em nível superior aos quantitativos exigidos para a demonstração da capacidade técnico-operacional**. Isso porque, segundo a conclusão firmada, **embora a experiência da empresa, sua capacidade gerencial e seus equipamentos sejam fatores relevantes, profissionais qualificados são determinantes para o desempenho da contratada, senão vejamos**:

[...]

5. Como salientado pela instrução, **este Tribunal evoluiu sua jurisprudência para admitir ser possível – e até mesmo imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação – delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior do licitante quanto à capacidade técnico-operacional e técnico-profissional** (acórdãos 1.214/2013 e 3.070/2013 do Plenário). (grifos nossos)

[...]

11. **Não vejo problemas em exigir do profissional mais do que se exigiu da firma, consoante apontado pela unidade técnica**. A experiência da empresa na execução de obra é importante, mas não



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

determinante. **Sem profissional qualificado, a contratada não tem o mesmo desempenho, mesmo que tenha capacidade gerencial e equipamentos.** (grifos nossos)

6.5.1.7. De acordo com as disposições do Acórdão n. 534/2016 - Plenário, do TCU, não será aceito o somatório de Certidões de Acervo Técnico para a comprovação da exigência delineada na alínea "d", do subitem 6.5.1.1 deste Edital

6.5.1.8. A condição disposta na alínea "f" do subitem 6.5.1.1 deste Edital, considerou que a exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada, a fim de possibilitar à licitante em recuperação judicial participar do Certame, desde que demonstre sua viabilidade econômica e financeira.

6.5.1.9. O Tribunal se reserva à verificação das informações apresentadas pela licitante, por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 17, § 3º, da Lei n. 14.133/2021.

6.5.1.10. No prazo previsto no subitem 6.5.1 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.

6.5.2. A **HABILITAÇÃO** consistirá em:

a) regularidade perante a Fazenda federal, estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente e municipal, na forma da lei;

b) regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

c) regularidade perante a Justiça do Trabalho;

d) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

e) balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme Parecer de Orientação n. 2/2026 - SEPREC/DICONT/DFC/SOF/PRESI/TJRO, comprovação de índices relativos à boa situação financeira da licitante (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) iguais ou maiores que 1 (um). Caso qualquer dos índices esteja inferior a 1 (um), será verificada a comprovação de Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

f) **atestado de capacidade técnica**, emitido em seu nome, expedido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove a prestação de serviços ou execução de atividades de rede de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior à exigida neste Termo de Referência, evidenciando a prestação de serviços ou execução de atividades de rede em caráter privado (SLP e/ou SCM), **com conexão ponto-a-ponto (um Ponto Concentrador a outros 5 (cinco) sites localizados em municípios/distritos distintos, com distância geodésica entre eles (ponto concentrador e os municípios/distritos) de no mínimo 50km e largura de banda igual ou superior a 50 (cinquenta) Mbps entre cada site e o ponto concentrador)**;

g) **certidão de Registro** em seu nome, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro de seu prazo de validade; e

h) **comprovação da existência e disponibilidade de Backbone Estadual em fibra óptica**, mediante apresentação de declaração emitida por fornecedor de tecnologia, ou documentação equivalente, que comprove de maneira inequívoca que a empresa possui infraestrutura de rede óptica instalada e operacional no Estado de Rondônia.

6.5.2.1. Os documentos exigidos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do subitem 6.5.2 deste Edital serão verificados, pelo(a) Pregoeiro(a), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e/ou em sites oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões que constituirá meio legal de prova.

6.5.2.2. O documento exigido na alínea "e" do subitem 6.5.2 deste Edital será verificado, pelo(a) Pregoeiro(a), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** que constituirá meio legal de prova.

6.5.2.3. Os documentos exigidos nas alíneas "f", "g" e "h" do subitem 6.5.2 deste Edital deverão ser apresentados pela licitante quando solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.2.4. Caso os documentos exigidos para atendimento das alíneas "d" e "e" do subitem 6.5.2 deste Edital estejam com prazo de validade vencidos e/ou não estejam disponíveis no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, deverão ser apresentados pela licitante quando solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.5.2.5. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será a data limite definida pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

6.5.2.6. As demonstrações contábeis exigidas limitar-se-ão ao último exercício no caso de a licitante ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

6.5.2.6.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

6.5.2.7. A licitante poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação do atendimento quanto a exigência contida na alínea "f" do subitem 6.5.2 deste Edital.

6.5.2.7.1. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter informações que identifique o emitente e a qualidade da execução do objeto contratado.

6.5.2.8. Quanto à exigência constante da alínea "f" do subitem 6.5.2 deste Edital, não será aceito atestado de capacidade técnica de serviços que caracterizem somente aspectos de instalação de equipamentos de comunicação de dados.

6.5.2.9. O atestado de capacidade técnica exigido na alínea "f" do subitem 6.5.2 deste Edital, considerou a velocidade de **10% e 25%** dos links a serem contratados (**10% em relação aos links de 500Mbps e 25% em relação aos links de 200Mbps**), bem como menos da metade do quantitativo de **municípios/distritos** a serem atendidos e 1/3 (um terço) da distância entre o ponto concentrador e o site mais próximo, nos termos do art. 67, § 2º, da Lei n. 14.133/2021, **de maneira que não será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica na execução do serviço.**

6.5.2.10. O atestado apresentado deverá conter o CNPJ e o endereço da entidade emitente, além da data de emissão, o nome, função e telefone do responsável e a qualidade dos serviços prestados.

6.5.2.11. A exigência prevista na alínea "h", do subitem 6.5.2 deste Edital, encontra-se devidamente justificada, tendo em vista que o objeto licitado abrange a prestação de serviços para interligação de unidades judiciais e administrativas, demandando alta disponibilidade, desempenho, resiliência e segurança. A infraestrutura óptica mostra-se imprescindível para a observância dos indicadores de SLA, bem como para a garantia da continuidade e integridade dos serviços, inclusive nas localidades mais remotas.

6.5.2.11.1. A comprovação prévia da existência de Backbone Estadual contribui para reduzir o risco de atrasos na implantação, evitar falhas técnicas e eliminar dependências de terceiros. Tal exigência assegura que a futura Contratada detenha plenas condições de iniciar imediatamente a execução do Contrato.

6.5.2.11.2. Nos termos dos artigos 11, 15 e 67 da Lei n. 14.133/2021, incumbe à Administração Pública garantir a seleção da proposta mais vantajosa e o atendimento ao interesse público. Ademais, é legítima a exigência de comprovação de qualificação técnico-operacional, desde que proporcional às características, quantidades e prazos do objeto licitado, notadamente quando o serviço envolver infraestrutura tecnológica crítica.

6.5.2.11.3. A exigência admite comprovação por diversos meios, como declaração de fornecedor ou documentos equivalentes, preservando a isonomia entre os participantes. Não representa restrição injustificada à competitividade e revela-se proporcional ao porte e à complexidade do serviço a ser contratado.

6.5.2.11.4. Além disso, a exigência encontra respaldo em precedentes do Tribunal de Contas da União (Acórdãos n. 534/2016 e n. 3.070/2013), que admitem à Administração limitar a participação em licitações a empresas que comprovem experiência e estrutura técnico-operacional compatíveis com o porte e a complexidade do objeto, especialmente na hipótese de contratação de serviços com alta dependência tecnológica. As justificativas apresentadas encontram fundamento nos subitens **9.6 e 9.7** do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

6.5.2.12. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

6.5.2.13. Os documentos para habilitação serão exigidos apenas da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar e o prazo para a sua apresentação, quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a), será de até 2 (duas) horas, prorrogado por igual período.

6.5.2.14. No prazo previsto no subitem 6.5.2.13 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.

6.5.2.15. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.5.3. A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias corridos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.

6.5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.5.4.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará na decadência do direito à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Tribunal convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar esta licitação.

6.5.5. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio do Tribunal, no endereço mencionado neste Edital, dentro do prazo assinalado pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.5.1. As cópias poderão ser autenticadas por tabelião de notas, Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio mediante apresentação do original ou publicação em órgão da imprensa oficial e ainda por declaração de autenticidade por advogado.

6.5.6. As certidões apresentadas pela licitante, conforme disposição do subitem 6.5.2 deste Edital, estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pelo(a) Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio. A verificação pelo Tribunal nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

6.5.7. A licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e

c) se a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto deste Edital ou a emissora da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

6.5.9. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, quando então poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.5.10. Se a documentação exigida para habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, ou se a licitante estiver em suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, ou se for identificada como inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, tal licitante será inabilitada, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

6.5.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

## **6.6. Do recurso**

6.6.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

6.6.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

6.6.2.1. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

6.6.3. Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.6.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



6.6.5. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade superior.

6.6.6. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a autoridade superior a adjudicar e homologar o objeto à licitante vencedora.

6.6.7. Findo o prazo do subitem 6.6.2 deste Edital, impugnado ou não o recurso, o(a) Pregoeiro(a) o apreciará no prazo de 3 (três) dias úteis, quando opinará pela manutenção ou reforma do ato recorrido. Não havendo a reconsideração do ato, os autos serão encaminhados à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

## 7. DO CONTRATO

### 7.1. Da adjudicação e homologação

7.1.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n. 14.133/2021.

### 7.2. Da assinatura e vigência do contrato

7.2.1. Conforme descrito no Item 13 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

7.2.2. Fica vedada a contratação de mais de uma empresa para a execução do mesmo objeto, exceto nos casos em que, mediante justificativa, o objeto possa ser executado de forma concomitante por mais de um contratado ou a múltipla execução se mostrar conveniente.

### 7.3. Da alteração, do reajuste de preços, da inexecução e da extinção do contrato

7.3.1. Conforme descrito no Item 20 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

## 8. DAS PENALIDADES DO PROCEDIMENTO

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame, desde que cause prejuízo à Administração;  
b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta detalhada e adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; e

2. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e) fraudar a licitação;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

2. induzir deliberadamente a erro no julgamento; e

3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n. 12.846/2013](#).

8.2. Com fulcro na [Lei n. 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou aos adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação oficial.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

8.4.1. Para as infrações previstas nas alíneas “a” e “b” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 1% do valor estimado da contratação.

8.4.2. Para a infração prevista na alínea “c” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 5% do valor do contrato.

8.4.3. Para as infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 30% do valor estimado da contratação.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 8.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.1 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei n. 14.133/2021](#).

8.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **9. DO PAGAMENTO**

9.1. Conforme descrito no Item 21 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

## **10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

10.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostos por qualquer pessoa, dirigidas ao(à) Pregoeiro(a) e por meio do e-mail [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br), até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

10.1.1. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelos(as) responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre os pedidos de esclarecimentos e as impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontar falhas ou irregularidades, ou não o fizer no prazo estabelecido.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias corridos, **exceto** quando explicitamente disposto em contrário.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

- 11.2. A contagem dos prazos somente se inicia e vence em dia de expediente neste Tribunal.
- 11.3. A simples participação nesta licitação implica em total aceitação das normas contidas neste Edital.
- 11.4. As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento.
- 11.5. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados **em qualquer fase da licitação**. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará na extinção contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 11.6. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 11.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 6.2.6 deste Edital, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 11.7. As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 11.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
- 11.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.10. O resultado da licitação será divulgado mediante aviso, o qual será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia, no *site* [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br), bem como afixado no quadro próprio localizado na Sede deste Tribunal, na Rua José Camacho, n. 585, Térreo, Bairro Olaria, Porto Velho/RO.
- 11.11. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 11.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), que decidirá com base na legislação em vigor.
- 11.13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer questões oriundas da presente licitação.
- 11.14. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos *sites* [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) ou [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), bem como na sala do Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio (DEAGESP/TJRO), situada na Rua José Camacho, n. 585, Sala 207, 2º Andar, Bairro Olaria, nesta Capital, no horário das 7h às 14h, onde poderá ser retirado, preferencialmente em meio eletrônico, sem ônus para o Tribunal.
- 11.15. O(A) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio encontram-se à disposição **para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares** no endereço citado no subitem anterior ou pelo fone (69) 3309-6652, e ainda pelo e-mail [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br). O(A) Pregoeiro(a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto deste Tribunal quanto do emissor.
- 11.16. ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução n. 027/2016-PR. Para tanto, os representantes das licitantes vencedoras, após a homologação do Certame, deverão obrigatoriamente, se cadastrar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço: [http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0), **para assinatura digital do contrato**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Item 8 deste Edital.
- 11.17. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estabelecidos neste Edital.
- 11.18. A licitante vencedora se compromete a respeitar todas as obrigações estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n. 13.709/2018) e outras leis aplicáveis em relação às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Edital, protegendo os direitos e garantias fundamentais envolvidos, incluindo a confidencialidade das informações.
- 11.19. São partes integrantes do presente Edital:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

- a) ANEXO I - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances;  
b) ANEXO II - Preços de referência;  
c) ANEXO III – Termo de Referência; e  
d) ANEXO IV - Minuta do Contrato.

Juíza Karina Miguel Sobral  
Secretária Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Porto Velho/RO, 27 de abril de 2026.

## ANEXO I

### MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DETALHADA APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n. 029/2026.

Razão Social:

Número do CNPJ:

Endereço completo com CEP:

Fone/Celular:

Outros (correio eletrônico...):

Banco/Nome e n. da Agência/Conta Corrente:

Responsável legal para assinatura do Contrato (nome, documentação de identificação oficial e CPF):

**OBJETO:** Fornecimento de Solução de rede de comunicação de dados, utilizando tecnologia Lan-to-Lan e/ou linha privativa Ethernet, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos termos do Pregão em epígrafe.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT./UN.	VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
1	1	_____[Descrever as especificações do item]____.	26 unidades		
	2	_____[Descrever as especificações do item]____.	02 unidades		
	3	_____[Descrever as especificações do item]____.	02 unidades		
	4	_____[Descrever as especificações do item]____.	26 unidades		
	5	_____[Descrever as especificações do item]____.	02 unidades		
	6	_____[Descrever as especificações do item]____.	02 unidades		
VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)					



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens, instalação e configuração ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.**

**O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, nos termos do subitem 6.1.4 do presente Edital.**

**O Prazo de entrega:**

**OBSERVAÇÃO:**

**1. Quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deve:**

- a)** Encaminhar as declarações exigidas nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "f" do subitem 6.5.1.1 deste Edital;
- b)** Encaminhar os documentos exigidos nas alíneas "f", "g" e "h" do subitem 6.5.2 deste Edital; e
- c)** Encaminhar os documentos exigidos nas alíneas "d" e "e" do subitem 6.5.2 deste Edital, caso estejam com prazo de validade vencidos e/ou não estejam disponíveis no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Porto Velho/RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
**Documentação de identificação oficial e CPF**

**ANEXO II  
PREÇOS DE REFERÊNCIA**

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO DE REFERÊNCIA UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)
1	1	Link de dados de 500Mbps	-
	2	Link de dados de 200Mbps	-
	3	Link de dados para os concentradores	-
	4	Instalação do link de 500Mbps	-
	5	Instalação do link de 200Mbps	-
	6	Instalação do link de concentradores	-

Edital redigido, com base no Termo de Referência, por:

Diego Sousa  
Técnico Judiciário  
Seção de Preparação de Contratação/Diaq/Deagesp/SA



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

---





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Rua José Camacho, 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br

## TERMO DE REFERÊNCIA Nº 55 / 2025 - SEA/DACTIC/DEGOV/STIC/PRESI/TJRO

**2026.PCA.8245**

### 1. DO OBJETO

#### 1.1. Descrição

1.1.1. Fornecimento de Solução de rede de comunicação de dados, utilizando tecnologia Lan-to-Lan e/ou linha privativa Ethernet, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

#### 1.2. Detalhamento

Item	Especificação	Quantidade/Unidade
1	Links de dados de 500Mbps	26 un
2	Links de dados de 200Mbps	02 un
3	Link de dados para os concentradores	02 un
4	Instalações dos links de 500Mbps	26 un
5	Instalações dos links de 200Mbps	02 un
6	Instalação dos links concentradores	02 un

### 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO, no cumprimento de sua missão constitucional de garantir o acesso à justiça, vem promovendo a instalação de Fóruns Digitais em diversas localidades do Estado, especialmente naquelas que não são Sede de Comarca. A iniciativa tem se revelado exitosa ao proporcionar à população local não apenas o acesso às atividades do Poder Judiciário, mas também aos serviços prestados pelas demais instituições que integram o sistema de justiça, tais como o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Tribunal Regional Eleitoral, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública Estadual e a Defensoria Pública da União, entre outros.

2.2. Essas instituições firmaram parcerias com o Poder Judiciário e comprometem-se a atender a população por meio dos fóruns digitais, sistema idealizado e implementado originalmente pelo Tribunal, cuja

relevância e caráter inovador foram destacados na conquista do **Prêmio Innovare em 2022**.

**2.3.** Atualmente, existem 9 (nove) Fóruns Digitais em operação e outras unidades encontram-se em processo de licitação e/ou implantação progressiva, de acordo com o planejamento e a disponibilidade de infraestrutura física local. O modelo de contratação proposto contempla, de início, a ativação de onze pontos, nove links de dados para os Fóruns Digitais em funcionamento e dois links para os concentradores de Porto Velho, que atuarão como núcleo central de conectividade.

**2.4.** A expansão para as demais unidades seguirá a lógica da demanda, mediante ordem de serviço específica e condicionada à viabilidade técnica de cada Fórum Digital. Tal modelo visa promover a racionalidade e eficiência no uso de recursos públicos, assegurando que a despesa seja realizada conforme a efetiva necessidade e disponibilidade operacional.

**2.5.** A experiência acumulada nos Fóruns Digitais aponta para a urgente necessidade de aprimoramento da infraestrutura tecnológica, tanto das unidades existentes quanto das futuras. O uso compartilhado da internet por instituições parceiras e a ampliação dos serviços disponibilizados à sociedade revelaram gargalos de desempenho, refletidos em lentidão no acesso e processamento dos serviços ofertados. Por conseguinte, justifica-se a ampliação da largura de banda nas unidades já ativas e a previsão de links dedicados nos próximos fóruns digitais, de modo a garantir conectividade eficiente, estável e segura à rede corporativa do Tribunal e aos sistemas essenciais de atuação judiciária.

**2.6.** Os serviços deverão contemplar links dedicados e privados, interligando cada unidade aos pontos concentradores em Porto Velho/RO, observando ainda as relações de distância e características de acesso registradas na Tabela 2 (item 3, do **ANEXO I** deste Termo de Referência), **com destaque para unidades como Calama e São Carlos, acessíveis exclusivamente por via fluvial**.

**2.7.** O Plano de Obras 2025/2027 do Tribunal, publicado no DJe n. 223/2025 (5300524), atualiza o cronograma e o *status* da construção das novas unidades. Destaca-se, ainda, a existência do Contrato n. 251/2023 (3668398), vigente até 30.04.2026, cuja prorrogação encontra-se em andamento, conforme o processo n. 0000991-38.2026.8.22.8000, com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços atualmente prestados até a conclusão da contratação pretendida.

**2.8.** No âmbito da evolução tecnológica da rede institucional, destaca-se a transição da velocidade de 100Mbps para 500Mbps e 200Mbps (Calama e São Carlos), permitindo sustentar o crescente volume de dados, em especial para aplicações de videoconferência, telefonia IP e dispositivos de controle e monitoramento, como câmeras CFTV-IP. Essa modernização é indispensável para compatibilizar a infraestrutura com as demandas atuais e futuras, aprimorando a experiência do usuário e atendendo às exigências técnicas de segurança, estabilidade e performance.

**2.9.** Dessa forma, a Solução de rede de comunicação de dados para o Judiciário deve permitir um isolamento adequado da rede, eliminando os riscos de exposição a ameaças externas, como aquelas associadas à Internet pública, bem como garantir uma performance otimizada para a transmissão de grandes volumes de dados em tempo real. Nesse sentido, **as tecnologias Lan-to-Lan e linha privativa Ethernet se apresentam como soluções robustas e adequadas**, capazes de atender às exigências de segurança, controle, confiabilidade e desempenho, o que justifica sua escolha no escopo da contratação.

**2.10.** Essas soluções oferecem comunicação direta e exclusiva entre os pontos de conexão, sem compartilhamento de banda, além de proporcionar baixa latência e alta capacidade de transmissão, essenciais para o bom funcionamento das atividades judiciais em todas as suas unidades.

**2.11.** A escolha pela comunicação de dados utilizando as tecnologias **LAN-to-LAN** e/ou **Linha Privativa Ethernet (EPL)** é fundamentada em critérios técnicos e estratégicos que garantem alta segurança, confiabilidade, desempenho e controle total sobre a transmissão de dados entre as unidades do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. Estes critérios são essenciais, considerando a natureza sensível e crítica das informações processadas, bem como as demandas específicas de desempenho e escalabilidade da rede:

**2.11.1. Segurança e Isolamento:** Ambas soluções proporcionam um nível elevado de segurança e isolamento da rede, o que é fundamental para as operações do Poder Judiciário. Diferentemente de soluções baseadas na Internet, como VPN ou SD-WAN, ambas as opções funcionam sem o uso de links de Internet pública, eliminando a exposição dos dados a ameaças externas, como ataques cibernéticos, interceptação de pacotes e vulnerabilidades da Internet.

**2.11.2. Desempenho e Baixa Latência:** Ambas tecnologias oferecem alto desempenho e baixa latência, fatores essenciais para a comunicação de dados que envolve grandes volumes de

informações, como as operações judiciais. A necessidade de manter respostas rápidas e troca de dados eficiente entre os tribunais e fóruns é atendida por essas tecnologias de forma consistente.

**2.11.3. Confiabilidade e Disponibilidade:** A comunicação de dados no âmbito do Poder Judiciário não pode estar sujeita a interrupções frequentes ou falhas na rede. A LAN-to-LAN pode ser configurada sobre infraestruturas robustas de comutação por pacotes (como MPLS), que oferecem redundância e estabilidade, minimizando o risco de interrupções de serviço. Além disso, a linha privativa Ethernet oferece alta disponibilidade por ser uma conexão dedicada, sem competição de largura de banda com outros usuários, o que reduz drasticamente o risco de congestionamentos ou falhas na comunicação.

**2.11.4. Controle Total sobre o Tráfego:** Um dos grandes diferenciais dessas tecnologias é a capacidade de proporcionar à instituição controle total sobre o tráfego de rede. Isso é fundamental para o gerenciamento eficiente de políticas de segurança, priorização de tráfego crítico e monitoramento contínuo da qualidade do serviço.

**2.11.5. Escalabilidade e Flexibilidade:** Essas tecnologias oferecem maior flexibilidade e facilidade de expansão à medida que as necessidades de rede do Poder Judiciário evoluem. A expansão de uma rede LAN-to-LAN ou de uma Linha Privativa Ethernet pode ser feita de maneira relativamente simples e com custos previsíveis, sem comprometer a segurança ou o desempenho da rede.

**2.11.6. Conformidade com os Requisitos Institucionais:** Ambas soluções atendem aos requisitos técnicos e institucionais estabelecidos pelo Poder Judiciário, que demanda redes altamente seguras, com controle total de dados e sem a utilização da Internet para o transporte de informações sensíveis, em conformidade com as diretrizes de proteção de dados e segurança cibernética da instituição.

**2.12.** A adoção de soluções que combinem **LAN-to-LAN** e/ou **Linha Privativa Ethernet** atende plenamente às exigências de segurança, desempenho, confiabilidade e escalabilidade necessárias para a interligação das unidades do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. Essa abordagem proporciona a mesma segurança e controle de uma rede proprietária, mas com custos menores e uma maior capacidade de escalabilidade. Assim, o Tribunal pode manter a excelência dos serviços prestados enquanto adota uma gestão mais racional e eficiente dos recursos públicos.

**2.13.** Deve-se ressaltar que, independente da tecnologia adotada pelo fornecedor, os requisitos expostos neste Termo de Referência devem ser atendidos completamente.

**2.14.** Ao optar por essas tecnologias, **Lan-to-Lan** e/ou **linha privativa Ethernet**, o Tribunal garante que os canais de comunicação entre suas unidades judiciais continuem seguros e de alta disponibilidade, essenciais para o pleno funcionamento das atividades, sem comprometer a segurança dos dados e com uma maior flexibilidade para futuras expansões.

**2.15.** Por fim, salienta-se que neste Termo de Referência será utilizado os seguintes acrônimos:

**a) PJRO-FD (Poder Judiciário do Estado de Rondônia - Fórum Digital)**, para designar a rede de interligação de todos os Fóruns Digitais instalados no Estado de Rondônia com os Datacenters localizados no edifício sede - Tribunal (sala cofre) e o Fórum Geral (sala segura);

**b) CPE (Customer Premises Equipment, ou Equipamento nas Instalações do Cliente)**, para designar o ponto de demarcação, que estabelece a comunicação entre a rede local interna do Tribunal e a rede do provedor de serviços de comunicação. O CPE é o dispositivo fundamental que será instalado nos Fóruns Digitais e nos Pontos Concentradores; e

**c) SLPE (Serviço de Linha Privada Ethernet)**, para designar o serviço de comunicação de dados que fornece uma conexão ponto a ponto dedicada (ou ponto a multiponto) entre os Fóruns Digitais com os Pontos Concentradores do Tribunal, usando o protocolo Ethernet sobre a infraestrutura de rede da operadora.

**2.16.** A presente contratação se mostra técnica e economicamente vantajosa, dentre as disponibilizadas pelo mercado, conforme Estudo Técnico Preliminar n. 126/2025 (4803081) acostado aos autos n. 0005672-85.2025.8.22.8000. As demais informações relativas ao objeto deste Termo, encontram-se no mesmo instrumento.

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**3.1.** A contratação será regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes.

**3.2.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão usufruir do tratamento estabelecido pela Lei Complementar n. 123/2006.

#### **4. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**4.1.** O objeto deste Termo de Referência deverá ser realizado por execução indireta, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

#### **5. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS**

**5.1.** As especificações e quantidades encontram-se registradas no **ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Termo de Referência.

##### **5.2. Do Sigilo do Valor Estimado para a Contratação**

**5.2.1.** Os valores estimados para a pretendida contratação serão mantidos em sigilo, nos termos do art. 24 da Lei n. 14.133/2021, com fundamento nos princípios de preservação da competitividade, economicidade e segurança.

**5.2.2.** O sigilo do valor busca evitar que as empresas ajustem suas propostas de forma oportunista, aproximando-se do teto estabelecido pela Administração, o que comprometeria a competitividade e resultaria em propostas menos vantajosas. Dessa forma, manter o valor oculto incentiva as empresas a apresentarem suas melhores ofertas com base em suas próprias análises de mercado e custos, o que pode gerar preços mais competitivos e uma contratação mais econômica para o Tribunal.

**5.2.3.** Além disso, o sigilo reduz o risco de realização de acordos entre as empresas, impedindo a manipulação de suas propostas para simular uma concorrência, mas com valores artificialmente elevados.

**5.2.4.** Esse procedimento está em conformidade com as diretrizes da Lei n. 14.133/2021, que permite a adoção do sigilo do valor estimado até o momento da abertura das propostas, quando há justificativa técnica para tal. Ao manter o valor em sigilo, a Administração Pública garante que o processo licitatório ocorra de forma mais eficiente e segura, promovendo uma competição justa e favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas.

#### **6. DOS PREÇOS**

**6.1.** Os preços propostos serão aqueles discriminados pela empresa em sua proposta, cotado em reais (R\$), devendo prevalecer, em caso de divergência, o preço unitário sobre o preço total.

**6.2.** Todas as despesas necessárias à perfeita execução do Contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens, instalação e configuração ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados...) devem estar inclusas na proposta apresentada.

**6.3.** Os custos da contratação devem abranger a utilização de todos os equipamentos necessários à comunicação, o seguro para cobertura total dos equipamentos utilizados e as linhas de comunicação de dados que venham a ser necessários. Os custos envolvidos na sua implantação (alocação de profissionais, instalação dos equipamentos...) deverão estar inclusos na taxa de instalação e os custos pelo uso destes equipamentos ou linhas e sua manutenção devem estar compreendidos no valor da mensalidade do serviço de comunicação de dados.

**6.4.** A empresa deverá prever na sua proposta as despesas de estadia, deslocamento, alimentação e qualquer outra despesa necessária da sua equipe técnica.

**6.5.** O serviço de instalação deverá incluir o fornecimento, instalação e configuração de qualquer equipamento necessário para o funcionamento da Solução.



**6.6.** A taxa de instalação ou ativação somente poderá ser cobrada uma única vez, na ativação do *link*, ou em eventual mudança ou instalação de novos *links*, nos termos do subitem **14.5** deste Termo de Referência.

**6.7.** No âmbito do Estado de Rondônia, os serviços de telecomunicação prestados para a administração pública estadual são isentos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, em decorrência das disposições contidas no item 49 da Tabela I do Anexo I (Isenções - Concessões por Tempo Indeterminado) do regulamento do ICMS, Decreto n. 22.721 de 05/04/2018.

## **7. DO PARCELAMENTO DO OBJETO, DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO E COOPERATIVAS, APLICAÇÃO DE COTAS PARA ME/EPP E DA SUBCONTRATAÇÃO**

### **7.1. Do Parcelamento do Objeto**

**7.1.1.** O parcelamento do objeto constitui a regra, devendo a licitação ser promovida por item sempre que o objeto for divisível, salvo quando o fracionamento causar prejuízo à solução do conjunto ou perda da economia de escala, nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei n. 14.133/2021.

**7.1.2.** A norma insculpada no dispositivo permite à Administração ampliar o caráter competitivo do Certame, por meio da divisão do objeto em itens ou lotes/grupos, possibilitando a participação de licitantes que não têm condições de atender aos requisitos da contratação em sua integralidade.

**7.1.3.** Quanto à rede privada de comunicação de dados, decidiu-se que há entre estes uma interdependência que inviabiliza a realização de seu parcelamento e prestação por mais de uma empresa. Isso porque, além dos custos de administração, a divisão dos links de dados tornará mais demorado e embaraçoso o processo de análise de documentação e propostas das interessadas em cada grupo da licitação, tendo em vista a complexidade da Solução.

**7.1.4.** Deve-se levar em conta também que não é viável ao Tribunal dispor de grande número de servidores para gerenciar todo o serviço de rede e as contratadas incumbidas de prestá-lo, na hipótese de segregação, tendo em vista que isso sobrecarregará desnecessariamente o corpo técnico envolvido e aumentará o custo de operação.

**7.1.5.** Um aspecto a considerar é que em função das características geográficas do Estado de Rondônia, alguns pontos são atrativos e lucrativos para os fornecedores de serviço de rede, enquanto algumas localidades não despertam interesse em função do baixo retorno de investimentos, portanto a opção de parcelamento do objeto acrescentaria o risco de alguma unidade restar desassistida por falta de interessados ou ser atendida a um custo muito elevado.

**7.1.6.** Considera-se, também, que a divisão causará grande dificuldade no gerenciamento da rede e dos contratos dela advindos, visto que poderá haver para cada link ou grupo de links uma empresa responsável. No caso da ocorrência de problemas na comunicação de rede, a multiplicidade de prestadoras de serviço dificultará a atividade dos fiscais e gestores em buscar a responsabilização pelos inconvenientes.

**7.1.7.** Assim, com fundamento nas razões técnicas e econômicas expostas neste Termo de Referência, recomenda-se a contratação de uma única empresa para a execução do Contrato, nos termos do art. 40, § 3º, incisos I e II, da Lei n. 14.133/2021.

### **7.2. Da Participação de Empresas em Consórcio e Cooperativas**

**7.2.1.** Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio e cooperativas, nos termos dos arts. 15 e 16, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021. A decisão pela vedação da participação de empresas reunidas em consórcio ou cooperativas se fundamenta na busca pela eficiência administrativa e na mitigação de riscos operacionais críticos para o funcionamento dos Fóruns Digitais. Tal escolha ampara-se nos seguintes pontos:

**a) complexidade da Gestão Contratual:** A experiência administrativa deste Tribunal revelou desafios significativos. A pulverização da responsabilidade técnica entre diferentes entes jurídicos dificultou a interlocução direta e a celeridade nas tomadas de decisão;

**b) inconsistência no Suporte Técnico e SLA:** Durante a execução de um Contrato ainda vigente, registraram-se atrasos críticos no restabelecimento de serviços (MTTR - *Mean Time to Repair*), superando os limites toleráveis de SLA (*Service Level Agreement*). As dificuldades de

coordenação entre as consorciadas geraram morosidade na identificação de falhas e na mobilização de equipes, conforme evidenciado por esta Administração;

**c) criticidade do Objeto:** Os serviços de telecomunicações são a espinha dorsal dos Fóruns Digitais. Qualquer indisponibilidade interrompe diretamente a prestação jurisdicional. A estrutura de consórcio, neste histórico específico, demonstrou-se incompatível com a necessidade de respostas imediatas e suporte ininterrupto; e

**d) ponto Único de Contato (Single Point of Contact):** A centralização da responsabilidade em um único provedor elimina conflitos sobre a causa raiz das falhas, tornando o diagnóstico e a responsabilização objetivos. A unicidade da Contratada assegura diagnósticos mais céleres e uma responsabilização objetiva por eventuais descumprimentos.

**7.2.2.** Considerando o histórico de incidentes e a necessidade de garantir a máxima disponibilidade dos links de dados, **a Equipe de Planejamento da Contratação deliberou pela vedação à participação de consórcios e cooperativas na licitação.** Tal medida não constitui restrição arbitrária à competitividade, mas objetiva assegurar que a futura contratada disponha de estrutura técnica e operacional integrada, apta a proporcionar a estabilidade indispensável à prestação dos serviços do Tribunal.

### 7.3. Da Aplicação de Cotas para ME/EPP

**7.3.1.** Com base no artigo 49, inciso III, da Lei Complementar n. 123/2006, e no art. 40, § 3º, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, a Equipe de Planejamento da Contratação **decidiu pela não aplicação das cotas reservadas de 25%** para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte à contratação, fundamentando tal decisão nos seguintes pilares:

**a) indivisibilidade Lógica e Técnica do Objeto:** A Solução de rede Lan-to-Lan requerida constitui um complexo tecnológico indivisível. A rede opera sob protocolos de roteamento dinâmico (OSPF/BGP) que exigem gestão centralizada e homogeneidade de infraestrutura para garantir a latência fim-a-fim de 30 ms e a integridade do tráfego de missão crítica do Poder Judiciário. A fragmentação do objeto entre fornecedores distintos comprometeria o desempenho da rede, elevaria o risco de falhas de roteamento e inviabilizaria o diagnóstico célere de incidentes, configurando manifesto prejuízo ao conjunto da Solução;

**b) eficiência Administrativa e Gestão de Incidentes:** A prestação jurisdicional via Fóruns Digitais depende de conectividade ininterrupta. A existência de múltiplos contratos para a mesma malha de rede dificultaria a fiscalização técnica e a aplicação de sanções, gerando o chamado "conflito de responsabilidades" entre operadoras. A centralização em um único ponto de contato é medida indispensável para assegurar a continuidade do serviço e a observância dos rigorosos níveis de serviço (SLA) exigidos; e

**c) economicidade e Realidade Geográfica:** A logística do Estado de Rondônia, com unidades de acesso exclusivamente fluvial, impõe custos operacionais elevados que só se tornam viáveis através do subsídio cruzado permitido pela adjudicação global. O parcelamento em cotas reservadas comprometeria a economia de escala, elevaria os preços unitários e representaria risco de desassistência para as localidades mais remotas, ferindo o princípio da universalidade do acesso à justiça.

**7.3.2.** Além disso, a rede de comunicação de dados Lan-to-Lan projetada para o Tribunal é um sistema de alta complexidade técnica que opera de forma integrada. A arquitetura de rede moderna exige que o tráfego de dados seja gerenciado de ponta a ponta por uma infraestrutura que suporte protocolos de roteamento dinâmico como OSPF (Open Shortest Path First) e BGP (Border Gateway Protocol). Estes protocolos permitem que a rede identifique automaticamente as melhores rotas para os pacotes de dados, garantindo a resiliência do sistema em caso de falhas parciais.

**7.3.3.** A introdução de dois ou mais fornecedores para operar parcelas da mesma rede (ex.: um para a cota principal e outro para a cota reservada) criaria uma barreira técnica intransponível. A coordenação de vizinhanças OSPF e a troca de tabelas de roteamento BGP entre equipamentos de diferentes operadoras, operando sob contratos e SLAs distintos, gerariam uma complexidade de configuração que comprometeria a estabilidade da rede. A gestão de roteamento dinâmico pressupõe uma confiança mútua e uma padronização técnica que só são plenamente alcançadas quando a responsabilidade técnica está centralizada em um único ponto.

**7.3.4.** Quanto à economia de escala, sabe-se que a contratação de rede de dados envolve custos fixos elevados, como o aluguel de espaço em torres, infraestrutura de fibra óptica e aquisição de equipamentos de borda (CPEs) de alta performance. Um fornecedor que atende a totalidade dos 30 pontos pode diluir esses custos fixos em uma base maior de faturamento, oferecendo preços unitários mais competitivos. Ao fragmentar o objeto em cotas de 75% e 25%, a Administração reduz o volume de cada lote, impedindo que os licitantes pratiquem os mesmos descontos que seriam possíveis em uma adjudicação global.

**7.3.5.** Em serviços de telecomunicações, a escala é determinante. A necessidade de interfaces ópticas nos concentradores exige investimentos em hardware de alto custo. Se o fornecedor da cota reservada tiver que instalar seu próprio concentrador para atender apenas 25% dos links, o custo proporcional desse equipamento no valor mensal do serviço será muito superior ao custo de um concentrador que atenda 100% da rede. O resultado final seria uma contratação mais onerosa para o erário, ferindo o objetivo principal da licitação.

## **7.4. Da Subcontratação**

**7.4.1.** De acordo com o art. 122, da Lei n. 14.133/2021, será permitida a subcontratação de empresas para executar serviços que exijam comprovada especialização ou de interesse de técnica para continuidade do Contrato, desde que aprovado pela Equipe de Gestão do Contrato, a exemplo de:

- a)** infraestrutura como torres metálicas, abrigo de equipamentos, obras civis, equipamentos de ar condicionado, grupo motor gerador; e
- b)** trechos de infraestrutura óticas existente disponibilizada na forma de *clear channel* (fibra apagada, lambda ou redes determinísticas).

**7.4.2.** Não poderão ser subcontratadas bandas compartilhadas em redes públicas.

**7.4.3.** A Contratada deverá encaminhar ao(a) Gestor(a) do Contrato a documentação detalhada dos pontos da rede subcontratados.

**7.4.4.** A subcontratação não gerará, em hipótese alguma, vínculo contratual entre o Tribunal e a subcontratada, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **8. DA VISITA TÉCNICA**

**8.1.** Caso a empresa entenda ser necessário, para fins de elaboração de sua Proposta Comercial, poderá realizar Visita Técnica ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, edifício sede, localizado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330 ou as localidades onde serão instalados os links, conforme indicado na **Tabela 1**, constante do **item 3, do ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Termo de Referência, para que tenha pleno conhecimento dos serviços especificados, do ambiente operacional e de todas as condições previstas para a elaboração da proposta e para prestação dos serviços.

**8.2.** Optando pela visita técnica, a empresa deverá agendá-la previamente junto ao Departamento de Infraestrutura de TIC – Desein, no horário de 7h às 14h, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (69) 3309-6541/6542, ou pelo e-mails "[sered@tjro.jus.br](mailto:sered@tjro.jus.br)", com cópia para "[dactic@tjro.jus.br](mailto:dactic@tjro.jus.br)".

**8.3.** A empresa fica ciente de que, optando ou não por realizar a Visita Técnica, posteriormente não será admitida qualquer alegação de desconhecimento das condições para a execução do objeto deste Termo de Referência.

## **9. DA PROPOSTA**

**9.1.** O modelo para apresentação da proposta de preços consta do **ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Termo de Referência.

**9.2.** Diante da complexidade técnica do objeto deste Termo de Referência, juntamente com **sua proposta**, a empresa deverá apresentar:

- a) declaração** indicando o(s) **Engenheiro(s) responsável(is)** pela implantação e manutenção da infraestrutura de rede e transmissão de dados;

**b) comprovação** que possui em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, o(s) **Engenheiro(s) responsável(is)** indicado(s) na alínea "a" deste subitem. A comprovação do vínculo profissional será efetuada mediante a apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho; registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Contrato de Prestação de Serviços ou, ainda, qualquer outro meio admitido pela legislação pertinente. Para os dirigentes de empresas, tal comprovação poderá ser feita através de cópia da Ata da Assembleia em que se deu sua investidura no cargo ou, ainda, do contrato social;

**c) declaração** do(s) **Engenheiro(s) responsável(is)**, indicado(s) na alínea "a" deste subitem aceitando o exercício da função de responsável(is) técnico(s) pela implantação e manutenção de infraestrutura de rede e transmissão de dados;

**d) certidão de Acervo Técnico**, expedido por entidade competente, do(s) **Engenheiro(s) responsável(is)** indicado(s) na alínea "a" deste subitem, **comprovando a execução de serviços de implantação e manutenção de infraestrutura de rede e transmissão de dados (SLP e/ou SCM), com conexão ponto-a-ponto (um Ponto Concentrador a outros 5 (cinco) sites localizados em municípios/distritos distintos, com distância geodésica entre eles (ponto concentrador e os municípios/distritos) de no mínimo 50km e largura de banda igual ou superior a 50 (cinquenta) Mbps entre cada site e o ponto concentrador);**

**e) proposta comercial detalhada, contemplando:** a descrição da topologia física da Solução ofertada, o *backbone*, as tecnologias empregadas em cada segmento, bem como as respectivas capacidades; o detalhamento dos meios físicos de transporte de dados; a especificação das marcas e modelos dos equipamentos a serem utilizados, acompanhada do respectivo *datasheet*. **Ressalte-se que os equipamentos ofertados, quando aplicável, deverão possuir certificado de homologação expedido pela Anatel; e**

**f) certidão** emitida pela instância judicial competente, declarando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, caso se encontre em recuperação judicial, em consonância com o [Acórdão 1201/2020 - Plenário](#), do Tribunal de Contas da União - TCU.

**9.3.** O(s) **Engenheiro(s) responsável(is)** indicado pela empresa na alínea "a" do subitem anterior, deverá(ão) efetivamente participar da execução do Contrato, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pelo Tribunal.

**9.4.** A empresa deverá demonstrar em sua proposta o valor referente à isenção do ICMS em relação aos serviços de telecomunicação prestados para a Administração Pública Estadual, no âmbito do Estado de Rondônia, em consonância com as disposições inseridas no subitem **6.8** deste Termo de Referência.

**9.5.** A exigência contida na alínea "d", do subitem **9.2** deste Termo de Referência, deve-se ao fato de o Tribunal atentar-se às crescentes demandas na área de Tecnologia da Informação (TI), relacionadas aos Sistemas Administrativos, Sistemas Processuais Eletrônicos, PJe, Audiências Cíveis e Criminais por Videoconferência, Sistemas de Segurança por Videomonitoramento, Comunicação Unificada (VoIP - Voice over IP), Circuito fechado de TV sobre IP (CFTV-IP), Ensino à Distância (EAD), que necessitam cada vez mais de alta disponibilidade e com elevadas capacidades de comunicação para que possam suportar a crescente demanda de transferência de dados requerida, em vista da democratização dos serviços judiciais e de sua crescente informatização, refletindo em um aumento contínuo na dependência dos canais de comunicação entre os servidores do *Data Center* do Tribunal e as demais localidades que acessam estes recursos. A disponibilidade e velocidade dos canais de comunicação, tornam-se fatores limitantes na acessibilidade destes serviços pelos "clientes" do Tribunal, que estão em localidades remotas no interior do Estado. A baixa disponibilidade de banda irá gerar lentidão nos serviços disponibilizados pelo Tribunal, além de atrasos e interrupção nos acessos e, conseqüentemente, redução da agilidade no desenvolvimento dos trabalhos do Poder Judiciário.

**9.6.** As justificativas apresentadas nos subitens anteriores, para a exegese da alínea "d", do subitem **9.2** deste Termo de Referência, estão em consonância com o Acórdão n. 3.070/2013, do Tribunal de Contas da União - TCU - Plenário, senão vejamos:

[...]

5. Para o deslinde da matéria, impende transcrever, preliminarmente, **o inc. I do § 1º do art. 30 da Lei nº 8.666/93**, que trata especificamente da qualificação técnico-profissional, **verbis:** (grifos nossos)

[...]



6. O cerne da discussão está relacionado à interpretação que se deve dar à parte final do aludido dispositivo – “vedadas as exigências de quantidades mínimas”. Admitir-se-iam duas interpretações: a primeira, no sentido de que não seria possível exigir quantidades mínimas relativamente aos serviços objeto dos atestados fornecidos, e a segunda, de que não seria aceita exigência de quantidades mínimas de atestados. (grifos nossos)

7. Entendo que a primeira interpretação não é a que mais se coaduna com o interesse da Administração de se resguardar quanto à real capacidade técnica da licitante de prestar adequadamente os serviços pactuados. Especialmente em serviços de maior complexidade técnica, como os que envolvem o objeto do pregão promovido pela Ceron, seria imprescindível a apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional com exigência de quantitativos mínimos, sob pena de a Administração atribuir responsabilidade pela prestação dos serviços a profissionais que não detêm capacidade técnica demonstrada na execução de serviços de porte compatível com os que serão efetivamente contratados. (grifos nossos)

8. Por isso, sou de opinião que a interpretação mais adequada do art. 30, § 1º, inc. I, in fine, da Lei nº 8.666/93, é a de que é possível, e até mesmo imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação, delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior a ser comprovada pelas licitantes – compatíveis com o objeto pactuado –, ai se inserindo a exigência de quantitativos mínimos concernentes ao objeto que se pretende contratar. (grifos nossos)

...em futuras licitações, ao exigir quantitativos mínimos para fim de comprovação da capacidade técnico-profissional das licitantes (art. 30, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93), apresente a devida motivação dessa decisão administrativa, evidenciando que a exigência é indispensável à garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame. (grifos nossos)

9.7. Ainda, para corroborar tal exigência, por meio do Acórdão n. 534/2016 - Plenário, o TCU voltou a decidir ser lícito que a Administração exija quantitativos para a comprovação da capacidade técnico-profissional, **inclusive em nível superior aos quantitativos exigidos para a demonstração da capacidade técnico-operacional**. Isso porque, segundo a conclusão firmada, **embora a experiência da empresa, sua capacidade gerencial e seus equipamentos sejam fatores relevantes, profissionais qualificados são determinantes para o desempenho da contratada, senão vejamos:**

[...]

5. Como salientado pela instrução, este Tribunal evoluiu sua jurisprudência para admitir ser possível – e até mesmo imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação – delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior do licitante quanto à capacidade técnico-operacional e técnico-profissional (acórdãos 1.214/2013 e 3.070/2013 do Plenário). (grifos nossos)

[...]

11. Não vejo problemas em exigir do profissional mais do que se exigiu da firma, consoante apontado pela unidade técnica. A experiência da empresa na execução de obra é importante, mas não determinante. Sem profissional qualificado, a contratada não tem o mesmo desempenho, mesmo que tenha capacidade gerencial e equipamentos. (grifos nossos)

9.8. De acordo com as disposições do Acórdão n. 534/2016 - Plenário, do TCU, não será aceito o somatório de Certidões de Acervo Técnico para a comprovação da exigência delineada na alínea "d", do subitem 9.2 deste Termo de Referência.

9.9. A condição disposta na alínea "f", do subitem 9.2 deste Termo de Referência, considerou que a exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada, a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do Certame, desde que demonstre sua viabilidade econômica e financeira.

9.10. O Tribunal se reserva à verificação das informações apresentadas pela empresa, por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 17, § 3º, da Lei n. 14.133/2021.

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A empresa deverá apresentar, **para fins de HABILITAÇÃO:**

a) **atestado de capacidade técnica**, emitido em seu nome, expedido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove a prestação de serviços ou execução de atividades de rede de complexidade tecnológica e operacional igual ou superior à exigida neste Termo de Referência, evidenciando a prestação de serviços ou execução de atividades de rede em caráter privado (SLP e/ou SCM), **com conexão ponto-a-ponto (um Ponto Concentrador a outros 5 (cinco) sites localizados em municípios/distritos distintos, com distância geodésica entre eles (ponto concentrador e os**

**municípios/distritos) de no mínimo 50km e largura de banda igual ou superior a 50 (cinquenta) Mbps entre cada site e o ponto concentrador);**

**b) certidão de Registro** em seu nome, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro de seu prazo de validade; e

**c) comprovação da existência e disponibilidade de Backbone Estadual em fibra óptica**, mediante apresentação de declaração emitida por fornecedor de tecnologia, ou documentação equivalente, que comprove de maneira inequívoca que a empresa possui infraestrutura de rede óptica instalada e operacional no Estado de Rondônia.

**10.2.** Quanto à exigência constante da alínea "a" do subitem anterior, não será aceito atestado de capacidade técnica de serviços que caracterizem somente aspectos de instalação de equipamentos de comunicação de dados.

**10.3.** O atestado de capacidade técnica exigido na alínea "a", do subitem **10.1** deste Termo de Referência, considerou a velocidade de **10% e 25%** dos links a serem contratados (**10% em relação aos links de 500Mbps e 25% em relação aos links de 200Mbps**), bem como menos da metade do quantitativo de **municípios/distritos** a serem atendidos e 1/3 (um terço) da distância entre o ponto concentrador e o site mais próximo, nos termos do art. 67, § 2º, da Lei n. 14.133/2021, **de maneira que não será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica na execução do serviço.**

**10.4.** O atestado apresentado deverá conter o CNPJ e o endereço da entidade emitente, além da data de emissão, o nome, função e telefone do responsável e a qualidade dos serviços prestados.

**10.5.** A exigência prevista na alínea "c", do subitem **10.1** deste Termo de Referência, encontra-se devidamente justificada, tendo em vista que o objeto licitado abrange a prestação de serviços para interligação de unidades judiciais e administrativas, demandando alta disponibilidade, desempenho, resiliência e segurança. A infraestrutura óptica mostra-se imprescindível para a observância dos indicadores de SLA, bem como para a garantia da continuidade e integridade dos serviços, inclusive nas localidades mais remotas.

**10.5.1.** A comprovação prévia da existência de Backbone Estadual contribui para reduzir o risco de atrasos na implantação, evitar falhas técnicas e eliminar dependências de terceiros. Tal exigência assegura que a futura Contratada detenha plenas condições de iniciar imediatamente a execução do Contrato.

**10.5.2.** Nos termos dos artigos 11, 15 e 67 da Lei n. 14.133/2021, incumbe à Administração Pública garantir a seleção da proposta mais vantajosa e o atendimento ao interesse público. Ademais, é legítima a exigência de comprovação de qualificação técnico-operacional, desde que proporcional às características, quantidades e prazos do objeto licitado, notadamente quando o serviço envolver infraestrutura tecnológica crítica.

**10.5.3.** A exigência admite comprovação por diversos meios, como declaração de fornecedor ou documentos equivalentes, preservando a isonomia entre os participantes. Não representa restrição injustificada à competitividade e revela-se proporcional ao porte e à complexidade do serviço a ser contratado.

**10.5.4.** Além disso, a exigência encontra respaldo em precedentes do Tribunal de Contas da União (Acórdãos n. 534/2016 e n. 3.070/2013), que admitem à Administração limitar a participação em licitações a empresas que comprovem experiência e estrutura técnico-operacional compatíveis com o porte e a complexidade do objeto, especialmente na hipótese de contratação de serviços com alta dependência tecnológica. As justificativas apresentadas encontram fundamento nos subitens **9.6 e 9.7** do Termo de Referência.

**10.6.** A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações, por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

## **11. DO PEDIDO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**11.1.** A empresa convocada no item/grupo, QUANDO NECESSÁRIO, deverá apresentar INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES da Solução ofertada, para verificar se este atende às

especificações e aos requisitos de qualidade previstos neste Termo de Referência, no prazo de **até 2 (duas) horas corridas**, contado a partir da notificação pelo Pregoeiro.

**11.2.** A empresa que não apresentar maiores informações dentro do prazo notificado será desclassificada no item/grupo.

## **12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** A despesa decorrente de eventual contratação será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Unidade Orçamentária: 03.011 – Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários – FUJU, Funcional Programática: 02.126.1013.4203 - Manter Ativos de Infraestrutura de TIC; Elementos de Despesa: 33.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; Subitem: 09 - Serviços Técnicos Profissionais de TIC; e Subitem: 05 - Serviço de Comunicação de Dados.

## **13. DA ASSINATURA E DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**13.1.** O Tribunal convocará a empresa para assinar eletronicamente o Contrato, dentro do prazo de **2 (dois) dias úteis**, contado a partir do primeiro dia útil após sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

**13.1.1.** Antes da convocação para assinatura do Contrato serão consultados o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, bem como será verificada a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

**13.1.2.** A recusa injustificada da empresa em assinar o Contrato, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas neste Termo.

**13.1.3.** O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal.

**13.2.** Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital, far-se-á a remessa do Contrato por via postal, para assinatura da empresa.

**13.3.** Na data da assinatura do Contrato, o representante da empresa deverá:

- a)** atualizar todos os documentos apresentados quando da habilitação, se vencidos;
- b)** apresentar ao Tribunal, para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do *caput* do art. 4º da Instrução Normativa n. 1.234/2012 - Receita Federal do Brasil, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida Instrução Normativa, conforme o caso, assinada pelo seu representante legal, podendo ser apresentada por meio eletrônico, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada; e
- c)** **indicar formalmente um preposto, apto a representar a empresa junto ao Tribunal, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.**

**13.4.** Na hipótese da não assinatura do Contrato, nos prazos e condições estabelecidos, o Tribunal poderá convocar outra empresa, respeitada a ordem de classificação, para, após, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

**13.5.** A vigência do Contrato será de **5 (cinco) anos**, contados da data de sua última assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite de 10 (dez) anos, conforme disposição do art. 106 c/c art. 107, ambos da Lei n. 14.133/2021, se houver interesse do Tribunal e de acordo com o respectivo crédito orçamentário.

## 14. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

### 14.1. Da Reunião de Alinhamento

**14.1.1.** Deverá ser realizada, **até o 5º (quinto) dia útil após a última assinatura do Contrato pelas partes**, por meio de videoconferência ou presencialmente na Sede do Tribunal de Justiça, situado na Rua José Camacho n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP 76801-330, **uma reunião de alinhamento, com a participação do preposto da Contratada**, conforme agendamento efetuado pelo(a) Gestor(a) do Contrato, com o objetivo de:

- a) identificar as expectativas a respeito do cronograma de implantação da Solução;
- b) nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Contrato, no Edital e em seus Anexos, esclarecendo, caso necessário, possíveis dúvidas acerca do objeto;
- c) apresentação do preposto da Contratada e da Equipe de Gestão do Contrato;
- d) apresentação, pela Contratada, do **Engenheiro(s) responsável(is)** pela implantação e manutenção da infraestrutura de rede de comunicação de dados;
- e) apresentação, pela Contratada, de um número de telefone que possibilite ligações gratuitas ou com custo de ligações locais para sua central de suporte técnico, para fins de abertura e acompanhamento de chamados;
- f) receber o repasse de informações a respeito dos sistemas corporativos do Tribunal.
- g) alinhar sobre o que será entregue no projeto de implantação da Rede PJRO-FD; e
- h) definição e disponibilização do espaço em rack para acomodação dos equipamentos da Contratada.

**14.1.2.** Após a reunião de alinhamento deverá ser gerada uma Ata com o resultado da mesma e esta deverá ser assinada pelo(a) Gestor(a) do Contrato, equipe de fiscalização e pela Contratada.

**14.1.3.** O(a) Gestor(a) do Contrato apresentará, ainda, à Contratada a relação nominal da Equipe Técnica autorizada a abrir e fechar chamados.

**14.1.4.** A Contratada deverá enviar ao(à) Gestor(a) do Contrato, após a reunião de alinhamento, cópia dos documentos CPF, RG e comprovante de residência do preposto e representante da empresa e que participaram da reunião, com o intuito de que seja realizado o cadastro no Sistema Eletrônico de Informação - SEI no Tribunal para fins de assinatura da Ata.

### 14.2. Do Projeto de Implantação da Rede PJRO-FD

**14.2.1.** A Contratada deverá apresentar ao(à) Gestor(a) do Contrato, em **até 10 (dez) dias corridos**, contado do primeiro dia útil seguinte à data da realização da reunião de alinhamento, o **Projeto de Implantação da rede PJRO-FD**, contendo no mínimo:

- a) topologia física da Rede **PJRO-FD** proposta, incluindo seu *backbone*, as tecnologias a serem utilizadas em cada trecho e suas capacidades, detalhamento dos meios físicos de transporte de dados e a comprovação das marcas e modelos de equipamentos com o *datasheet* que serão utilizados em toda a Solução;
- b) cronograma de implantação, com o detalhamento das etapas que serão seguidas e datas de início e fim de cada atividade; e
- d) estratégia da implantação da Rede **PJRO-FD**.

**14.2.2.** A Equipe de Gestão do Contrato fará a análise do **Projeto de Implantação da rede PJRO-FD** apresentado pela Contratada, podendo ainda propor alterações e/ou ajustes pontuais.

**14.2.3.** Caso haja a necessidade de alterações e/ou ajustes no **Projeto de Implantação da rede PJRO-FD**, a Contratada terá o prazo de **até 5 (cinco) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação pelo Tribunal, para reapresentá-lo ao(à) Gestor(a) do Contrato.

**14.2.4.** Após as alterações/ajustes, caso haja necessidade, a equipe de gestão contratual aprovará o **Projeto de Implantação da rede PJRO-FD** apresentado pela Contratada.

**14.2.5.** Com a devida justificativa e respeitando-se o prazo de entrega da Solução, o **Projeto de Implantação da rede PJRO-FD** poderá sofrer ajustes, desde que seja solicitado pela Contratada e aprovado pela Equipe de Gestão do Contrato.

### 14.3. Da Disponibilização da Solução

**14.3.1.** O prazo de instalação e ativação dos Concentradores e dos links dos Fóruns Digitais já implantados, conforme **Tabela 1**, constante do **item 3, do ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Termo de Referência, será de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento da **Ordem de Serviço (OS)**.

**14.3.1.1.** As instalações dos links destinados aos Fóruns Digitais já implantados, bem como dos Concentradores serão solicitadas **em uma única demanda**.

**14.3.2.** As instalações e a ativação dos links destinados aos Fóruns Digitais ainda não implantados serão realizadas **sob demanda**, conforme a necessidade da Administração, mediante solicitações formalizadas por meio de **Ordem de Serviço (OS)** específica.

**14.3.2.1.** O prazo de instalação dos links e sua ativação será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento da Ordem de Serviço (OS), em conformidade com a **Tabela 1**, constante do **item 3, do ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Termo de Referência.

**14.3.3.** O(a) Fiscal Técnico(a) do Contrato deverá realizar um teste de velocidade no link fornecido pela Contratada e documentar o seu resultado.

**14.3.4.** A Contratada será responsável pela execução e custeio de toda e qualquer obra de infraestrutura interna e externa necessária para a execução dos serviços. A responsabilidade da Contratada inclui a recomposição original das instalações do Tribunal, caso ocorram danos no momento da implantação da Solução, incluindo eventual demolição e recomposição de gesso, emassamento e pintura, recomposição de calçadas, jardins, entre outros.

**14.3.5.** Na hipótese de existência de estruturas metálicas nos edifícios do Tribunal, a Contratada deverá submeter à apreciação e aprovação do seu **Departamento de Engenharia e Arquitetura** o **projeto executivo detalhado** da intervenção a ser realizada, previamente à sua execução.

**14.3.6.** A infraestrutura interna (sala de equipamentos para acomodar os equipamentos internos, energia elétrica não estabilizada e ar condicionado) será disponibilizada pelo Tribunal, possibilitando que a Contratada instale seus equipamentos e faça os ajustes necessários para a entrega do link, sempre sob supervisão e orientação do(a) Gestor(a) do Contrato ou outro servidor devidamente designado.

### 14.4. Do Recebimento da Solução

**14.4.1.** O recebimento da Solução se dará:

**a) provisoriamente**, pelo(a) Fiscal(a) Técnico do Contrato, de acordo com a implantação de cada link previsto no **Tabela 1**, constante do **item 3, do ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Termo de Referência, mediante **Termo de Recebimento Provisório**, para efeito de posterior verificação aos termos pactuados; e

**b) definitivamente**, pelo(a) Gestor(a) do Contrato, se atendidos os requisitos mencionados na alínea "a" deste subitem, mediante **Termo de Recebimento e Aceitação**, observado o disposto no art. 140 da Lei n. 14.133/2021.

**14.4.2.** O **Termo de Recebimento e Aceitação** será dado após a verificação da inexistência de deficiências na Solução, e por um período de funcionamento experimental de **até 10 (dez) dias corridos**, contado da disponibilização de todos os links previstos na OS, podendo ser prorrogado por igual período, desde que justificado pelo(a) Gestor(a) do Contrato.



**14.4.3.** Para fins de **recebimento definitivo**, serão realizados, em relação a cada link instalado, os **testes de conformidade** previstos no **ANEXO II (Testes para Recebimento)** deste Termo de Referência, bem como a verificação do atendimento integral das demais exigências e condições nele estabelecidas.

**14.4.4.** Considerar-se-á caracterizada a normalidade no funcionamento dos links quando, durante o período de operação experimental, a infraestrutura contratada apresentar estabilidade, continuidade e desempenho compatíveis com as condições técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e as boas práticas do mercado.

**14.4.5.** Na hipótese de constatação de qualquer desconformidade em relação aos termos pactuados, o recebimento definitivo não será efetuado, devendo a Contratada ser formalmente notificada para que, no prazo de **até 10 (dez) dias corridos**, contado do primeiro dia subsequente ao recebimento da notificação expedida pelo Tribunal, adote todas as providências necessárias à sua regularização, sem qualquer ônus adicional para o Tribunal.

**14.4.6.** Após a regularização das inconformidades apontadas e a reapresentação do objeto à apreciação do Tribunal, iniciar-se-á o prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** para nova verificação de conformidade com os termos pactuados. Constatado o atendimento integral às exigências contratuais, será formalizado o **recebimento definitivo**.

#### **14.5. Da Mudança de Endereços e Instalação de Novos Links**

**14.5.1.** Durante a vigência do Contrato, **poderão ocorrer, de forma eventual**, alterações nos endereços relacionados na **Tabela 1**, constante do **item 3**, do **ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Termo de Referência, bem como a **inclusão de novos Fóruns Digitais à Rede PJRO-FD**, conforme necessidades do Tribunal.

**14.5.2.** No caso de instalação de um novo link, será pago o valor de instalação de um link de comunicação de dados.

**14.5.3.** Na hipótese de alteração do endereço de um link **dentro do mesmo município/distrito**, será devido o pagamento correspondente a **50% (cinquenta por cento)** do valor de instalação de um link de comunicação de dados. Caso a mudança de endereço ocorra **para outro município/distrito**, será devido o **pagamento integral** do valor de instalação de um link de comunicação de dados.

**14.5.4.** A instalação de um novo link deverá ocorrer no prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento da **Ordem de Serviço (OS)** expedida pelo Tribunal.

**14.5.5.** A alteração de endereço de um link, dentro do mesmo município/distrito, deverá ocorrer no prazo de **até 15 (quinze) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento da **OS** expedida pelo Tribunal. Caso a alteração de endereço do link seja para município/distrito distinto, o prazo será de **até 30 (trinta) dias corridos**.

**14.5.2.1.** Quando a alteração de endereço ocorrer dentro do mesmo município/distrito, a Contratada deverá manter o link originalmente instalado em pleno funcionamento, de forma concomitante ao novo link a ser implantado, pelo prazo mínimo de **5 (cinco) dias úteis**, sem qualquer ônus adicional, a fim de possibilitar ao Tribunal a realização das novas configurações e dos testes necessários da Solução.

**13.5.6.** A critério da Administração, poderá haver **alteração das localidades previstas** para os links dos Fóruns Digitais que ainda não se encontram em funcionamento, por estarem em fase de planejamento e/ou negociação, correspondentes aos **itens 17 a 28 da Tabela 1**, constante do **item 3**, do **ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Termo de Referência.

#### **14.6. Dos Serviços de Suporte Técnico**

**14.6.1.** Os serviços de suporte técnico deverão ser prestados pela Contratada **de forma contínua**, durante **toda a vigência do Contrato**, em conformidade com as condições e níveis de serviço estabelecidos.

**14.6.2.** A Solução deverá contemplar a prestação de **serviços de suporte técnico em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, observadas as métricas e os parâmetros estabelecidos nos **Níveis de Serviço Exigidos (NSE)**, conforme detalhado no **ANEXO III** deste Termo de Referência. Deverá, ainda, ser assegurada a realização periódica de **manutenção preventiva e corretiva**, de modo a minimizar a ocorrência de falhas e garantir a continuidade e a confiabilidade da Solução.

**14.6.3.** Os requisitos de garantia deverão concentrar-se no **cumprimento das obrigações contratuais**, em estrita conformidade com os **padrões e métricas estabelecidos no ANEXO III (Níveis de Serviços Exigidos (NSE))** deste Termo de Referência.

**14.6.4.** O monitoramento e a manutenção dos serviços deverão ser realizados de forma **proativa**, assegurando-se o cumprimento contínuo dos limiares e parâmetros estabelecidos no Contrato, **independentemente da abertura de chamado** pelo Tribunal.

**14.6.5.** Na hipótese de abertura de chamado em razão de falha ou interrupção do serviço contratado, o **prazo para a respectiva solução** será contado a partir do **início da interrupção ou da efetiva detecção da falha**, o que ocorrer primeiro.

**14.6.6.** Os serviços de suporte técnico deverão abranger as **manutenções corretivas e evolutivas** do objeto contratado, **sem a geração de quaisquer custos adicionais** ao Tribunal.

**14.6.6.1.** Entende-se por **manutenção corretiva** o conjunto de procedimentos e intervenções técnicas destinados a restabelecer integralmente o funcionamento dos serviços, mediante a identificação, correção e eliminação definitiva dos defeitos ou falhas apresentados.

**14.6.6.2.** Entende-se por **manutenção evolutiva** o fornecimento de **novas versões e/ou releases corretivos e evolutivos** dos softwares que integram o objeto deste Termo de Referência, disponibilizados pelo fabricante ou desenvolvedor durante a vigência do Contrato.

**14.6.7.** A execução dos serviços de suporte técnico deverá ocorrer **por telefone ou por e-mail**, de forma **remota**, ou, quando a natureza do serviço assim exigir ou mediante solicitação do(a) Gestor(a) do Contrato, de forma **presencial (on-site)**, nas dependências do local onde o link estiver instalado, com a atuação de técnico devidamente qualificado.

**14.6.8.** Os chamados relativos aos serviços de suporte técnico terão origem na identificação, pela Equipe de Gestão do Contrato, de qualquer problema que comprometa o pleno funcionamento do objeto contratado, incluindo, mas não se limitando, a falhas relacionadas à **instalação, configuração, otimização e atualização** da Solução.

**14.6.9.** Para qualquer incidente que resulte em **interrupção total ou parcial dos serviços, degradação da qualidade ou redução da velocidade** do link contratado, o tempo correspondente será computado para fins de apuração dos prazos previstos no **ANEXO III (Níveis de Serviços Exigidos (NSE))** deste Termo de Referência.

**14.6.10.** O período de indisponibilidade será contado a partir da **primeira notificação do incidente**, seja por meio de alerta automático gerado por ferramenta de monitoramento em tempo real, pela detecção da equipe técnica do Tribunal ou pela abertura formal de chamado, **o que ocorrer primeiro**.

**14.6.11.** A substituição de equipamentos que apresentem problemas ou falhas de funcionamento será de **inteira e exclusiva responsabilidade da Contratada**, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

## **14.7. Critérios de Gerenciamento e Monitoração do Serviços**

**14.7.1.** A Contratada deverá disponibilizar ao Tribunal uma **Solução de Gerência de Rede** que contemple, no mínimo, os **módulos de gerenciamento de falhas, desempenho, disponibilidade e geração de relatórios de níveis de serviço**, em conformidade com as exigências contratuais.

**a)** A Solução de Gerência da Rede deverá disponibilizar **visualização on-line**, em formato **gráfico**, das informações da rede, possibilitando o acompanhamento e a monitoração do **estado global e detalhado** do ambiente; e

**b)** A Contratada deverá **disponibilizar acesso** à ferramenta de Gerência ao Tribunal, bem como **promover as adequações necessárias de visibilidade**, de modo a assegurar o pleno

acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados.

**14.7.2.** A Solução de Gerência da Rede deverá atuar de forma proativa, antecipando-se à ocorrência de falhas e garantindo o cumprimento dos Níveis de Serviço Exigidos (NSE), inclusive mediante a abertura, o acompanhamento e o encerramento de chamados relacionados à indisponibilidade do serviço. A operação deverá ocorrer em regime contínuo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todos os dias do ano.

**14.7.3.** Qualquer paralisação do serviço será considerada indisponibilidade, desde que devidamente comprovado que a falha não decorre de ação ou omissão do Tribunal.

## 15. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

**15.1.** Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Termo de Referência.

**15.2.** Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir com o objeto do Contrato.

**15.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 16.1. Obrigações gerais

**16.1.1.** Responder pelos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

**16.1.2.** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

**16.1.3.** Executar diretamente o objeto do Contrato, **vedada a subcontratação**, salvo nas hipóteses e condições **expressamente previstas no subitem 7.4** deste Termo de Referência.

**16.1.4.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais nela empregados, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte do Tribunal, conforme art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

**16.1.5.** Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto deste Termo de Referência, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade na execução dos trabalhos, dentro dos prazos estipulados e cujo descumprimento será considerado infração passível de aplicação das penalidades previstas.

**16.1.6.** Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Termo de Referência de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.

**16.1.7.** Comunicar formal e imediatamente ao(à) Gestor(a) do Contrato sobre possíveis alterações nos dados para contato com a Central de Atendimento.

**16.1.8.** Responsabilizar-se integralmente pela execução do suporte técnico, primando pela qualidade, desempenho e eficiência do serviço contratado.

**16.1.9.** Responder por escrito, no prazo de **até 2 (dois) dias corridos**, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes à execução do Contrato e que venham a ser solicitados pelo Tribunal.

**16.1.10.** Comunicar ao Tribunal, por escrito, qualquer anormalidade que possa colocar em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução do Contrato, propondo as ações corretivas necessárias.

**16.1.11.** Submeter, sob autorização expressa do Tribunal, qualquer alteração que se tornar essencial à continuidade na execução do Contrato.

**16.1.12.** Indicar endereço de e-mail para envio de comunicações relativas à execução do Contrato.

**16.1.13.** Monitorar o e-mail indicado para verificação de possíveis comunicações do Tribunal.

**16.1.13.1.** Em caso de alteração de e-mail, a Contratada deverá informar ao(à) Gestor(a) do Contrato.

**16.1.14.** Apresentar endereço de e-mail da emitente da garantia contratual, caso haja, para envio de notificações no caso de eventual início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em cumprimento ao art. 137, § 4º, da Lei n. 14.133/2021.

**16.1.15.** Fornecer todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo Tribunal, referentes ao fornecimento ou às especificações técnicas dos equipamentos, no prazo de **até 24 horas corridas**, por meio do preposto designado para o acompanhamento do Contrato, a partir da solicitação.

**16.1.16.** A Contratada deverá manter profissionais capacitados para desenvolver as atividades pertinentes à plena execução do objeto contratual, sendo-lhe exigíveis, no mínimo, profissionais com experiência comprovada, titulação e grau de escolaridade compatível com o nível de serviço a ser desenvolvido.

**16.1.17.** Disponibilizar ao Tribunal, a critério do(a) Gestor(a) do Contrato, todos os documentos, relatórios, registros de log e estatísticas produzidos ao longo da execução dos serviços, para fins de acompanhamento, fiscalização e eventual transição, no prazo de **até 30 (trinta) dias** anteriores ao término da vigência do Contrato.

**16.1.18.** Após o encerramento da vigência contratual, a Contratada deverá, no prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, promover a retirada de todos os equipamentos de sua propriedade utilizados na prestação dos serviços e que se encontrem nas dependências do Tribunal, reverter as adequações físicas e/ou estruturais eventualmente realizadas, bem como revogar todos os perfis de acesso, credenciais e caixas postais criados em razão da execução do Contrato, assegurando a completa desvinculação de seus recursos e acessos do ambiente institucional do Tribunal.

**16.1.19.** Apresentar a documentação técnica dos produtos que integram a Solução, preferencialmente redigida em língua portuguesa do Brasil, de forma clara, completa e atualizada, apta a subsidiar a correta utilização, operação, suporte e fiscalização do objeto contratado.

**16.1.20.** Acondicionar, sempre que possível, os equipamentos utilizados em gabinetes, armários ou racks já existentes nas dependências do Tribunal. Para tanto, o Tribunal disponibilizará o espaço físico necessário à instalação dos equipamentos, observadas as normas técnicas aplicáveis, de modo a assegurar a adequada organização, facilitar as atividades de manutenção e otimizar o gerenciamento da Solução contratada.

**16.1.21.** Fornecer a todos os seus colaboradores os equipamentos de segurança individual e coletiva, necessários à adequada execução dos serviços, assegurando a proteção da integridade física dos trabalhadores e o cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho durante a realização das atividades.

**16.1.22.** Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

## **16.2. Obrigações de segurança**

**16.2.1.** Observar, rigorosamente, todas as normas e todos os procedimentos de segurança implantados no ambiente de Tecnologia da Informação do Tribunal, em especial, a Resolução n. 350/2025, que Institui a Política de Segurança da Informação Cibernética - PSIC do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

**16.2.2.** Garantir a segurança, o sigilo e a confidencialidade das informações proprietárias do Tribunal, quando houver, abstendo-se de divulgar, repassar ou fornecer a terceiros quaisquer dados ou informações a que tenha tido acesso em razão da execução contratual, em estrita conformidade com o disposto no **ANEXO IV (Termo de Confidencialidade da Informação)** deste Termo de Referência.

**16.2.3.** Manter, em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou extinção do Contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, as informações obtidas em razão de sua execução ou da relação contratual mantida com o Tribunal, em especial as referentes:

- a)** à política de segurança adotada pelo Tribunal e às configurações de hardware e de software decorrentes;

b) ao processo de instalação, configuração de produtos, ferramentas e equipamentos; e

c) a quaisquer dados e informações armazenadas em sistemas do Tribunal, incluindo os relativos aos sistemas integrados ou migrados.

**16.2.4.** Garantir que a estrutura computacional do Tribunal seja utilizada exclusivamente para os fins relacionados ao objeto da prestação do serviço, sendo vedada sua utilização para quaisquer finalidades diversas das contratualmente previstas.

**16.2.5.** Manter o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo as políticas de segurança a serem aplicadas aos serviços contratados.

**16.2.6.** Monitorar a segurança da informação, no que tange à prevenção de acessos não autorizados, tentativas de comprometimento da integridade e disponibilidade das informações, objeto deste Termo de Referência.

**16.2.6.1.** Notificar imediatamente o Tribunal sempre que for detectada qualquer ameaça ou ataque ao objeto contratado, informando, de forma clara e detalhada, o tipo da ocorrência, as ações de resposta adotadas e as recomendações técnicas pertinentes para mitigação e prevenção de novos incidentes.

**16.2.7.** Ter ciência de que o uso do correio eletrônico e a navegação em sítios da internet a partir do ambiente de rede do Tribunal poderão ser submetidos a controle e auditoria, nos termos das normas e políticas institucionais aplicáveis.

**16.2.8.** Aplicar e manter devidamente atualizados os patches de segurança **em todos** os equipamentos integrantes de sua rede, de modo a preservar a segurança, a integridade e a confiabilidade dos serviços prestados.

**16.2.9.** Informar ao Tribunal a relação nominal dos técnicos que executarão as atividades de manutenção nas dependências dos Fóruns Digitais, mantendo-a permanentemente atualizada durante toda a vigência do Contrato.

**16.2.10.** Assinar o Termo de Confidencialidade disposto no **ANEXO IV (Termo de Confidencialidade da Informação)** deste Termo de Referência.

### **16.3. Obrigações de sustentabilidade**

**16.3.1.** Atender, no que couber, as recomendações contidas nos seguintes normativos do Tribunal e CNJ: Resolução n. 143/2020 - Institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia; Resolução n. 287-2023 - Dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável - PLS do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e as competências da comissão gestora do PLS - CGPLS e do Núcleo de acessibilidade, inclusão e gestão socioambiental - Nages; Resolução n. 550/2024-CNJ - Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade no Âmbito do Poder Judiciário.

**16.3.2.** Fornecer ao Tribunal, em formato digital, todos os documentos, relatórios, registros, artefatos e demais materiais produzidos em decorrência da execução do Contrato, salvo manifestação expressa em sentido diverso por parte da Administração.

**16.3.3.** Observar as **Normas Brasileiras (NBR)** editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, no que se refere ao manejo, à destinação e ao descarte de resíduos sólidos, adotando práticas ambientalmente adequadas. Deverá, ainda, ser implementada a **logística reversa**, quando aplicável, de modo a assegurar o retorno dos produtos ao ciclo adequado de reaproveitamento ou descarte final, com vistas à mitigação de impactos ambientais e à promoção da sustentabilidade.

**16.3.4.** Dar preferência à utilização de bens confeccionados com materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, em conformidade com as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

**16.3.5.** Garantir que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima das recomendadas pelas normas técnicas.

**16.3.6.** Recolher os resíduos dos processos de manutenção para fins de destinação adequada conforme legislação ambiental.

**16.3.7.** Utilizar, exclusivamente, equipamentos integrantes da Solução que estejam devidamente homologados pela **Anatel** e em conformidade com as normas técnicas da ABNT, especialmente no



que se refere às exigências ambientais, assegurando plena aderência às regulamentações vigentes no território nacional.

## 17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**17.1.** Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024-PR do Tribunal, o Contrato será acompanhado e fiscalizado pelos(as) seguintes servidores(as):

- a) Gestor(a): Cleiton Anderson Perfilio dos Santos,** e-mail: *cleitonanderson@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6549;
- b) Gestor(a) Substituto(a): Luiz Doniec dos Santos de Souza:** *luizdoniec@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6551;
- c) Fiscal Técnico: Pedro Felipe Costa Ruggeri ,** e-mail: *pedro.felipe@tjro.jus.br*, telefone (69) 3309-6549;
- d) Fiscal Técnico(a) Substituto(a): Tony Clayton Cunha do Amaral,** e-mail: *tony@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6549;
- e) Fiscal Demandante: Bruno Spadeto,** e-mail: *bspadeto@tjro.jus.br*, telefone (69) 3309-6548;
- f) Fiscal Demandante Substituto(a): Reginaldo de Souza Gadelha,** e-mail: *reginaldogadelha@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6541;
- g) Fiscal Administrativo: William Vinícius de Andrade Hipólito,** email: *williamhipolito@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309 - 6520; e
- h) Fiscal Administrativo Substituta: Adriele Marques Machado,** email: *adriele@tjro.jus.br*, telefone: (69)3309-6524.

**17.2.** A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada quanto aos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

**17.3.** Os(As) Gestores(as) e os(a) Fiscais do Contrato poderão ser localizados na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com endereço na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

**17.4.** Compete ao(à) **Gestor(a) do Contrato**, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- a)** acompanhar os prazos de execução e de vigência do Contrato, comunicando ao(à) contratado(a) e à unidade competente da Administração eventuais atrasos e encaminhando, em tempo hábil, expediente para a prorrogação do Contrato;
- b)** receber e conferir as faturas/notas fiscais ou documento equivalente emitidos pelo(a) contratado(a), e encaminhar, devidamente certificadas/atestadas ao setor competente, observando, previamente, se a fatura/nota fiscal ou documento equivalente apresentado pelo(a) contratado(a) refere-se ao objeto que foi efetivamente contratado;
- c)** emitir documento autenticando as notas fiscais, bem como certificar o recebimento do objeto adquirido/contratado;
- d)** encaminhar o processo à unidade competente para proceder a liquidação da despesa, alertando para a data limite para pagamento das faturas/notas fiscais ou documento equivalente;
- e)** elaborar a prorrogação de Contrato, se possível, junto à autoridade competente (ou às instâncias competentes), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;
- f)** elaborar a comunicação à área competente para abertura de nova licitação, antes de finda a prestação de serviços e com antecedência razoável;
- g)** cuidar das alterações de interesse do(a) contratado(a), que deverão ser por ele(a) formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação, sendo que, no caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução;

- h)** esclarecer dúvidas e transmitir instruções ao(à) contratado(a), comunicando alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, inclusive solicitando ao setor competente da Administração, quando necessária a emissão de parecer técnico;
- i)** deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização ao(à) contratado(a), com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa do(a) contratado(a), acionando as instâncias superiores e/ou os órgãos públicos competentes quando o fato exigir;
- j)** verificar se a entrega de materiais ou a prestação do serviço está sendo executada em conformidade com o pactuado, no tocante a prazo, especificações, preço e quantidade; e
- k)** rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado.

**17.5. Compete ao(à) Fiscal Técnico(a), além de outras atribuições, nos termos da lei:**

- a)** acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nos aspectos técnicos da solução, conforme o respectivo regramento técnico aplicável;
- b)** zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- c)** ler atentamente o instrumento contratual e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- d)** esclarecer dúvidas do(a) preposto(a)/representante do(a) contratado(a) que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- e)** receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- f)** tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos, e da Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que regerão sua função;
- g)** informar ao(à) gestor(a) de Contrato, em tempo hábil, irregularidades passíveis de punição, nos termos do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;
- h)** avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, de acordo com os critérios de aceitação definidos em Contrato; e
- i)** orientar o(a) contratado(a), por intermédio do(a) preposto(a), sobre a correta execução do Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

**17.6. Compete ao(à) Fiscal Administrativo(a), além de outras atribuições, nos termos da lei:**

- a)** acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nos aspectos administrativos, conforme rotinas e procedimentos estabelecidos pelo Tribunal e cláusulas do Contrato ou instrumento equivalente;
- b)** zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- c)** tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos, e da Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções de TIC), que regerão sua função;
- d)** manter cópia eletrônica, sempre que julgar necessário, do termo contratual e de todos os aditivos, se existentes, do edital da licitação, da especificação técnica, do projeto básico ou termo de referência, conforme o caso, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pelo(a) contratado(a);
- e)** elaborar, por segurança, registro próprio e individualizado de cada Contrato em que conste o controle dos pagamentos e saldo;
- f)** realizar o acompanhamento e controle dos prazos previstos no instrumento contratual, sob sua responsabilidade, para a correta execução de seu objeto, não obstante as atribuições da DCC;

- g)** notificar ao(à) contratado(a) em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);
- h)** verificar a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e CAGEFIMP do(a) contratado(a) para fins de pagamento; e
- i)** orientar a Contratada, por intermédio do preposto, sobre a correta execução do Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

**17.7. Compete ao(à) Fiscal Demandante, além de outras atribuições, nos termos da lei:**

- a)** a coordenação dos trabalhos necessários para a efetiva concretização de demanda de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- b)** acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nos aspectos operacionais, incluindo a fiscalização "*in loco*";
- c)** zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- d)** procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas para dirimir eventuais dúvidas e esclarecimentos;
- e)** tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos, e da Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que regerão sua função; e
- f)** orientar o(a) contratado(a), por intermédio do(a) preposto(a), sobre a correta execução do Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução

## **18. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**18.1.** A Contratada deverá, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contado do primeiro dia útil após a data da última assinatura do Contrato pelas partes, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal, prestar garantia de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor anual estimado, em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**, caso o valor do Contrato seja igual ou superior ao dobro do valor previsto no art. 70, inciso III, da Lei n. 14.133/2021, atualizado conforme a disposição contida no art. 182 do mesmo normativo legal, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei n. 14.133/2021:

- a)** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b)** seguro-garantia;
- c)** fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; ou
- d)** título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**18.1.1.** Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado junto a uma instituição financeira, na conta indicada pela Divisão de Contratos e Convênios (DCC/TJRO).

**18.1.2.** Se a opção de garantia se fizer na modalidade seguro-garantia ou título de capitalização, a apólice ou o título respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Deverá ser apresentado o número com que a apólice ou endosso, ou o título tenha sido registrado na SUSEP.

**18.1.3.** Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil e deverá ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho/RO.

**18.1.4.** Caso a garantia seja apresentada na forma de título de capitalização, deverá ser na modalidade Instrumento de Garantia, nos termos da Circular Susep n. 656/2022.

**18.1.5.** A garantia, nas modalidades seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, deverá ser apresentada ao Tribunal com validade não inferior a **90 (noventa) dias corridos** além da vigência contratual.

**18.1.6.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

**18.1.7.** A garantia, na modalidade caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, será devolvida à Contratada no prazo de **até 90 (noventa) dias corridos**, contado do término da vigência da garantia da Solução adquirida.

**18.2.** Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro, até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**18.3.** Se, por qualquer razão, for necessária a alteração do Contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação expedida pelo Tribunal.

**18.4.** Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, o Tribunal notificará a Contratada, para que a substitua no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação.

**18.5.** Se a Contratada desatender qualquer dos prazos acima referidos incorrerá na multa de **5% (cinco por cento)** sobre os seguintes valores:

a) valor anual do Contrato, no caso de descumprimento do subitem **18.1** deste Termo de Referência; e

b) valor a ser complementado ou substituído, no caso de descumprimento do subitem **18.3** ou **18.4** deste Termo de Referência.

**18.5.1.** Além da multa prevista no subitem **18.5** deste Termo de Referência, a Contratada poderá ser responsabilizada por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal, salvo na ocorrência de motivo aceitável justificado tempestivamente até o último dia do prazo. Nesse caso, o Tribunal indicará novo prazo à Contratada, que deverá cumpri-lo, caso contrário sofrerá a penalidade acima referida.

**18.6.** A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados ao Tribunal e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes do Contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

**18.7.** O Tribunal executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**18.7.1.** O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pelo Tribunal quanto ao início de processo administrativo para apuração de eventual descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n. 14.133/2021).

**18.7.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n. 662/2022.

**18.8.** Uma vez aplicada multa à Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, o Tribunal poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

**18.9.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Tribunal, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

**18.10.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**18.11.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal, com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

**18.12.** Desde já, a Contratada autoriza o Tribunal a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

**18.13.** No caso de extinção do Contrato determinada por ato unilateral e escrito do Tribunal, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a IX da Lei n. 14.133/2021 (havendo culpa da Contratada), a garantia será executada para ressarcimento do Tribunal, referente aos valores das multas e indenizações a ela porventura devidos, conforme art. 139, inciso III da referida Lei.

**18.14.** Quando a extinção ocorrer pelos motivos relacionados no art. 137, § 2º, incisos I a V da Lei n. 14.133/2021 (sem que haja culpa da Contratada), a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito à devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção e ao pagamento do custo da desmobilização (conforme art. 138, § 2º da referida Lei).

**18.15.** Quando a garantia contratual for na modalidade caução em dinheiro, a restituição dar-se-á mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorrente da execução do Contrato. Quando nas modalidades seguro-garantia, fiança bancária e título de capitalização a restituição far-se-á de ofício, após a execução do Contrato.

## **19. DAS PENALIDADES E GLOSAS**

**19.1.** Havendo recusa da empresa em assinar o Contrato ou instrumento equivalente, será aplicada multa de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal.

**19.1.1.** O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento de notificação pela empresa.

**19.2.** O atraso injustificado **para a realização da reunião de alinhamento**, conforme disposição contida no subitem **14.1.1** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **19.16** deste Termo.

**19.3.** O atraso injustificado **para a apresentação ou alterações e/ou ajustes do Projeto de Implantação da rede PJRO-FD**, conforme disposições contidas no subitem **14.2.1** e no subitem **14.2.3** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **19.16** deste Termo.

**19.4.** O atraso injustificado **para a instalação dos links**, conforme disposições contidas no subitem **14.3.1** e no subitem **14.3.2.1** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **19.16** deste Termo.

**19.5.** O atraso injustificado **para a regularização pertinente**, conforme disposição contida no subitem **14.4.5** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **19.16** deste Termo.

**19.6.** O atraso injustificado **para a instalação de um novo link**, conforme disposição contida no subitem **14.5.4** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **19.16** deste Termo.



**19.7.** O atraso injustificado **para a alteração de endereço de um link**, conforme disposição contida no subitem **14.5.5** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **19.16** deste Termo.

**19.8.** O atraso injustificado **a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica**, conforme disposição contida no subitem **16.1.9** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **19.16** deste Termo.

**19.9.** O atraso injustificado **para o recolhimento de todos os equipamentos de sua propriedade**, conforme disposição do subitem **16.1.18** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa de 0,01% (um centésimo por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até a 24ª (vigésima quarta) hora corrida contada a partir da primeira hora imediatamente posterior ao término do prazo. A partir da 25ª (vigésima quinta) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem **19.16** deste Termo.

**19.10.** O atraso injustificado **para a implementação da definição dos tipos de tráfego, suas prioridades e reserva de banda**, conforme disposição do subitem **6.13.1, alínea "f.2"**, do **ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa de 0,01% (um centésimo por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, até a 24ª (vigésima quarta) hora corrida contada a partir da primeira hora imediatamente posterior ao término do prazo. A partir da 25ª (vigésima quinta) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem **19.16** deste Termo.

**19.11.** **Pelo não cumprimento dos prazos e indicadores previstos nos Níveis de Serviços Exigidos - NSE**, conforme disposto no **ANEXO III (Níveis de Serviços Exigidos (NSE))** deste Termo de Referência, a Contratada estará sujeita às glosas estabelecidas no referido anexo. A partir do 5º (quinto) mês consecutivo ou intercalado de faturamento, caso haja aplicação de glosa pelo descumprimento de um mesmo NSE, poderá ser aplicada a sanção disposta no subitem **19.15** deste Termo.

**19.12.** A falta de comunicação da **alteração do endereço de e-mail**, conforme disposição contida no subitem **16.1.13.1** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total estimado do Contrato.

**19.13.** A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Termo de Referência, deverá, até o vencimento do respectivo prazo, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) do Contrato (***cleitonanderson@tjro.jus.br e dactic@tjro.jus.br***), **bem como a indicação do novo prazo que considerar necessário para a execução da obrigação, juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do Tribunal a sua aceitação.

**19.14.** Vencido o prazo estipulado, o Tribunal oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data/hora limite para a execução. A partir da data/hora limite considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem **19.16** deste Termo de Referência.

**19.15.** A execução do objeto deste Termo de Referência até a data/hora limite de que trata o subitem anterior não isenta a Contratada das respectivas multas previstas nos subitens **19.2, 19.3, 19.4, 19.5, 19.6, 19.7, 19.8, 19.9 e/ou 19.10** deste Termo.

**19.16.** Pelo descumprimento parcial do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado.

**19.17.** Pelo descumprimento total do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de **15% (quinze por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado.

**19.18.** As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

**19.19.** As multas devidas, bem como os prejuízos causados ao Tribunal não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da Lei e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**19.20.** A Contratada inadimplente, quando não tiver valores a receber do Tribunal, terá o prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

**19.21.** A aplicação de multa e/ou a extinção do Contrato não impede que o Tribunal aplique à empresa as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

**19.22.** Cautelarmente, o Tribunal poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

## **20. DA ALTERAÇÃO, DO REAJUSTE DE PREÇOS, DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**20.1.** O Contrato poderá ser **alterado**, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

**20.1.1.** A revisão contratual (revisão de preços ou recomposição) é cabível diante de fatos supervenientes à formulação da proposta e externos à relação contratual, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, podendo se dar tanto a favor da Contratada quanto da Administração.

**20.1.2.** Caso a Contratada requeira a revisão de preços contratados, o pedido deverá ser obrigatoriamente formalizado e instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:

- a) ofício** circunstanciado, subscrito pelo representante legal da Contratada ou outra pessoa devidamente constituída por meio de procuração, contendo exposição detalhada e fundamentada dos fatos supervenientes que motivam o pleito de revisão contratual, com a respectiva indicação dos impactos ocorridos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;
- b) planilha** de custos demonstrando a equação econômico-financeira original apresentada na proposta de preços que fundamentou a contratação;
- c) planilha** de custos atualizada, contendo a nova composição de custos que reflete a situação presente do Contrato, evidenciando os efeitos dos fatos supervenientes alegados; e
- d) documentos comprobatórios** idôneos que evidenciem a ocorrência e a veracidade dos fatos supervenientes apresentados, capazes de demonstrar de modo claro e objetivo a necessidade de revisão contratual.

**20.1.3.** O Tribunal deverá analisar o pedido de revisão contratual, verificando:

- a)** se os fundamentos da imprevisibilidade suscitados pela Contratada efetivamente configuram fato superveniente e álea extraordinária, que guarda nexos causal com a variação de preços, apta a inviabilizar a execução contratual nos termos originalmente pactuados;
- b)** se foram apresentados documentos que comprovam que a Contratada efetivamente arcou com os ônus da oscilação de preços durante o período respectivo;
- c)** quando o pedido se embasa na oscilação de preços de apenas alguns itens, se eventuais oscilações de preços de outros insumos reduziram os encargos da Contratada, de modo a manter equilíbrio econômico-financeiro do Contrato como um todo;
- d)** se o pedido se fundamenta em algum fator de risco alocado no Contrato e sob a responsabilidade da Contratada;
- e)** se houve culpa da Contratada pela majoração dos seus encargos e/ou se ela deu causa a atrasos injustificáveis; e
- f)** qual o saldo remanescente posterior ao fato gerador.

**20.1.4.** No curso da análise do pedido de revisão contratual apresentado pela Contratada, o Tribunal poderá requerer informações ou documentos adicionais.

**20.1.5.** Cabe ao Tribunal confrontar os preços apresentados pela Contratada com os valores praticados no mercado, mediante realização de pesquisa própria.

**20.1.6.** A Contratada deverá formular seu pedido de revisão previamente à prorrogação ou à extinção do Contrato, sob pena de preclusão, na forma do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal n.

14.133/2021.

**20.1.7.** A revisão deve se dar, em regra, com efeitos retroativos, a contar da data do evento que ocasionou a alteração da equação econômico-financeira da proposta, devendo a Contratada formular o pedido tão logo tenha conhecimento da repercussão dos fatos supervenientes.

**20.1.8.** A mera variação de preços ou flutuação cambial não é, por si só, suficiente para justificar a revisão contratual.

**20.1.9.** Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá ser analisado e respondido pelo Tribunal, no prazo de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir da instrução completa do requerimento pela Contratada.

**20.2.** A periodicidade para eventual reajuste de preços do Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, calculado pelo **IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

**20.3.** Observadas as demais disposições constantes no Capítulo VIII, Título III, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** do Contrato:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal, se a Contratada inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei; e

b) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal se durante a vigência do Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e

c) poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

**20.4.** Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. Em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

## **21. DO PAGAMENTO**

### **21.1. Do Faturamento**

**21.1.1.** A Contratada deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

**21.1.1.1.** Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a Contratada deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490/2014.

**21.1.1.2.** No âmbito do Estado de Rondônia, os serviços de telecomunicação prestados para a administração pública estadual são isentos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, em decorrência das disposições contidas no item 49 da Tabela I do Anexo I (Isenções - Concessões por Tempo Indeterminado) do regulamento do ICMS, Decreto n. 22.721 de 05/04/2018.

### **21.2. Das Formas de Pagamento**

**21.2.1.** O pagamento será realizado observando-se as seguintes regras para cada item:

Item	Descrição	Regras de Pagamento
1	Links de dados de 500Mbps para os fóruns digitais.	O pagamento será iniciado a partir do recebimento definitivo, de acordo com as solicitações encaminhadas pelo Tribunal.  O pagamento será <b>mensal</b> , após avaliação dos serviços.
2	Links de dados de 200Mbps para os fóruns digitais.	
3	Link de dados para os concentradores	
4	Instalações dos links de 500Mbps	O pagamento pela instalação dos links será em <b>parcela única</b> , a partir do recebimento definitivo, de acordo com as solicitações encaminhadas pelo Tribunal.
5	Instalações dos links de 200Mbps	
6	Instalação dos links concentradores	

### 21.3. Da Identificação dos Valores Devidos

**21.3.1.** Encerrado o mês de medição dos serviços de comunicação de dados, o Tribunal encaminhará à Contratada, **até o 5º (quinto) dia útil** do mês subsequente, o "**Relatório de Execução dos Serviços**". O relatório indicará o valor a ser pago em razão da qualidade aferida dos serviços prestados e o valor final sujeito à análise, bem como as informações descritas a seguir:

- a) tabela contendo a relação mensal da indisponibilidade de cada link de dados, com indicação dos horários de início e término de cada evento, bem como a duração respectiva em minutos; e
- b) tabela indicando, para cada circuito, a disponibilidade aferida no respectivo período, a quantidade de minutos de indisponibilidade, o valor da eventual glosa e o valor final a ser pago.

**21.3.2.** Após o recebimento do "**Relatório de Execução dos Serviços**" pela Contratada, esta deverá apresentar ao Tribunal, no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento, o "**Relatório de Verificação de Eventos**", contendo explicações detalhadas e eventuais justificativas para cada atraso ou violação dos **Níveis de Serviços Exigidos (NSE)**.

**21.3.2.1.** Caso haja discordância quanto ao "**Relatório de Execução dos Serviços**", a Contratada deverá apresentar, de forma fundamentada, os dados e informações que considere corretos, abrangendo: tempo de indisponibilidade, tempo de interrupções programadas, tempo de interrupções atribuídas ao Tribunal, valor mensal do circuito, valor de eventual glosa aplicada e o valor total que entende ser devido.

**21.3.3.** Ao examinar o "**Relatório de Verificação dos Eventos**", o Tribunal poderá exigir da Contratada a apresentação de um "**Relatório Analítico**" referente a cada indisponibilidade, contendo as seguintes informações:

- a) Disponibilidade do Circuito;
- b) Taxa de Perdas de Pacotes;
- c) Latência Média e Máxima Diária;
- d) Ocupação Média e Máxima Diária de Banda do Circuito;
- e) Alarmes e Eventos; e
- f) Justificativas e uma breve descrição da solução adotada.

**21.3.4.** O Tribunal deverá apresentar, **no prazo de até 3 (três) dias úteis**, contado do primeiro dia útil seguinte ao recebimento da documentação, o aceite ou a impugnação do respectivo "**Relatório de Verificação dos Eventos**".

**21.3.4.1.** No caso de aceitação do seu conteúdo, o Tribunal solicitará da Contratada a emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme apresentado no "**Relatório de Verificação dos Eventos**".

**21.3.4.2.** Em caso de impugnação, o Tribunal apontará expressamente cada item de sua discordância, bem como estabelecerá o valor final a ser faturado, conforme as disposições do **ANEXO III (Níveis de Serviços Exigidos (NSE))** deste Termo de Referência. Na sequência,

solicitará à Contratada a emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme os valores determinados pelo Tribunal.

**21.3.4.2.1.** A análise da contestação da impugnação, caso haja, será realizada em autos apartados.

**21.3.4.2.2.** Caso haja controvérsia acerca dos valores finais dos serviços e a Contratada faça jus à complementação, deverá ser apresentada nova nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, a título complementar. A liquidação e o pagamento observarão os mesmos prazos estabelecidos no Contrato, condicionados à manutenção da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada

## 21.4. Da Liquidação e Pagamento

**21.4.1.** O pagamento pela **instalação dos links** será realizado em **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da apresentação da respectiva nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme disposto no Item **21.1** deste Termo de Referência, desde que comprovada a execução dos serviços.

**21.4.1.1.** O pagamento referente à instalação ficará condicionado à sua aceitação definitiva.

**21.4.1.2.** O pagamento **mensal dos links** será efetuado em **30 (trinta) dias corridos**, contado a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente **do período (mês)**, com o devido aceite/certificação do(a) Gestor(a) do Contrato, conforme disposto no Item **21.1** deste Termo de Referência, desde que os serviços tenham sido executados.

**21.4.1.2.1.** A emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente dos serviços mensais deverá ocorrer no mês seguinte à execução dos serviços.

**21.4.1.3.** O Tribunal poderá deduzir, da nota fiscal ou de documento de cobrança equivalente referente ao **período (mês)**, os valores correspondentes a indenizações, multas, glosas ou qualquer prejuízo decorrente da execução do Contrato.

**21.4.1.4.** O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela Contratada, em sua proposta.

**21.4.1.5.** Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

**21.4.1.6.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**21.4.1.7.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
-------------	-------------------	------------------

Onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).



## 23. DA SUSTENTABILIDADE

**23.1.** Considerando a atuação institucional do Tribunal na promoção de políticas de responsabilidade social e ambiental, além da inclusão de critérios de sustentabilidade nas especificações do objeto, foram previstas, no subitem **16.3** deste Termo de Referência, as obrigações pertinentes à Contratada.

## 24. DA PROTEÇÃO DE DADOS

**24.1.** Em conformidade com a Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e a Resolução n. 363/2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, as partes obrigam-se a observar integralmente as normas referentes ao tratamento de dados pessoais relacionadas ao objeto deste Termo de Referência. Comprometem-se, ainda, a resguardar os direitos e garantias fundamentais, especialmente quanto à liberdade, privacidade e confidencialidade das informações, em estrita observância à legislação aplicável.

## 25. DOS ANEXOS

**25.1.** São partes integrantes do presente Termo de Referência:

- a) **ANEXO I** - Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução;
- b) **ANEXO II** - Testes para Recebimento;
- c) **ANEXO III** - Níveis de Serviços Exigidos (NSE); e
- e) **ANEXO IV** - Termo de Confidencialidade da Informação.

Bruno Spadeto  
Matricula 204396-3  
**Integrante Demandante**

Cleiton Anderson Porfílio dos Santos  
Matricula 505130-0  
**Integrante Técnico**

Jackson Alves Saraiva  
Matricula 204973-2  
**Integrante Técnico**

José Leonardo Gomes Donato  
Matricula 203349-6  
**Integrante Administrativo**

## ANEXO I

### MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA, QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DA SOLUÇÃO

Segue no quadro abaixo o modelo para apresentação de proposta comercial, com a necessidade de demonstração do valor referente à isenção do ICMS em relação aos serviços de telecomunicações prestados para a Administração Pública do Estado de Rondônia:

G ru po	I t e m	Descrição	Quantida de de Links a ser	Quantida de estimada de Meses	Valor Unitário do item SEM desconto	Valor Unitário do item COM desconto	Valor Total do item COM desconto do ICMS (R\$)
---------------	------------------	-----------	-------------------------------------	--	--	--	--

			contratados		do ICMS (R\$)	do ICMS (R\$)	pelo período de 60 (sessenta) meses
1	1	Link de dados de 500Mbps	26 un	60			
	2	Link de dados de 200Mbps	02 un	60			
	3	Link de dados para os concentradores	02 un	60			
	4	Instalação do link de 500Mbps	26 un	-			
	5	Instalação do link de 200Mbps	02 un	-			
	6	Instalação do link de concentradores	02 un	-			
<b>Valor Total do Item/Grupo, SEM desconto do ICMS: R\$</b>							
<b>Valor Total do Item/Grupo, COM desconto do ICMS: R\$</b>							

A empresa deverá apresentar, também, sua proposta detalhada com desconto do ICMS, indicando o valor de cada link e instalações, nos termos do quadro abaixo:

Item	(A) Localidade	(B) Velocidade Mínima (Mbps)	(C) Velocidade e Ofertada (Mbps)	(D) Valor de instalação do link (R\$)	(E) Valor unitário mensal do link (R\$)	(F = E x 60 + D) Valor Total do item, pelo período de 60 (sessenta) meses
01	Candeias do Jamari	500				
02	Extrema	500				
03	Itapuã do Oeste	500				
04	Cujubim	500				
05	Alto Paraíso	500				
06	Monte Negro	500				
07	Campo Novo de Rondônia	500				
08	Mirante da Serra	500				
09	Chupinguaia	500				
10	Seringueiras	500				
11	Alto Alegre dos Parecis	500				
12	São Felipe do Oeste	500				
13	Urupá	500				
14	União Bandeirantes	500				
15	Calama	≥ 200				
16	Vista Alegre do Abunã	500				
17	Vale do Anari	500				
18	Cacaulândia	500				
19	Governador Jorge Teixeira	500				

20	Pimenteiras	500				
21	Cabixi	500				
22	Nova União	500				
23	Castanheiras	500				
24	Jaci-Paraná	500				
25	Nova Dimensão	500				
26	Parecis	500				
27	São Carlos	≥ 200				
28	Rio Crespo	500				
29	<b>Ponto Concentrador</b> (Sala cofre - edifício sede do Tribunal de Justiça)	≥ 14Gbps				
30	<b>Ponto Concentrador</b> (Sala segura - Fórum Geral de Porto Velho César Montenegro)	≥ 14Gbps				
<b>SUBTOTAIS</b>						

## 1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA SOLUÇÃO

**1.1.** A contratação tem como escopo uma Solução de rede de comunicação de dados privada para interligar os Fóruns Digitais do Poder Judiciário do Estado de Rondônia que assegure a eficácia, segurança e continuidade das operações judiciais em todo o Estado. As localidades a serem atendidas estão relacionadas na **Tabela 1**, constante do **item 3 deste Anexo**.

**1.2.** A Solução deverá garantir conectividade contínua e estável entre todas as unidades do Tribunal, incluindo as unidades centrais e as localizadas em áreas remotas. A interligação de todas as unidades do Tribunal é crucial para assegurar o acesso aos sistemas judiciais e administrativos, permitindo que o fluxo de trabalho ocorra sem interrupções.

**1.3.** A Solução de rede deverá incluir medidas robustas de segurança, como criptografia de dados em trânsito e em repouso, autenticação forte para o acesso aos recursos da rede, e proteção contra ataques cibernéticos, considerando que o Tribunal lida com informações altamente sensíveis, e a integridade e confidencialidade dos dados devem ser garantidas para cumprir com as regulamentações legais e proteger os direitos dos cidadãos.

**1.4.** A Solução deverá proporcionar uma alta qualidade de serviço (QoS), com garantias de baixa latência, alta disponibilidade e baixa perda de pacotes. A rede deverá ser capaz de suportar aplicações críticas, como videoconferências, sistemas de gestão processual e comunicação entre as unidades. A eficiência operacional do Tribunal depende da capacidade da rede de suportar aplicações críticas sem interrupções ou degradação de performance, especialmente em momentos de grande demanda.

**1.5.** A infraestrutura da rede deverá ser escalável, permitindo a adição de novas unidades e o aumento da capacidade de transmissão de dados conforme necessário, sem a necessidade de revisões significativas na infraestrutura existente. O crescimento das operações do Tribunal e a evolução das demandas tecnológicas exigem que a rede possa expandir sem grandes impactos no orçamento ou no tempo de implementação.

**1.6.** A Solução deverá incluir um sistema de gerenciamento e monitoramento centralizado que permita à equipe de TI do Tribunal supervisionar o desempenho da rede em tempo real, detectar e resolver problemas proativamente, e gerar relatórios de desempenho e conformidade. Um gerenciamento eficiente da rede é essencial para garantir a disponibilidade dos serviços e para a rápida resolução de incidentes que possam impactar as operações judiciais.

**1.7.** A continuidade dos serviços judiciais depende da pronta resposta a problemas técnicos e da manutenção regular da rede para prevenir falhas que possam interromper o trabalho das unidades do Tribunal.

**1.8.** As instalações elétricas, lógicas, aterramento, reformas que forem necessárias para instalação dos equipamentos, dentro das instalações do Tribunal, serão de responsabilidade da Contratada, que encaminhará o projeto previamente para aprovação do Departamento de Engenharia e Arquitetura - DEA. Todas as intervenções de engenharia deverão seguir as normas do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

## **1.9. Necessidades da Rede PJRO-FD de comunicação.**

### **a) Comunicação de dados com os Fóruns Digitais**

**a.1.** Para garantir a entrega eficiente dos serviços de Tecnologia da Informação, é imprescindível estabelecer uma conexão confiável entre os diversos Fóruns Digitais do Tribunal e os Datacenters localizados no Edifício Sede e no Fórum Geral - FGPV. A **Tabela 1**, constante do **item 3 deste Anexo**, detalha as unidades que necessitam ser atendidas com os links de comunicação, abrangendo Fóruns Digitais e os pontos concentradores a serem instalados em Porto Velho/RO. Esses links devem não apenas atender à demanda atual, mas também permitir uma futura expansão das operações;

**a.2.** O serviço de conectividade por meio de enlaces de comunicação (links ponto-a-ponto) é essencial para o Poder Judiciário, pois sem ele, não é possível realizar as atividades-fim, como procedimentos de cartório, registro e tramitação de processos, expedição de mandados de segurança, emissão de sentenças, realização de audiências por videoconferência, além das atividades administrativas, como protocolo e mensageria, entre outras; e

**a.3.** A Solução proposta deverá possibilitar o tráfego de aplicações corporativas (sistemas de informação, troca de arquivos, correio eletrônico, intranet, banco de dados...), utilizando a família de protocolos TCP/IP, para a interligação das redes LAN de todas as localidades listadas na **Tabela 1**, constante do **item 3 deste Anexo**.

### **b) Rede privativa SLPE**

**b.1.** A rede SLPE será privada, com links isolados uns dos outros e da Internet, esse tipo de serviço que será usado para cada Fórum Digital, para garantir a segurança e a integridade dos dados transmitidos. Não é seguro utilizar banda compartilhada de transmissão de dados, pois a comunicação é fundamental para as atividades jurisdicionais. O uso privativo garante um meio exclusivo e um tratamento diferenciado em relação aos demais clientes da Contratada. Essencialmente, é uma maneira de conectar dois ou mais pontos de uma rede de forma segura e dedicada, usando a tecnologia **Ethernet**.

#### **b.2. Principais Características do SLPE:**

**b.2.1. Segurança:** A linha é exclusiva para a comunicação do Fórum Digital com o Tribunal. O tráfego de dados é isolado do tráfego da Internet pública, o que garante maior segurança, privacidade e total confidencialidade aos dados;

**b.2.2. Desempenho:** Oferece banda larga garantida e simétrica (mesma velocidade de download e upload), além de uma baixa latência (atraso de comunicação) para aplicações em tempo real como sistemas de videoconferência, voz sobre IP (VoIP) e transferência de grandes arquivos;

**b.2.3. Escalabilidade:** A largura de banda pode ser facilmente aumentada (escalável, frequentemente até 10Gbps ou mais), conforme as necessidades do Tribunal, sem grandes alterações de equipamento;

**b.2.4. Confiabilidade:** Possui um SLA (Service Level Agreement) com alta garantia de disponibilidade, essencial para sistemas de missão crítica;

**b.2.5. Simplicidade:** Utiliza a interface Ethernet padrão, facilitando a gestão e a integração com as redes locais (LANs) existentes; e

**b.2.6. Baixa Latência:** A latência é o tempo que os dados levam para ir de um ponto a outro. Com o SLPE, esse tempo é minimizado, pois não há "congestionamento" de rede. Isso é fundamental para sistemas que precisam de respostas rápidas, como webconferências, por exemplo.

### **c) Gerenciamento e monitoramento de rede**

**c.1.** Dada a forte dependência dos serviços do Tribunal em relação à qualidade e disponibilidade dos serviços de transmissão de dados, é essencial que a rede **PJRO-FD** seja monitorada 24 horas por dia. Esse monitoramento contínuo deve permitir o acionamento automático da equipe da Contratada, facilitando a rápida identificação de falhas e minimizando o tempo de recuperação em caso de incidentes;

**c.2.** A Contratada deverá disponibilizar Solução de Gerência da Rede que contemple os módulos de gerência de falhas, desempenho, disponibilidade e relatórios de nível de serviço:

**c.2.1.** A Solução de Gerência da Rede deverá disponibilizar a visualização de informações on-line (de forma gráfica) da rede para o acompanhamento e monitoração do estado global e detalhado do ambiente; e

**c.2.2.** A Contratada deverá disponibilizar acesso à ferramenta de Gerência e realizar as adequações de visibilidade necessárias.

**c.3.** A Solução de Gerência da Rede da Contratada deverá atuar de forma pró-ativa, antecipando-se aos problemas na rede e garantindo o cumprimento os **Níveis de Serviços Exigidos (NSE)**.

**c.4.** Qualquer paralisação será considerada como indisponibilidade, desde que comprovadamente a falha não seja ocasionada pelo Tribunal;

**c.5.** Para garantir redundância, alta disponibilidade dos serviços, gerenciamento e monitoramento, deve ser instalados 2 CPEs em Porto Velho/RO: 1 na sala cofre (edifício-sede do Tribunal) e 1 na sala segura (Fórum Geral de Porto Velho César Montenegro). Cada um deverá ter conexão redundante com os dois Firewalls do Tribunal, conforme demonstrado na **Figura 4** abaixo. A instalação e manutenção de todas as conexões físicas entre os CPEs e os equipamentos do Tribunal serão de responsabilidade da Contratada;

**c.6.** Em cada Fórum Digital, a Contratada deverá instalar um equipamento chamado de CPE ("Customer Premises Equipment" - Equipamento nas Instalações do Cliente), conectado à SLPE da operadora até chegar aos CPEs que serão instalados e conectados aos Firewalls nos Datacenters do Tribunal em Porto Velho/RO. Conforme pode-se observar na **Figura 4** abaixo, cada Fórum Digital terá um link dedicado, de acordo com a **Tabela 1**, constante do **item 3 deste Anexo**, os dados serão encaminhados da localidade aos Firewalls do Tribunal em Porto Velho/RO;

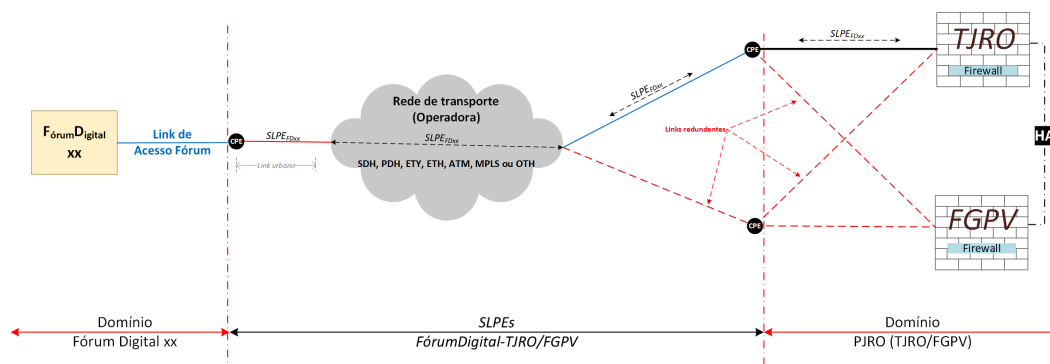


Figura 4 - Serviço de Linha Privada Ethernet (SLPE).

**c.7.** Além de interligar todos os Fóruns Digitais do Tribunal sem acessos cruzados entre eles, a rede deve suportar todos os serviços, permitindo a integração completa do tráfego de dados, voz e vídeo, bem como a facilidade para a conexão de novos pontos;

**c.8.** A Solução proposta deverá possibilitar a implementação de QoS (Qualidade de Serviço) nos equipamentos da Contratada, assegurando a priorização adequada do tráfego de rede conforme as necessidades específicas do Tribunal;

**c.9.** A rede também deverá incluir ferramentas de gerenciamento e monitoramento da sua infraestrutura, permitindo a observação contínua e a avaliação da disponibilidade de todas as métricas descritas no **ANEXO III (Níveis de Serviço Exigidos (NSE))** do Termo de Referência.

Além disso, deverá haver a possibilidade de emissão de alertas em caso de detecção de inconsistências no funcionamento padrão da rede, permitindo uma resposta rápida para a resolução de problemas e a manutenção da continuidade dos serviços;

**c.10.** A rede contratada deverá incluir uma Solução robusta capaz de monitorar o atendimento aos requisitos mínimos de qualidade e disponibilidade previstos no **ANEXO III (Níveis de Serviço Exigidos (NSE))** do Termo de Referência. Essa Solução deve permitir consultas detalhadas às configurações e parâmetros dos equipamentos **de rede** e emitir alertas automáticos aos administradores da rede em caso de inconformidades ou falhas nos links ou **nos equipamentos de rede**;

**c.11.** Além disso, a Solução de gerenciamento deverá incluir uma ferramenta eficaz para a abertura e acompanhamento de chamados, bem como para a geração de relatórios de atendimento aos **Níveis de Serviço Exigidos (NSE)**.

**c.12.** Essa abordagem proativa no gerenciamento e monitoramento da rede é crucial para garantir que as operações do Tribunal não sejam impactadas negativamente por falhas na infraestrutura de TI, assegurando, assim, a alta disponibilidade dos serviços e a segurança das informações transmitidas;

**c.13.** Durante a vigência do Contrato, havendo alteração dos endereços relacionados na **Tabela 1**, constante do **item 3 deste Anexo**, deverão ser adotados os procedimentos descritos no subitem **14.5 (Da Mudança de Endereços e Instalação de Novos Links)** do Termo de Referência;

**c.14.** Um endereço IP deverá ser fornecido por equipamento terminal de modo que o equipamento possa ser identificado ou acessado de qualquer outro ponto da Intranet do Tribunal;

**c.15.** Em todos os equipamentos de rede (**CPEs**) deverão conter configuração de comunidade de leitura (READ) do SNMPv2c ou SNMPv3, comunidade esta a ser repassada pela equipe técnica do Tribunal.

**c.16.** A Solução deverá permitir a coleta de informações de fluxos que circulam pelo equipamento, e exportar os dados resultantes para um servidor de análise utilizando um protocolo padrão de mercado, como IPFIX, Netflow ou Jflow.

**1.12.** Todas as unidades dos Fóruns Digitais e o Datacenter do Tribunal já possuem uma sala específica, chamada Sala Telecom, destinada para atender aos equipamentos de comunicação e que encontra-se instalados Racks padrão 19", os quais serão cedidos espaço para a Contratada, a combinar.

**1.13.** O Concentrador deverá ser dimensionado para suportar o somatório dos tráfegos a serem contratados sob demanda, de acordo com as necessidades do Tribunal.

**1.14.** O equipamento a ser fornecido pela Contratada, que receberá os links das unidades remotas dos Fóruns Digitais, deverá possuir portas (WAN/LAN) suficientes, que contemple as tecnologias necessárias de forma a atender todas as características técnicas do Tribunal.

**1.15.** A Solução deverá ser baseada em circuitos virtuais ou semelhantes, que ofereçam flexibilidade de configuração e alteração da topologia da rede, de modo a permitir a incorporação de novas conexões sem necessidade de alteração das já existentes.

**1.16.** O serviço ofertado deverá permitir a conexão das redes sem a necessidade da intervenção dos usuários.

**1.17.** Caberá ao Tribunal a responsabilidade pela indicação do local físico de instalação do equipamento de conectividade fornecido pela Contratada.

**1.18.** Todo o plano de endereçamento IP (rede WAN e LAN) a ser utilizado na configuração dos equipamentos de telecomunicação deverá ser definido pela equipe técnica da Contratada, em conjunto com a equipe técnica do Tribunal.

**1.19.** Qualquer computador/impressora/Telefone VoIP instalados na rede do Fórum Digital, deverá ser capaz de receber as configurações de rede (IPv4) via DHCP, localizado no Datacenter do Tribunal em Porto Velho/RO.



**1.20.** Caso seja instalado um Ponto de Acesso (*Access Point*), além de receber as configurações IPv4, deverá também, localizar a Controladora Central Wi-Fi na rede.

**1.21.** Os usuários que se "logarem" na rede devem ser autenticados no servidor de rede via AD (Active Directory).

**1.22.** As configurações de IPv4 (OSPF ou BGP) dos equipamentos fornecidos pela Contratada são fornecidas pelo Tribunal, através de uma planilha contendo: nome do fórum digital, sigla, a rede IPv4, endereço de *gateway*, *loopback* e endereços ponto a ponto para até dois links (principal e redundante opcional).

**1.23.** Toda e qualquer saída para a Internet será feita através do link Internet do Tribunal nos *Datacenters* em Porto Velho/RO.

**1.24.** Os Links Concentradores deverão ser entregues pela Contratada em um único meio físico, sem fracionamento.

**1.25.** Todos os equipamentos de rede (CPEs) a serem fornecidos pela Contratada devem suportar os protocolos de roteamento dinâmico OSPF e BGP.

## 2. Critérios de Gerenciamento e Monitoração do Serviços

**2.1.** Os critérios de disponibilização e atuação da Solução de Gerência de Redes estão pormenorizados no subitem 14.7 (Critérios de Gerenciamento e Monitoração do Serviços) do Termo de Referência.

## 3. Endereços e Velocidades dos Fóruns Digitais e Pontos Concentradores

**3.1.** Na tabela 1, consta a relação dos prédios dos fóruns digitais.

Fóruns Digitais				
Item	Localidade	Endereço	Velocidade Mínima (Mbps)	Situação
1	Candeias do Jamari	Av. Transcontinental eq. Av. Tancredo Neves, Quadra n. 14, Setor 04	500	Instalado em 12/12/2023
2	Extrema	BR 364 c/ Av. Castelo Branco	500	Instalado em 23/12/2021
3	Itapuã do Oeste	Rua Presidente Médici, Setor 01, Quadra 34, Lote 206A, esquina com Rua Salvador, Itapuã do Oeste/RO	500	Instalado em 13/12/2023
4	Cujubim	Av. Cujubim, eq. Av. Garça, Lote 01-A, Quadra n. 04, Setor 02	500	Instalado em 28/12/2023
5	Alto Paraíso	Av. João Paulo II, Setor 01, Quadra 28, Lote 04/E	500	Instalado em 22/03/2024
6	Monte Negro	R. Castelo Branco/ R. Francisco Prestes, Lotes 14, 15, 16 e 17, Quadra n. 6A, Setor 02	500	Instalado em 13/11/2024
7	Campo Novo de Rondônia	Av. Tancredo Neves eq. Av. Primeiro de Maio, Lote 0160, Quadra n. 0001, Setor 04	500	Instalado em 13/11/2024
8	Mirante da Serra	Rua Mal.Rondon, 2434, Centro	500	Instalado em 19/11/2021

9	Chupinguaia	R. Senador Ronaldo Aragão, entre as Ruas Ulisses Guimarães e Av. 27, Lote 01, Quadra 06, Setor 10	500	Instalado em 20/03/2025
10	Seringueiras	Av. Marechal Rondon com Rua São Paulo	500	Em fase de licitação
11	Alto Alegre dos Parecis	Av. Afonso Pena	500	Em fase de licitação
12	São Felipe do Oeste	Rua Castelo Branco entre a Av. Governador Jorge Teixeira e Travessa da Amizade	500	Contrato assinado - Iniciar construção
13	Urupá	Rua Augusto Hajdasz com a Avenida Getúlio Vargas	500	Contrato assinado - Iniciar construção
14	União Bandeirantes	Avenida Brasil entre as Rua Manaus e Rua José da Silva	500	Contrato assinado - Iniciar construção
15	Calama	Rua Mercedes de Araújo, s/n, Baixo Madeira, Distrito de Calama	$\geq 200$	Em fase de licitação
16	Vista Alegre do Abunã	Entre as ruas Rua João Bortolozo e Rua Luiz Antônio Miotto - quadra 397 (4611329)	500	Em fase de licitação
17	Vale do Anari	Sem endereço definido	500	Em planejamento
18	Cacaulândia	Sem endereço definido	500	Em planejamento
19	Governador Jorge Teixeira	Sem endereço definido	500	Em planejamento
20	Pimenteiras	Sem endereço definido	500	Em planejamento
21	Cabixi	Sem endereço definido	500	Em planejamento
22	Nova União	Sem endereço definido	500	Em planejamento
23	Castanheiras	Sem endereço definido	500	Em planejamento
24	Jaci-Paraná	Sem endereço definido	500	Em negociação
25	Nova Dimensão	Sem endereço definido	500	Em negociação
26	Parecis	Sem endereço definido	500	Em negociação
27	São Carlos	Sem endereço definido	$\geq 200$	Em negociação
28	Rio Crespo	Sem endereço definido	500	Em negociação
<b>Pontos Concentradores</b>				
Item	Localidade	Endereço	Velocidade Mínima (Gbps)	Situação
1	Sala cofre - edifício sede do Tribunal de Justiça	R. José Camacho, 585 - Olaria, Porto Velho - RO, 76801-330	Somatório de todos os links. $\geq 14$ Gbps	A ser instalado e fornecido pela Contratada

2	Sala segura - Fórum Geral de Porto Velho César Montenegro	Av. Pinheiro Machado, 777 - Olaria, Porto Velho - RO, 76820-838	Somatório de todos os links. ≥ 14Gbps	A ser instalado e fornecido pela Contratada
<b>Tabela 1 - Fóruns Digitais e pontos concentradores.</b>				

**3.2.** Os itens de 1 a 9 representam os fóruns digitais em funcionamento.

**3.3.** Os itens de 10 a 16 representam os fóruns digitais que se encontram em fase de licitação para a construção do prédio.

**3.4.** O itens de 17 a 28 correspondem aos fóruns digitais previstos pela Administração, mas que ainda estão em fase de planejamento.

**3.5.** Para os itens 15 e 27, excepcionalmente, será admitida a utilização de tecnologia de rádio em parte do *backbone*, caso não seja tecnicamente viável atender à velocidade solicitada exclusivamente por fibra óptica. Nessa situação, a largura de banda mínima dedicada deverá ser igual ou superior a 200Mbps, sendo obrigatório que o enlace alcance os Fóruns Digitais por fibra óptica na última milha. **Em qualquer hipótese, é vedada a utilização de tecnologia via satélite.**

**3.6.** Conforme se pode observar na **Tabela 1 (Fóruns Digitais)**, algumas localidades ainda não possuem endereço definido, mas há previsão da construção de um Fórum Digital. Além disso, nos Fóruns Digitais de Extrema e Mirante da Serra irá ocorrer mudança de endereço, quando da construção de novo prédio.

#### 4. Distância Porto Velho X Demais Fóruns Digitais

Item	Fórum Digital	Distância Aproximada de Porto Velho	Caminhos dos Fóruns
1	Candeias do Jamari	27 Km	BR-364
2	Extrema	330 Km	BR-364
3	Itapuã do Oeste	115 Km	BR-364
4	Cujubim	224 Km	BR-364/RO-205
5	Alto Paraíso	209 Km	BR-364/RO-459/RO-458
6	Monte Negro	253 Km	BR-364/BR-421
7	Campo Novo de Rondônia	310 Km	BR-364/BR-421
8	Mirante da Serra	391 Km	BR-364/RO-470
9	Chupinguaia	662 Km	BR-364/RO-391
10	Seringueiras	537 Km	BR-364/BR-429
11	Alto Alegre dos Parecís	539 Km	BR-364/RO-479/ro-383/ro-490
12	São Felipe D'Oeste	540 Km	BR-364/RO-383/RO-491
13	Urupá	400 Km	BR-364/RO-473
14	União Bandeirantes	162 Km	BR-364/Estr. União Bandeirantes
<b>15</b>	<b>Calama*</b>	<b>180 Km</b>	<b>Rio Madeira, margem direita</b>
16	Vista Alegre do Abunã	260 Km	BR-364
17	Vale do Anari	370 Km	BR-364/RO-464/RO-133
18	Cacaulândia	262 Km	BR-364/RO-140
19	Gov. Jorge Teixeira	325 Km	BR-364/RO-463
20	Pimenteiras	855 Km	BR-364/BR-435
21	Cabixi	810 Km	BR-364/BR-435/RO-370
22	Nova União	374 Km	BR-364/RO-470

23	Castanheiras	448 Km	BR-364
24	Jaci-Paraná	92 Km	BR-364
25	Nova Dimensão	338 Km	BR-364/BR-425/RO-420
26	Parecís	567 Km	BR-364/ro-010/RO-492
27	<b>São Carlos*</b>	<b>80 Km</b>	<b>Rio Madeira, margem esquerda</b>
28	Rio Crespo	200 Km	BR-364/RO-459
* Calama e São Carlos são acessíveis apenas por via fluvial (Rio Madeira).			
Tabela 2 - Distâncias e caminhos dos Fóruns Digitais até Porto Velho.			

## 5. Requisitos de Arquitetura da Informação e Requisitos de Arquitetura Tecnológica

**5.1.** A arquitetura da rede **PJRO-FD** em funcionamento é estruturada com *links* de 100Mbps para cada unidade (MPLS), utilizando links de fibra óptica como principal meio de transmissão. A comunicação das unidades com o Tribunal é feita por meio de Layer 2 (VLANs). Na presente contratação, deverá ser migrada para Layer 3.

**5.2.** O Tribunal fornecerá à Contratada:

- a) Acesso físico às dependências relacionadas à prestação dos serviços;
- b) Acesso lógico e os respectivos privilégios adequados nos sistemas, aplicações e ferramentas necessárias a perfeita execução dos serviços, exclusivamente para os profissionais diretamente envolvidos em sua execução; e
- c) Acesso às soluções de hardware e software de sua propriedade necessárias à execução das atividades contratadas, não desobrigando a Contratada de fornecer eventuais soluções de software especificadas na contratação (quando for o caso).

**5.3.** À Contratada caberá fornecer todos os demais recursos e condições técnicas necessárias à execução dos serviços, incluindo ferramentas específicas, materiais de apoio, materiais de identificação, equipamentos de proteção individual...

**5.4.** Com relação ao uso de recursos tecnológicos (hardware e/ou software) da Contratada no ambiente do Tribunal, a Contratada deverá observar que, no caso de optar por utilizar e ou instalar alguma solução tecnológica no ambiente para a prestação de serviços, fica obrigada a solicitar a autorização prévia à implementação para que o Tribunal decida a respeito da adequação e possa adotar todas as providências cabíveis à eventual implementação.

**5.5.** A solicitação deverá incluir o projeto detalhado de implementação da Solução, informando sua descrição, escopo de atuação, infraestrutura necessária, documentação de licenciamento e propriedade, benefícios e vantagens, os recursos profissionais e tecnológicos envolvidos, prazos e níveis de acesso necessários.

**5.6.** Toda Solução tecnológica instalada nas dependências do Tribunal, a pedido da Contratada, será de livre acesso de consulta aos representantes indicados pelo Tribunal que, ocasionalmente e quando aplicável, pode contemplar, além dos servidores da área de Tecnologia da Informação, equipe de fiscalização contratual e representantes de órgão internos/externos de controle.

**5.7.** Caberá à Contratada toda providência junto ao fabricante/fornecedor e/ou detentor da propriedade intelectual da Solução tecnológica quanto à ciência e/ou autorização (se aplicável) das condições de uso do produto nas dependências do Tribunal, afastando qualquer interpretação de aquisição da Solução tecnológica pelo Tribunal e/ou uso não autorizado.

**5.8.** No caso de uma Solução implementada pela Contratada causar instabilidade/indisponibilidade do ambiente computacional, ficando comprovada culpa, esta poderá sofrer sanções administrativas e contratuais cabíveis, além de responder por eventuais prejuízos decorrentes.

### 5.9. Da Interligação dos Fóruns Digitais com o CPE Concentrador no *Datacenter* do Tribunal

**5.9.1.** No *Datacenter* e no Fórum Digital, a interligação interna dos CPEs com a rede **PJRO-FD** deverá ser feita através de interfaces ópticas. A velocidade das interfaces apontadas na **Figura 5** abaixo (Interfaces dos equipamentos CPEs) que serão instalados nos Fóruns Digitais e em Porto

Velho/RO) irão permitir o aumento da largura de banda da Solução, caso necessário, sem a necessidade da substituição de equipamentos e acessórios, garantindo escalabilidade sem elevação significativa de custos.

**5.9.2.** Conforme pode ser visto na **Figura 5** abaixo, deverá ter no mínimo três interfaces SFP+ (10Gbps):

- a) FD-a: interface a ser conectada ao switch do Tribunal;
- b) FD-b: interface de *uplink* com o *backbone* da operadora; e
- c) FD-c: interface a ser utilizado pelos equipamentos geradores de tráfego para realização dos testes do link.

**5.9.3.** Os concentradores que serão instalados nos *Datacenters* do Tribunal em Porto Velho/RO, na sala segura (CPE<sub>SS</sub>) e na sala cofre (CPE<sub>SC</sub>), deverão possuir no mínimo uma interface SFP+ (10Gbps), PT-D<sub>1</sub> e PT-D<sub>2</sub>, para o equipamento gerador de tráfego utilizado nos testes dos links e três interfaces SFP28 (25 Gbps):

- a) PT-A<sub>1</sub> PT-A<sub>2</sub>: *uplink* com o *backbone* da operadora;
- b) PT-B<sub>1</sub> e PT-B<sub>2</sub>: interface a ser conectada com o firewall instalado na sala cofre no edifício-sede do Tribunal; e
- c) PT-C<sub>1</sub> e PT-C<sub>2</sub>: interface a ser conectada com o firewall instalado na sala segura no Fórum Geral de Porto Velho (FGPV).

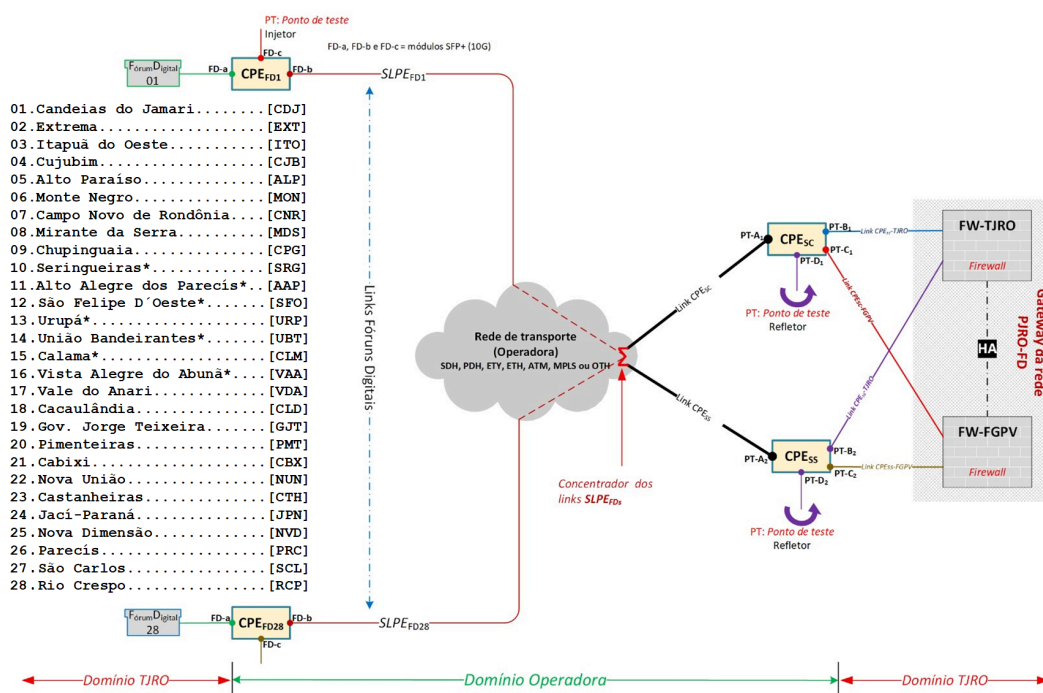


Figura 5 - Interfaces dos equipamentos CPEs que serão instalados nos Fóruns Digitais e em Porto Velho.

**5.9.4.** O CPE instalado em cada Fórum Digital será responsável por encaminhar o tráfego de dados através do link de comunicação **dedicado** e **privativo** por meio dos protocolos de roteamento dinâmico OSPF ou BGP até os CPEs instalados em Porto Velho/RO (CPE<sub>SS</sub> e CPE<sub>SC</sub>) que estão conectados diretamente aos firewalls do Tribunal.

**5.9.5.** A nova topologia da rede contratada deverá incluir 2 (dois) concentradores instalados em Porto Velho/RO. Toda a comunicação proveniente do interior será feita através de links no modo ATIVO/ATIVO entre os 2 (dois) concentradores (Cluster). Cada concentrador deve ser atendido com dupla abordagem, ou seja, dupla abordagem para o Edifício Sede onde localiza-se o Firewall-Ativo e dupla abordagem no Fórum Geral onde localiza-se o Firewall-Passivo.

**5.9.6.** A redundância de conexões do CPE<sub>SS</sub> e CPE<sub>SC</sub>, um para o Tribunal e o outro para o FGPV, permitem que funcionem juntos para garantir a redundância e a alta disponibilidade da rede. Isso

significa que, se um concentrador falhar, o outro pode assumir imediatamente, minimizando a interrupção do serviço.

**5.9.7.** O Tribunal possui instalados em seus *Datacenters* o Firewall Palo Alto, modelo [5410](#), um equipamento esta na sala cofre (edifício-sede) e outro na sala segura (Fórum Geral de Porto Velho/RO César Montenegro). Será de responsabilidade da Contratada a entrega dos *transceivers*, compatíveis com os Firewalls do Tribunal, que serão conectados nos *firewalls* e configurados em conjunto com a equipe do Tribunal. Além disso, é de responsabilidade da Contratada a instalação e manutenção dos enlaces ópticos utilizados para conectar os concentradores aos Firewalls do Tribunal.

**5.9.8.** Para assegurar a alta disponibilidade e redundância, cada concentrador da Contratada deverá possuir uma conexão óptica individual e direta com cada um dos dois firewalls do Tribunal.

**5.9.10.** Será de total responsabilidade da Contratada:

- a) A entrega dos *transceivers* compatíveis com os Firewalls do Tribunal, que serão conectados nos equipamentos e configurados em conjunto com a equipe técnica do Tribunal; e
- b) A instalação e a manutenção de todos os enlaces ópticos utilizados para conectar os concentradores aos Firewalls do Tribunal.

**5.9.11.** Os concentradores a serem fornecidos e instalados pela Contratada no edifício-sede do Tribunal e no Fórum Geral de Porto Velho/RO deverão ser dimensionados para suportar o somatório do tráfego de dados proveniente de todos os links dos Fóruns Digitais, listados na **Tabela 1**, constante do **item 3 deste Anexo**. Considerando que o somatório de todos os links dos Fóruns Digitais, cada concentrador instalado em Porto Velho/RO deve possuir interfaces ópticas de 25Gbps.

**5.9.12.** A arquitetura de rede deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) O fluxo de comunicação deve ocorrer exclusivamente entre cada Fórum Digital e o Datacenter em Porto Velho/RO;
- b) Não será permitida a comunicação direta (leste-oeste) entre as diferentes unidades remotas (Fóruns Digitais); e
- c) A rede proposta deve ser privada e não possuir conectividade com a Internet.

**5.9.13.** A exigência de que os equipamentos de rede possuam interfaces ópticas com velocidade superior à demanda atual é uma crucial estratégia de antecipação e otimização de custos a longo prazo. Embora possa apresentar eventual custo inicial ligeiramente maior, esta abordagem proporciona uma economia substancial ao prolongar a vida útil do hardware principal, evitando custos elevados de substituição completa de equipamentos em poucos anos. A escalabilidade é garantida, permitindo que a largura de banda seja expandida rapidamente, sob demanda, minimizando interrupções e custos operacionais e assegurando a agilidade da rede face ao crescimento tecnológico.

**5.9.14.** Na **Figura 6** abaixo, é possível visualizar a arquitetura de comunicação de cada Fórum Digital com os firewalls do Tribunal instalados em Porto Velho/RO. O concentrador (CPE) instalado na localidade deverá utilizar protocolos de roteamento dinâmico OSPF ou BGP, por exemplo, para prover comunicação entre a unidade e os serviços hospedados nos Datacenters do Tribunal em Porto Velho/RO.

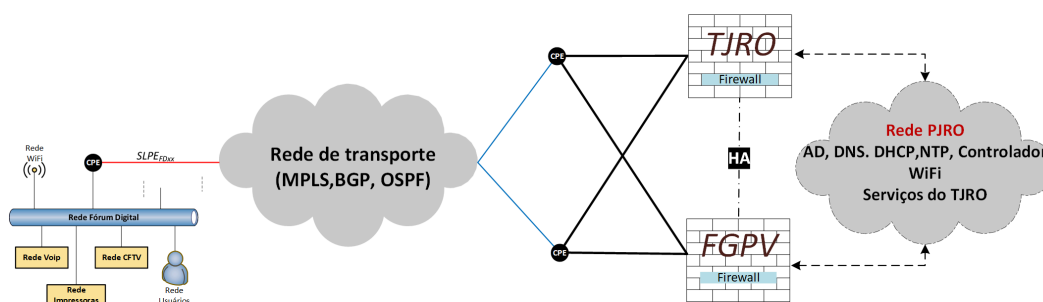


Figura 6 - Apresentação da arquitetura de comunicação de cada Fórum Digital com Porto Velho.

## 6. Objetivo da Contratação



**6.1.** O objetivo da contratação é estabelecer uma comunicação protegida e centralizada para interligar os Fóruns Digitais aos *Datacenters* na capital, por meio de enlaces privados, configurando-se como um **Serviço de Linha Privada Ethernet (SLPE)**. Essa interligação deve cumprir os seguintes itens:

**a) Segurança:** Garantir que os dados trafeguem fora do ambiente da Internet, em uma rede 100% segura e inviolável por meio de protocolos que garantam esse isolamento, protegendo contra acessos não autorizados, como ataques cibernéticos;

**b) Alta Disponibilidade de Serviços:** Assegurar que os links entre o Tribunal e os Fóruns Digitais permaneçam interconectados 24 horas por dia, sem a necessidade de utilizar linhas telefônicas convencionais;

**c) Isolamento da Rede Proposta:** A transmissão de dados não deve utilizar redes públicas compartilhadas ou a Internet como meio de suporte. Portanto não serão permitidos protocolos de encapsulamento, ou Link Dedicado com VPN **Privada sobre Internet** ou SD-WAN, para realizar a entrega. A rede deve estar confinada, fisicamente e/ou logicamente, e isolada de quaisquer outras redes dentro do estado de Rondônia; e

**d) Conexão privativa:** Os enlaces privativos, também conhecidos como links ou conexões privadas, representam uma "conexão direta" entre dois pontos. A conexão será estabelecida por meio de fibra óptica. Para os Fóruns Digitais de Calama e São Carlos, itens 15 e 27 da Tabela 1 (Fóruns Digitais e pontos concentradores), constante no item 3 do ANEXO I do Termo de Referência, admite-se, em caráter excepcional e mediante aprovação formal do Tribunal, o uso de rádio em parte do *backbone*. Contudo, será vedado o uso de links via satélite, pois essa tecnologia não permite a criação de uma conexão privativa e exclusiva entre as unidades do Tribunal. A comunicação via satélite depende de infraestrutura externa, dificultando o controle absoluto do tráfego de dados e compromete a segurança da informação, requisitos essenciais para o ambiente do Tribunal de Justiça de Rondônia.

**6.2.** A Contratada deverá garantir, de forma incondicional, os parâmetros de banda, latência e perda de pacotes fim a fim, não sendo permitido qualquer tipo de compartilhamento ou *oversubscription* com outros clientes.

**6.3.** A comunicação deverá ser *Full-duplex*, com as velocidades garantidas em ambos os sentidos da comunicação, conforme estabelecido no **Tabela 1**, constante do **item 3** deste Anexo.

**6.4.** Todos os links fim-a-fim estabelecidos entre os *Firewalls/Gateways* e cada uma das localidades listadas na **Tabela 1**, constante do **item 3** deste Anexo devem observar uma latência máxima de 30 ms e uma perda máxima de pacotes de 1%. Os tempos médios de latência serão calculados conforme a fórmula do Indicador "Latência de Pacotes", descrito no subitem **2.7**, do **ANEXO III (Níveis de Serviços Exigidos (NSE))** do Termo de Referência, assim como o índice de perda de pacotes.

**6.5.** Todos os equipamentos fornecidos pela Contratada para a rede **PJRO-FD** (Acesso - instalados nos Fóruns Digitais e Concentradores - instalados nos *Datacenters*) devem suportar os protocolos de roteamento dinâmico OSPF (*Open Shortest Path First*) e BGP (*Border Gateway Protocol*) e possuir, no mínimo, as interfaces apresentadas na **Figura 5** deste Anexo. Em todos os equipamentos deve ser instalado o sistema operacional mais atual.

**6.6.** A instalação, manutenção, operação, gestão de configuração, falhas, desempenho e segurança de todos os equipamentos de telecomunicações e infraestrutura envolvidos nesta solução serão de responsabilidade da Contratada.

**6.7.** O Tribunal disponibilizará espaço no Rack em cada Fórum Digital para a instalação dos equipamentos (CPE) e acessórios (DIO - Distribuidor Interno Óptico) necessários para ativação dos links.

**6.8.** A passagem das fibras ópticas em todas as comarcas que utilizarem postes em vias públicas envolve alguns passos importantes e regulamentações específicas, conforme descrito a seguir:

**a) Aluguel de Postes:** A Contratada deverá se responsabilizar pelo aluguel do espaço nos postes das concessionárias de energia elétrica;

**b) Documentação e Projeto:** A Contratada deverá elaborar um projeto detalhado que especifica o processo de implementação e o número de postes a serem utilizados, ou apresentar projeto que abrange toda a região do Estado onde encontram-se as unidades do Tribunal. Tais projetos devem estar protocolados em nome da Contratada; e

**c) Instalação Física:** Os cabos instalados no percurso FÓRUM-BACKBONE devem ser identificados em todo o percurso com etiquetas amarelas com os seguintes escritos: **Fibra Óptica PJRO**.

**6.9.** Toda a documentação referente ao item acima poderá ser exigida da Contratada durante a vigência do Contrato, para fins de fiscalização. Além disso, a Contratada será responsável por fornecer toda a infraestrutura necessária para o perfeito funcionamento da Rede **PJRO-FD**.

**6.10.** Considerando que os Fóruns Digitais não possuem energia estabilizada, a Contratada deverá fornecer e instalar, em todos os seus ativos de rede, sistemas de proteção contra surtos e interrupções de energia elétrica. Tais sistemas devem ser compostos, no mínimo, por retificadora e bateria com autonomia suficiente para garantir a continuidade do serviço durante falhas no fornecimento de energia.

#### **6.11. Topologia Centralizada para Interligação dos Fóruns Digitais ao Tribunal**

**6.11.1.** A nova arquitetura da rede **PJRO-FD** adotará uma "Topologia Centralizada", na qual os *firewalls* FW-TJRO (Ativo) e FW-FGPV (Passivo) servirão como o ponto central e *gateway* para todos os Fóruns Digitais, conforme apresentado na **Figura 5** deste Anexo. Nessa estrutura, todos os links serão privativos, designados para transportar uma única instância de serviço, garantindo que não haja concorrência por recursos com outras instâncias de serviço.

**6.11.2.** Nesta topologia, todo o tráfego advindo do interior fluirá para o CPEs que serão os encaminhadores de forma transparente para o *Firewall/Gateway* como sua rota padrão (*default*), estabelecendo uma comunicação exclusivamente vertical. Isso significa que nenhum Fórum Digital poderá se comunicar diretamente com outra unidade do Tribunal (comunicação horizontal ou em *mesh*). O roteamento será efetuado através do equipamento *Firewall/Gateway*, seguindo o princípio de "Roteamento baseado em Política".

#### **6.12. Da interligação dos links dos Fóruns Digitais**

**6.12.1.** Cada link entregue em um Fórum Digital deve ser privativo, ou seja, uma conexão exclusiva para o transporte de dados entre os Fóruns Digitais e as unidades centrais do Tribunal (Tribunal de Justiça de Rondônia e Fórum Geral de Porto Velho). Esse link precisa ser capaz de transportar informações baseadas na tecnologia *Ethernet*, por meio de conexões fim-a-fim, com largura de banda garantida, de acordo com a **Tabela 1**, constante no **item 3** deste Anexo. Isso significa que a capacidade de transmissão não é compartilhada com outros serviços ou usuários, garantindo alta performance e confiabilidade.

**6.12.2.** Além disso, a rede de transporte no *backbone* deve ser resiliente, ou seja, deve possuir mecanismos de proteção, para garantir a continuidade dos serviços mesmo em caso de falhas na conexão principal. Essa proteção é fundamental para evitar interrupções nos serviços críticos do Tribunal.

**6.12.3.** Do ponto de vista da Contratada, é necessário garantir a entrega de um link privativo do Fórum Digital até os Firewalls do Tribunal de forma eficiente e confiável. A metodologia de teste destas conexões será baseada nessa perspectiva, assegurando que o serviço oferecido atende às exigências de desempenho e segurança necessárias para o funcionamento adequado das operações do Tribunal.

#### **6.13. Da migração dos links da rede atual para a nova rede**

**6.13.1.** A atividade de migração de links da rede atual para a nova rede envolve a transferência ou reconfiguração de conexões de rede entre dispositivos ou segmentos de rede. Este processo é dividido em 5 (cinco) fases, descritas a seguir:

**a) Planejamento:** Documentar a topologia atual da rede, incluindo dispositivos, conexões, IPs, VLANs e outros detalhes relevantes;

**b) Pré-Migração:** Backup da Configuração: Realizar backup das configurações atuais dos dispositivos de rede para garantir que é possível retornar ao estado original em caso de falhas;

**c) Execução da Migração:**

**c.1.** Desconectar os links antigos ou desativar interfaces de rede que serão migradas;

**c.2.** Conectar fisicamente os novos links ou ativar as novas interfaces configuradas;

**c3.** Atualizar as configurações dos dispositivos de rede para redirecionar o tráfego através dos novos links; e

**c4.** Realizar testes para garantir que a conectividade foi restabelecida, que o tráfego está fluindo corretamente e que não há perda de pacotes ou latência anormal.

**d) Pós-Migração:**

**d.1.** Monitorar a rede intensivamente após a migração para identificar possíveis problemas que possam surgir, como falhas intermitentes ou degradação de desempenho;

**d.2.** Atualizar a documentação da rede para refletir as mudanças feitas durante a migração, incluindo novos diagramas de topologia e registros de configuração; e

**d.3.** Coletar feedback dos usuários e realizar ajustes finos na configuração, se necessário.

**e) Recuperação de Desastres:**

**e.1.** Caso a migração falhe, um plano de recuperação deve ser executado para reverter as mudanças e restaurar o estado anterior da rede rapidamente;

**e.2.** Garantir que as novas conexões estejam seguras, aplicando políticas de segurança adequadas, como *firewalls* e autenticação de dispositivos; e

**e.3.** Se necessário, treinar a equipe de TI para lidar com a nova configuração e possíveis problemas relacionados à migração.

**f) Da Qualidade de Serviço (*Quality of Service - QoS*)**

**f.1.** A Solução proposta deverá viabilizar a implementação de QoS fim a fim, abrangendo todos os equipamentos da Contratada e os equipamentos instalados nas dependências do Tribunal. A definição de qualquer tipo de prioridade e alocação de banda para as aplicações que trafegam na rede, como correio eletrônico, VoIP, videoconferência, dados, entre outros, ficará sob a responsabilidade do Fiscal Técnico e do(a) Gestor(a) do Contrato;

**f.2.** A categorização dos tipos de tráfego, suas prioridades e a reserva de banda serão estabelecidas exclusivamente pelo Tribunal e deverão ser implementadas pela Contratada no prazo de **até 48 (quarenta e oito) horas consecutivas**, a partir do momento da solicitação;

**f.3.** A implementação do QoS, baseada nos tipos de tráfego, banda e prioridades definidas pelo Tribunal, será de total responsabilidade da Contratada, seguindo os requisitos descritos no **ANEXO III (Níveis de Serviços Exigidos (NSE))** do Termo de Referência;

**f.4.** O(A) Gestor(a) do Contrato poderá, a qualquer momento e conforme as necessidades do Tribunal, solicitar a reconfiguração do perfil de QoS, sem que isso gere custos adicionais para o Tribunal; e

**f.5.** Qualquer modificação solicitada pelo(a) Gestor(a) do Contrato deverá ser implementada dentro dos prazos e condições estabelecidos no **ANEXO III (Níveis de Serviços Exigidos (NSE))** do Termo de Referência.

**6.14. Da Comunicação de Dados com as Diversas Unidades do Tribunal**

**6.14.1.** Para garantir a execução eficiente dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal, é imprescindível que haja uma comunicação perfeita e contínua entre as diversas unidades do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e seus *Datacenters*, utilizando links de alta capacidade e disponibilidade. A **Tabela 1**, constante do **item 3** deste Anexo descreve as unidades que deverão ser atendidas pela Rede **PJRO-FD**. O dimensionamento exigido para esses links foi cuidadosamente elaborado para suportar a crescente demanda por capacidade e disponibilidade dos serviços de transmissão de dados do Tribunal.

**6.14.2.** Além de assegurar a interligação dos Fóruns Digitais do Tribunal, incluindo os acessos entre eles através do Firewall em Porto Velho/RO, a Rede **PJRO-FD** deverá permitir a implementação de novos serviços, possibilitando a integração completa do tráfego de dados, voz e vídeo, bem como a facilidade para conexões de novos pontos à rede.

## ANEXO II

### TESTES PARA RECEBIMENTO

#### 1. INTRODUÇÃO

**1.1.** Em vista da complexidade, das dimensões geográficas e das características do objeto especificado no Termo de Referência, o aceite referente aos serviços de instalação, incluindo migração, será precedido pela implantação da infraestrutura do *backbone* e pela implantação e migração dos Fóruns Digitais, condicionado à realização e à aprovação em testes de conformidade, de acordo com o estipulado neste Anexo.

**1.2.** Entende-se por implantação da infraestrutura do *backbone* e implantação dos Fóruns Digitais, o conjunto de procedimentos executados na instalação da infraestrutura nos fóruns digitais e concentradores, bem como o agendamento, a realização e a aprovação nos Testes de Conformidade descritos neste Anexo.

**1.3.** Entende-se por migração um processo que envolve a transferência ou reconfiguração de conexões de rede, atualização da infraestrutura e alteração da topologia da rede atual **PJRO-FD** para a nova Solução contratada. O processo deve começar com um planejamento cuidadoso, no qual se avaliam as necessidades e o impacto da migração, documentando a topologia atual da rede e planejando para minimizar interrupções.

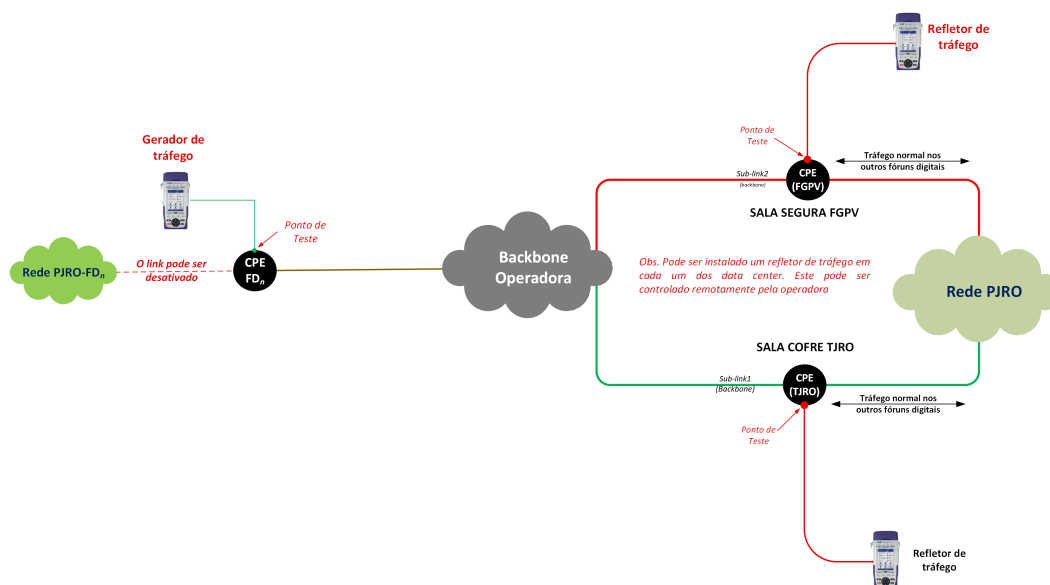
**1.4.** A Contratada deverá disponibilizar condições para o Tribunal acompanhar os Testes de Conformidade, após declarar que finalizou a instalação de determinado link, com a finalidade de aferir se a mesma possui condições de atender os indicadores mínimos de desempenho da qualidade do serviço a ser contratado.

**1.5.** Com o devido acompanhamento pelo Tribunal, a Contratada deverá, para cada *link* da rede **PJRO-FD**, realizar as medições constantes deste Anexo, as quais constarão de um **Relatório de Conformidade Individual** que será emitido em até **2 (dois) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à realização dos testes.

**1.6.** A aprovação nos Testes de Conformidade é requisito indispensável para o Recebimento Provisório da rede **PJRO-FD**. Caso o Relatório de um ou mais *links* indique a não conformidade em quaisquer dos parâmetros exigidos na forma descrita neste Anexo, a Contratada será notificada para regularizar os parâmetros não aprovados, conforme o prazo disponível para a entrega.

**1.7.** Os testes de conformidade dos links serão realizados nos pontos de acesso Ethernet localizados nos CPEs dos fóruns digitais e nos CPEs dos pontos concentradores localizados no Tribunal e no Fórum Geral de Porto Velho/RO (FGPV).

**1.8.** A imagem abaixo ilustra o procedimento dos testes a serem realizados:



**Figura 6 - Pontos de testes para homologação dos links**

## 2. PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DOS TESTES DE CONFORMIDADE

**2.1.** O recebimento provisório ocorrerá após a aprovação nos Testes de Conformidade, os quais serão executados mandatoriamente dentro da norma ITU-T Y.1564 (*Ethernet Service Activation Test Methodology*) no modo de Teste de Desempenho de Serviço, em todos os *links* da rede **PJRO-FD**.

**2.2.** A Contratada deverá acordar com o Tribunal o agendamento dos testes de todos os links.

**2.2.1.** Na solicitação do agendamento, a Contratada deve informar o cronograma acordado com o Tribunal, com data e horário e o nome completo, a identidade (número/órgão expedidor) e o CPF dos profissionais da Contratada para fins de autorização de entrada nos prédios do Tribunal.

**2.2.2.** A Contratada deverá observar os horários e condições de realização de testes, conforme acordado com o Tribunal.

**2.2.3.** Os testes somente serão iniciados após estarem devidamente preparados os ambientes no Fórum Digital (gerador de tráfego) e nos Data Centers (refletor de tráfego) de Porto Velho.

**2.2.4.** No horário estipulado, os técnicos da Contratada deverão comparecer simultaneamente no Fórum Digital e no Data Centers de Porto Velho/RO (*caso necessário*).

## 3. TESTES DE CONFORMIDADE DE ACORDO COM A NORMA ITU-T Y.1564

**3.1.** A Contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 2 (dois) testadores portáteis de Ethernet, do tipo appliance portátil “*handheld test set*” (não serão aceitos uso de testadores baseados em softwares de PCs), ora denominado como Testador, com os recursos de software habilitados para teste da ITU-T Y.1564 e características **similares** aos modelos descritos abaixo:

a) VeEX VePAL MX100+ Handheld Ethernet Test Set [<https://www.veexinc.com/products/mx100e-plus>];

b) SunLite GigE SLGE. [[https://download1.veexinc.com/SunLite-GigE/Release-Notes/4770/SLGE2\\_Release\\_Notes\\_01-01-0417\\_20140701.pdf](https://download1.veexinc.com/SunLite-GigE/Release-Notes/4770/SLGE2_Release_Notes_01-01-0417_20140701.pdf)]; e

c) Fluke Optiview XG. [<https://www.tequipment.net/FlukeNetworksOptiViewXG.html>].

**3.2.** A alocação de cada Testador será feita conforme a seguir:

**3.2.1.** A Contratada deverá instalar um Testador no nó central, ora denominado "Refletor de Tráfego".

**3.2.1.1.** O Refletor de Tráfego deverá ser conectado à porta LAN de cada um dos CPEs concentradores CPE (FGPV) e CPE (TJRO) e, deverá ser configurado em modo *loopback*.

**3.2.2.** A Contratada deverá instalar um Testador no fórum digital, ora denominado "Gerador de Tráfego".

**3.2.2.1.** O Gerador de Tráfego deverá ser conectado à porta LAN do CPE de Acesso e deverá ser configurado em modo ITU-T Y.1564.

**3.3.** Dado que há conexão redundante ao *backbone*, por meio de 2 (dois) Data Centers (**Tabela 1**, constante no **item 3** deste Anexo, serão exigidos 2 (dois) testes para a avaliação do *link* e cada um desses testes deve contemplar a verificação individual de cada uma dessas conexões aos Data Centers.

**3.4.** A Contratada deverá configurar o Gerador de Tráfego para realizar os testes segundo a metodologia da ITU-T Y.1564 que deverá ter a duração de **120 (cento e vinte) minutos** para cada uma das conexões aos Data Centers.

**3.5.** Ao final do teste, a Contratada deverá registrar a visualização dos testes em arquivos de formato .pdf, os quais consistirão nos Relatórios de Conformidade Individual por *link*.

**3.6.** Os parâmetros a serem observados para a realização dos testes são os seguintes:

**3.6.1.** FLR (Frame Loss Ratio ou Perda de Pacotes): 1%.

**3.6.2.** FTD (Frame Transfer Delay ou Latência): 30 ms.

**3.6.3.** AVAIL (Availability ou Disponibilidade): 100%.

**3.6.4.** IR (Information Rate ou Banda): com as velocidades previstas na **Tabela 1**, constante do **item 3** deste Anexo.

**3.6.5.** O tamanho padrão dos quadros a serem utilizados nos testes será de 512 octetos.

**3.7.** O Gerador de Tráfego deverá ser configurado observando os limiares (*thresholds*) do subitem **3.6** deste Anexo.

## ANEXO III

### NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS (NSE)

#### 1. Disponibilidade do Serviço

**1.1.** O serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano. Desta maneira, a Contratada deverá estabelecer estrutura de operação para este nível de serviço.

**1.2.** A disponibilidade contratada mensal é apresentada nas tabelas a seguir.

Tempo máximo de parada mensal de 22 minutos - NSE de 99,95%				
Cidade	Backbone	Velocidade (Mbps)	Observação	Localidade
Porto Velho (Concentrador TJRO)	Fibra	velocidade $\geq$ 14.000 bps	Fibra	Sala cofre TJRO
Porto Velho (Concentrador FGPV)	Fibra	velocidade $\geq$ 14.000 bps	Fibra	Sala segura FGPV

Fonte: Tabela I - Concentradores (localizados na cidade de Porto Velho)

Tempo máximo de parada mensal de 4 horas - NSE de 99,44%				
Cidade	Backbone	Velocidade (Mbps)	Observação	Fórum mais próximo
Alto Paraíso	Fibra	500	Fibra	Ariquemes



Monte Negro	Fibra	500	Fibra	Ariquemes
Campo Novo de Rondônia	Fibra	500	Fibra	Ariquemes
Rio Crespo	Fibra	500	Fibra	Ariquemes
Cacaulândia	Fibra	500	Fibra	Ariquemes/Jaru
Castanheiras	Fibra	500	Fibra	Cacoal
Pimenteiras	Fibra	500	Fibra	Cerejeiras
Cabixi	Fibra	500	Fibra	Colorado
Gov. Jorge Teixeira	Fibra	500	Fibra	Jaru
Vale do Anari	Fibra	500	Fibra	Jaru
Vista Alegre do Abunã	Fibra	500	Fibra	Nova Mamoré
Urupá	Fibra	500	Fibra	Ouro Preto
Nova União	Fibra	500	Fibra	Ouro Preto
Mirante da Serra	Fibra	500	Fibra	Ouro Preto
Candeias do Jamari	Fibra	500	Fibra	Porto Velho
Jaci-Paraná	Fibra	500	Fibra	Porto Velho
Itapuã do Oeste	Fibra	500	Fibra	Porto Velho/Ariquemes
Cujubim	Fibra	500	Fibra	Porto Velho/Ariquemes
Seringueiras	Fibra	500	Fibra	São Miguel
São Felipe D'Oeste	Fibra	500	Fibra	Sta. Luzia
Alto Alegre dos Parecis	Fibra	500	Fibra	Sta. Luzia
Parecis	Fibra	500	Fibra	Sta. Luzia
Chupinguaia	Fibra	500	Fibra	Vilhena/Pimenta Bueno

Tabela 2 - Fóruns Digitais - Tempo máximo de parada mensal.

A Figura 7 apresenta as distâncias de cada fórum digital.

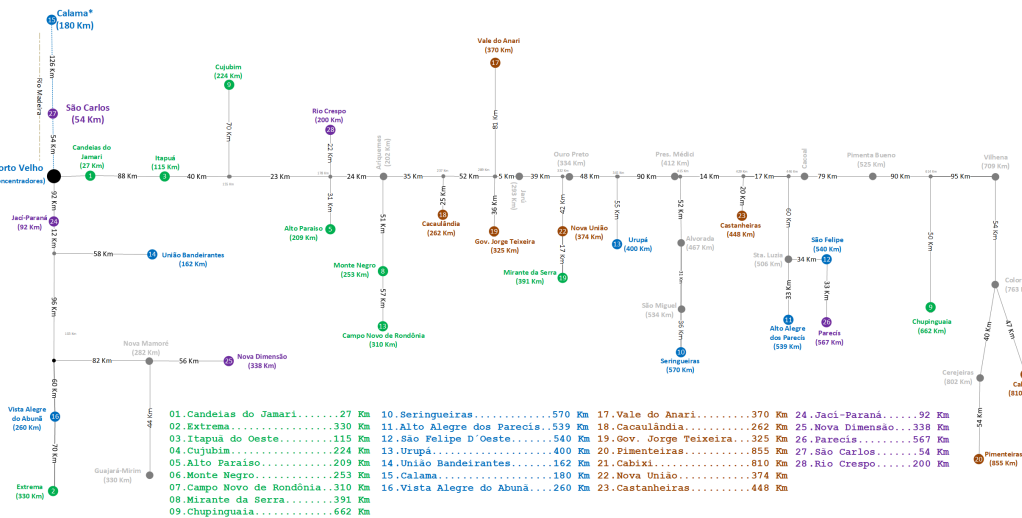


Figura 7 - Distâncias de Porto Velho para os Fóruns Digitais.

Tempo máximo de parada mensal de 6 horas - NSE de 99,17%				
Cidade	Backbone	Velocidade (Mbps)	Observação	Fórum mais próximo

União Bandeirantes	Fibra	500	Fibra	Nova Mamoré
Nova Dimensão	Fibra	500	Fibra	Nova Mamoré
Extrema	Fibra	500	Fibra	Nova Mamoré

Tabela 3 - Fóruns Digitais - Tempo máximo de parada mensal. - Localidades de longa distância no município de Porto Velho

Tempo máximo de parada mensal de 8 horas - NSE de 98,89%				
Cidade	Backbone	Velocidade (Mbps)	Observação	Fórum mais próximo
Calama	Fibra/Rádio	$200 \geq \text{velocidade} \leq 500$	Fibra/Rádio	Porto Velho
São Carlos	Fibra/Rádio	$200 \geq \text{velocidade} \leq 500$	Fibra/Rádio	Porto Velho

Tabela 4 - Localidades sem acesso terrestre - Tempo máximo de parada mensal. - Acesso via aérea ou via fluvial.

**1.3.** Cada concentrador instalado em Porto Velho/RO deve possuir interfaces ópticas de 25Gbps. Isso permitirá eventuais ampliações da largura de banda sem a necessidade de substituição de hardware.

## 2. Glosas a serem aplicadas em razão do descumprimento dos Níveis de Serviços Exigidos (NSE)

**2.1.** O não cumprimento da obrigação sujeitará a Contratada à aplicação da glosa correspondente à não prestação do serviço, conforme apresentado nas Tabelas 5, 6, 7 e 8 deste Anexo.

**2.2.** Para os concentradores instalados em Porto Velho/RO, o NSE mensal mínimo é de **99,95%**. Serão aplicados os percentuais de glosa e multa de acordo com o NSE mensal aferido apresentados na **Tabela 5** deste Anexo.

**2.3.** Em caso de falha simultânea nos dois concentradores será aplicada multa de **0,02%**, calculada sobre o valor mensal do link, por minuto de indisponibilidade.

Link	Índice de disponibilidade	Percentual de Glosa (%) sobre o valor mensal do link	Percentual de Multa (%) sobre o valor mensal do link
Concentradores em Porto Velho (edifício-sede e Fórum Geral)	$\geq 99,81\%$ e $< 99,95\%$	5	0
	$\geq 99,67\%$ e $< 99,81\%$	10	0
	$\geq 99,53\%$ e $< 99,67\%$	15	0
	$\geq 99,39\%$ e $< 99,53\%$	20	0
	$\geq 99,25\%$ e $< 99,39\%$	25	0
	$\geq 75,00\%$ e $< 99,25\%$	30	0,02%, calculada sobre o valor mensal do link, por minuto de indisponibilidade
	$\geq 50,00\%$ e $< 75,00\%$	50	
	$\geq 25,00\%$ e $< 50,00\%$	75	
	$< 25,00\%$	100	

Tabela 5 - Aplicação de Glosa para os Concentradores em Porto Velho com SLA mensal mínimo de 99,95%.

**2.4.** Para os Fóruns Digitais de Alto Paraíso, Monte Negro, Campo Novo de Rondônia, Rio Crespo, Cacaúlândia, Castanheiras, Pimenteiras, Cabixi, Gov. Jorge Teixeira, Vale do Anari, Vista Alegre do Abunã, Urupá, Nova União, Mirante da Serra, Candeias do Jamari, Jaci-Paraná, Itapuã do Oeste, Cujubim, Seringueiras, São Felipe D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Parecis e Chupinguaia, o NSE mensal mínimo é de **99,44%**. Serão aplicados os percentuais de glosa e multa de acordo com o NSE mensal aferido apresentados na **Tabela 6** deste Anexo.

Link	Índice de disponibilidade	Percentual de Glosa (%) sobre o valor mensal do link	Percentual de Multa (%) sobre o valor mensal do link
Alto Paraíso	$\geq 99,30\%$ e $< 99,44\%$	10	0
Monte Negro	$\geq 99,16\%$ e $< 99,30\%$	15	0
Campo Novo de Rondônia	$\geq 99,02\%$ e $< 99,16\%$	20	0
Rio Crespo	$\geq 98,88\%$ e $< 99,02\%$	25	0
Cacaulândia	$\geq 75,00\%$ e $< 98,88\%$	30	0,02%, calculada sobre o valor mensal do link, por minuto de indisponibilidade
Castanheiras			
Pimenteiras			
Cabixi			
Gov. Jorge Teixeira			
Vale do Anari			
Vista Alegre do Abunã			
Urupá			
Nova União			
Mirante da Serra			
Candeias do Jamari	$\geq 50,00\%$ e $< 75,00\%$	50	
Jaci-Paraná	$\geq 25,00\%$ e $< 50,00\%$	75	
Itapuã do Oeste	$< 25,00\%$	100	
Cujubim			
Seringueiras			
São Felipe D'Oeste			
Alto Alegre dos Parecis			
Parecis			
Chupunguaia			

Tabela 6 - Aplicação de Glosa para os Fóruns Digitais com NSE mensal mínimo de 99,44%.

**2.5.** Para os Fóruns Digitais de União Bandeirantes, Nova Dimensão e Extrema, o NSE mensal mínimo é de **99,17%**. Serão aplicados os percentuais de glosa e multa de acordo com o SLA mensal aferido apresentados na **Tabela 7** deste Anexo.

Link	Índice de disponibilidade	Percentual de Glosa (%) sobre o valor mensal do link	Percentual de Multa (%) sobre o valor mensal do link
União Bandeirantes Nova Dimensão Extrema	$\geq 99,03\%$ e $< 99,17\%$	10	0
	$\geq 98,89\%$ e $< 99,03\%$	15	0
	$\geq 98,75\%$ e $< 98,89\%$	20	0
	$\geq 98,61\%$ e $< 98,75\%$	25	0
	$\geq 75,00\%$ e $< 98,61\%$	30	0,02%, calculada sobre o valor mensal do link, por minuto de indisponibilidade
	$\geq 50,00\%$ e $< 75,00\%$	50	
	$\geq 25,00\%$ e $< 50,00\%$	75	
	$< 25,00\%$	100	

Tabela 7 - Aplicação de Glosa para os Fóruns Digitais com NSE mensal mínimo de 99,17%.

**2.6.** Para os Fóruns Digitais de São Carlos e Calama, o NSE mensal mínimo é de **98,89%**. Serão aplicados os percentuais de glosa e multa de acordo com o NSE mensal aferido apresentados na **Tabela 8** deste Anexo.

Link	Índice de disponibilidade	Percentual de Glosa (%) sobre o valor mensal do link	Percentual de Multa (%) sobre o valor mensal do link
------	---------------------------	--	--

São Carlos Calama	$\geq 98,75\%$ e $< 98,89\%$	10	0
	$\geq 98,61\%$ e $< 98,75\%$	15	0
	$\geq 98,47\%$ e $< 98,61\%$	20	0
	$\geq 98,3\%$ e $< 98,47\%$	25	0
	$\geq 75,00\%$ e $< 98,33\%$	30	0,02%, calculada sobre o valor mensal do link, por minuto de indisponibilidade
	$\geq 50,00\%$ e $< 75,00\%$	50	
	$\geq 25,00\%$ e $< 50,00\%$	75	
	$< 25,00\%$	100	

Tabela 8 - Aplicação de Glosa para os Fóruns Digitais com NSE mensal mínimo de 98,89%.

Disponibilidade do serviço	Métrica	Valor limite aceitável	Medida administrativa
	<p>A disponibilidade mínima mensal do serviço em cada link.</p> $D = ((T_o - T_i)) / T_o \times 100$ <p>Onde:</p> <p><b>D</b> = índice de disponibilidade do link (em %).</p> <p><b>T<sub>o</sub></b> = Tempo Total Mensal será de 43.200 minutos e, considerar-se-á o mês comercial de 30 (trinta dias);</p> <p><b>T<sub>i</sub></b> = Minutos Indisponíveis no Período por FALHAS IMPUTÁVEIS;</p> <p>Onde:</p> <p>D = índice de disponibilidade do link (em %).</p> <p>To = Minutos Totais no Período (60 x 24 x N° de dias do período);</p> <p>Ti = Minutos Indisponíveis no Período por FALHAS IMPUTÁVEIS;</p> <p><b>O link será considerado indisponível:</b></p> <p>a) a partir do início de uma interrupção, identificada pela CONTRATADA ou pelo Tribunal por meio de ferramentas de monitoramento, até o restabelecimento do serviço às condições normais de operação;</p> <p>b) quando o tempo de retardo da rede for superior a 30 ms;</p> <p>c) quando a taxa de perda de pacotes for superior a 1%; e</p> <p>d) quando a banda ofertada estiver abaixo do contratado.</p> <p>No cálculo de disponibilidade, não serão IMPUTÁVEIS:</p> <p>a) Falha em algum equipamento da Contratada e que seja responsabilidade do Tribunal;</p> <p>b) Falha decorrente de procedimentos operacionais do Tribunal;</p> <p>c) Falha de qualquer equipamento da CONTRATADA que não possa ser corrigida por inacessibilidade causada pelo Tribunal; e</p> <p>d) Eventual interrupção programada, quando se fizer necessária ao aprimoramento e à implantação de adequações do serviço, desde que previamente negociada entre CONTRATADA e Tribunal.</p> <p>No caso de indisponibilidade recorrente num período inferior a 3 (três) horas, contado a partir do restabelecimento do serviço da última inoperância,</p>	<p>Disponibilidade mínima aceitável 99,44% (Unidades apresentadas na Tabela 2)</p> <p>Disponibilidade mínima aceitável 99,17% (Unidades apresentadas na Tabela 3)</p> <p>Disponibilidade mínima aceitável 98,89% (Unidades apresentadas na Tabela 4)</p> <p>Disponibilidade mínima aceitável 99,95% (Concentradores apresentados na <b>Tabela 1 (Fóruns Digitais e pontos concentradores)</b>, constante no <b>item 3 deste Anexo</b>)</p>	<p>Glosa: Desconto relativo ao tempo de inconformidade do link no mês, aplicado ao valor mensal do link conforme Tabelas 5, 6, 7 e 8.</p> <p>Multa: Medida administrativa relativa ao tempo de inconformidade do link no mês, aplicado ao valor mensal do link, quando a disponibilidade apurada conforme Tabelas 5, 6, 7 e 8.</p>

considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do serviço o início da primeira inoperância até o final da última inoperância, quando o serviço estiver totalmente operacional.
---

Tabela 9 - Acordo de Nível de Serviço.

## 2.7. Caderno de métricas

Indicador: Perda de Pacotes	
Descrição do Indicador	Representa a quantidade de pacotes perdidos fim-a-fim. É medida em percentual tomando como referência o volume total de pacotes que alcançaram o destino Indicador (medido na interface LAN do CPE do terminal de destino) dentre o volume total de pacotes transmitidos (medido na interface LAN do CPE do terminal de origem).
Fórmula de Cálculo	<div> <math display="block">TPP = (NP_{origem} - NP_{destino}) / NP_{origem} \times 100</math> </div> <p>Onde:</p> <p><i>TPP</i> é a Taxa percentual de Perda de Pacotes</p> <p><i>NP<sub>origem</sub></i> é número de pacotes enviados em uma ponta da conexão</p> <p><i>NP<sub>destino</sub></i> é o número de pacotes recebidos na outra ponta da conexão</p>
Periodicidade de Aferição	Sempre que o Tribunal julgar necessário, poderá ser solicitada a medição do percentual de perda de pacotes fim a fim, através de equipamento de teste especializado, onde a Contratada coletará informações em um intervalo de 5 minutos e calculará o percentual de perda de pacotes neste intervalo. A Contratada deverá iniciar a medição em, no máximo, 1 (uma) hora.
Limiar de Qualidade	<b>TPP Menor ou igual 1%</b>
Pontos de Controle	Medições a serem realizadas pela Contratada, permitindo auditoria pela Contratante para aferição dos valores deste indicador.
Relatórios de Níveis de Serviço (SLR)	A Contratada deverá disponibilizar, quando solicitado pelo Tribunal, relatórios com os valores das medições solicitadas, referentes ao percentual de perda de pacotes.

Indicador: Latência de Pacotes	
Descrição do Indicador	Entende-se como latência de pacote o tempo gasto entre a transmissão do primeiro bit de um pacote até a recepção do último bit do mesmo pacote, em apenas um dos sentidos da transmissão de dados.

Fórmula de Cálculo	<p>A apuração do retardo na rede do Tribunal será efetuada com o envio de pacotes ICMP de tamanho fixo de 32 octetos de dados, entre a origem e o destino localizados em sítios da rede dentro do mesmo <i>backbone</i> (VPNs MPLS), e retornando a origem onde será realizada a medição do tempo de resposta (<math>TRn=RTT/2</math>) destes pacotes.</p> <p>O tempo de resposta limite a ser aguardado para cada pacote deverá ser de 5 segundos. Valores superiores a este tempo serão considerados “<i>timeout</i>”. Portanto, na ocorrência de <i>timeout</i>, deverá ser considerado como tempo de resposta o valor de 5 segundos.</p> <p>Cada medida deverá ser realizada através do envio de uma série de 5 pacotes ICMP por vez. O valor instantâneo do retardo referente a uma medida será igual à média aritmética de quatro valores extraídos conforme a medida do retardo (<math>Rt</math>).</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 10px 0;"> <math display="block">TR_{média} = (TR1 + TR2 + TR3 + TR4 + TR5) / 5</math> </div> <p>Onde:</p> <p><math>TRn = RTTn / 2</math>, Medida do Tempo de Resposta <math>n</math>, com <math>n</math> variando de 1 a 5.</p> <p><math>TR_{média}</math> = Média aritmética de 5 medições.</p> <p>O intervalo de observação deverá ser de 10 minutos.</p> <p>Todos os resultados obtidos através das medições deverão ser disponibilizados e considerados no indicador diário de Retardo.</p> <p>Para garantir a validade das medidas, a Contratada poderá configurar os <b>equipamentos de rede</b> (nível 3 da camada OSI) para tratarem os pacotes ICMP com prioridade, porém nunca superior ao restante do tráfego.</p> <p>A aferição só será válida quando a taxa de ocupação estiver inferior a 80% (oitenta por cento) da banda contratada.</p> <p>Os valores das médias diárias das medidas deverão ser inferiores ao valor estabelecido para o Retardo máximo permitido (limiar de qualidade).</p>
Periodicidade de Aferição	Diária, ou conforme solicitação do Tribunal.
Limiar de Qualidade	Valor máximo para a média aritmética encontrada. <b>30ms.</b>
Pontos de Controle	Medições a serem realizadas pela Contratada, permitindo auditoria pelo Tribunal para aferição dos valores deste indicador.

### 3. Da Verificação da Qualidade dos Serviços

**3.1.** O preço a ser fixado em Contrato para a realização do objeto se referirá à execução dos serviços com qualidade. Portanto, a execução contratual que atinja os objetivos dos serviços sem a qualidade (disponibilidade, latência, perda de pacote e prazo máximo de recuperação do serviço), importará no pagamento proporcional pelos serviços realizados, seguindo os critérios previstos no Termo de Referência.

**3.2.** Tais ajustes visam a assegurar ao o recebimento dos serviços contratados, mesmo diante de eventuais imperfeições em sua execução, observando os Níveis de Serviços Exigidos.

**3.3.** O procedimento para apuração de eventuais glosas a serem aplicadas será previsto no item referente ao pagamento no Termo de Referência.

## **ANEXO IV**

### **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**

Este acordo sobre informações confidenciais é celebrado entre a empresa ....., entidade de direito privado sediada na ....., inscrita no CNPJ/MF sob nº. .... e com Inscrição Estadual nº....., doravante denominada Contratada, representada neste ato na forma do seu Estatuto Social, e o PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA, sediado na cidade de Porto Velho-RO, doravante denominado “TJRO”.

#### **FUNDAMENTOS**

A Contratada e o TJRO mantém relacionamento, por força do Contrato nº ...../....., firmado em...., de ....., de ....., e para que a Contratada possa realizar atividades nas dependências do TJRO é necessário e desejável que este revele à Contratada, sob forma escrita, verbal ou qualquer outra forma tangível, certas informações proprietárias e confidenciais relativas aos seus processos de trabalho.

As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS do TJRO definidas no item ‘1’ são proprietárias e confidenciais, e só estão sendo reveladas à Contratada em razão da execução contratual prevista no Contrato acima referido, e por nenhuma outra razão, não desejando o TJRO transmitir à Contratada qualquer interesse ou direito de propriedade intelectual, nem tornar tais INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS públicas ou de conhecimento comum.

#### **TERMOS E CONDIÇÕES**

##### **1. INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL**

1.1. Para os propósitos do Contrato e deste Termo de Confidencialidade, o termo “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS” irá significar quaisquer informações e dados de natureza confidencial que venham a ser revelados em decorrência da execução do Contrato TJRO nº ...../....., inclusive, mas sem se limitar a, segredos institucionais, informações técnicas e relativas a desenvolvimento, estratégias, operações, desempenho, tecnologia, negócios e processos, técnicas de programação de computador, e outras informações proprietárias designadas como tais, ou assim subentendidas, pelas PARTES, sejam elas apresentadas na forma escrita, oral, gráfica, eletrônica ou por outro meio qualquer de registro. O termo “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS” irá incluir quaisquer amostras, modelos ou protótipos, ou partes destes.

##### **2. SIGILO**

2.1. A Contratada pactua que todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS serão mantidas no mais estrito sigilo. A Contratada se compromete a não copiar, não usar em seu próprio benefício, nem revelar ou mostrar a terceiros, nem publicar tais informações, no território brasileiro ou no exterior, persistindo a obrigação de sigilo por tempo indeterminado após o encerramento do que originou o presente termo.

2.2. Só os representantes da Contratada cuja avaliação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS seja necessária e apropriada para os propósitos especificados da execução do Contrato terão acesso às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS. As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS serão usadas pela Contratada somente para os propósitos limitados estabelecidos na execução do Contrato.

2.3. Com respeito aos sócios, diretores, empregados, agentes e representantes da Contratada e outras pessoas que necessitem ter acesso às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, a Contratada pactua obter de todas essas pessoas um Acordo de Sigilo obrigando-as a respeitar os mesmos pactos de sigilo aqui contidos.



2.4. Todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de posse da Contratada e sob seu controle deverão ser guardadas e mantidas a salvo num lugar seguro, com proteção adequada para assegurar que nenhuma pessoa não autorizada tenha acesso a essas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.

2.5. A Contratada concorda em notificar imediatamente o TJRO, por escrito, qualquer utilização indevida, revelação não autorizada, esbulho ou apropriação indébita das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que lhe forem reveladas, ou qualquer violação do Contrato que chegue ao seu conhecimento.

### 3. PROPRIEDADE

3.1. Todos os materiais, inclusive, mas sem limitações a documentos, desenhos, modelos, protótipos, dispositivos, esboços, projetos, listas de componentes, programas de computador, mapas, propostas, informações financeiras ou comerciais, e dados (juntamente com quaisquer meios de suporte, p. ex.: discos, fitas), fornecidos pelo TJRO à Contratada, permanecerão sendo de propriedade do TJRO.

3.2. Todas as anotações, juntamente com quaisquer análises, compilações, estudos ou outros documentos elaborados pela Contratada ou por seus representantes, que contenham ou reflitam de outra maneira as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, reveladas pelo TJRO, serão também consideradas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, e serão havidas como de propriedade da Contratada somente naquilo que não conflitar com direitos preexistentes do TJRO.

### 4. LIMITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES E DIREITOS

4.1. A Contratada concorda que não adquire qualquer título, posse, direitos de propriedade intelectual ou outros direitos para usar, vender, explorar, copiar ou desenvolver mais qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL, em razão da execução do Contrato. Caso as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS sejam ou venham a ser objeto de requerimento de patente, requerimento de direito autoral, ou direito autoral, a Contratada concorda e entende que o TJRO terá todos os direitos e socorros legais disponíveis como resultado dos referidos requerimentos de patente, requerimentos de direito autoral, ou direitos autorais, e que a revelação de tais INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS à Contratada não afeta de maneira alguma esses direitos e socorros.

4.2. A Contratada entende que a revelação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS aqui prevista tem bases não-exclusivas, e que o TJRO poderá, a qualquer tempo, e sem limitações, revelar as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de sua propriedade a outros, sob obrigações de sigilo similares àquelas previstas em Contrato.

4.3. Nada neste instrumento irá obrigar o TJRO a revelar à Contratada qualquer informação em particular.

4.4. O nome, a marca e a logomarca da Contratada são de sua propriedade exclusiva e encontram-se devidamente registrados junto aos órgãos competentes e protegidos pelas leis de propriedade intelectual, de modo que o presente instrumento não confere ao TJRO qualquer direito, direto ou indireto, sobre o nome, a marca e a logomarca pertencentes à Contratada, sendo vedada qualquer forma de utilização, exploração, reprodução e/ou veiculação destes, em conexão ou não com o objeto deste instrumento, sem a autorização prévia e expressa da Contratada.

### 5. NÃO-REVELAÇÃO

5.1. Tanto a Contratada como seus respectivos representantes, prepostos, funcionários, agentes e terceiros, direta ou indiretamente relacionados, na forma dos Acordos de Sigilo assinados, concordam que durante o período de vigência do Contrato nº. .... /....., e após o seu encerramento será mantida, por prazo indeterminado, a proibição de revelação e de uso em benefício próprio ou de terceiros das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.

5.2. As restrições estabelecidas neste documento não se aplicarão a quaisquer informações, dados ou outros materiais cedidos, na medida em que existir, ou vier a existir, qualquer uma das condições seguintes:

a) Fossem previamente conhecidas pela Contratada, livre de qualquer obrigação de mantê-las confidenciais conforme demonstrado pelos seus registros escritos, desde que ele não tenha recebido tais informações, direta ou indiretamente, do TJRO;

b) Sejam ou se tornem de domínio público, por revelação que não seja desautorizada;

c) Sejam obtidas independentemente pela Contratada sem conhecimento das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, conforme demonstrado pelos seus registros escritos, desde que tais informações, ou informações correlatas, não tenham sido antecipadas em processo de patentes previamente publicados, de titularidade do TJRO;

d) Sejam reveladas a terceiros, sem restrições, pelo TJRO; ou

e) Sejam recebidas legalmente pela Contratada de uma terceira parte cuja revelação não tenha violado qualquer sigilo ou outra obrigação legal; ou

f) Que venham a ser tornadas públicas por ação ou omissão não atribuível à Contratada.

5.3. As INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS não serão consideradas pertencentes ao domínio público simplesmente por estarem parcialmente incorporadas a descobertas em geral, ou porque características individuais suas, componentes seus ou combinações disso sejam agora ou venham a ser conhecidos pelo público.

## 6. DEVOLUÇÃO DA INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

6.1. Quando do encerramento do Contrato e/ou das relações de negócios entre a Contratada e o TJRO, ou mais cedo, de comum acordo entre as PARTES, a Contratada deverá entregar em até 15 (quinze) dias ao TJRO, ou a quem ele designar, toda e qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL em sua posse ou sob seu controle, exceto se o TJRO, por intermédio de prévia permissão por escrito, tenha concordado em que a informação seja retida pela Contratada.

6.2. A Contratada irá se certificar de que todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS e cópias, ou extrações destas, tenham sido devolvidas ao TJRO, ou a quem ela designar, bem como que sejam destruídas, de maneira irrecuperável, todas as cópias instaladas na memória de seus equipamentos ou em qualquer outro tipo de suporte, inclusive as cópias de segurança (backup).

## 7. REVELAÇÃO ORDENADA EM JUÍZO

7.1. A Contratada não será responsável pela revelação de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS caso esta seja feita em resposta a ordem judicial, contanto que seja dada notificação ao TJRO, tão logo tal ordem seja recebida, para que este possa buscar uma medida protetora, caso seja adequado.

## 8. ACORDO DE OBRIGAÇÃO DOS SUCESSORES

8.1. Este Termo de Confidencialidade terá caráter obrigatório e deverá vigorar em benefício das PARTES aqui signatárias, de seus herdeiros, administradores, sucessores e depositários.

## 9. DA VIGÊNCIA

9.1. Este Termo de Confidencialidade se efetivará a partir da data da assinatura do Contrato a que está vinculado e terminará com a cessação do mesmo, ressalvados nos efeitos da vedação contida no item 5 do presente ajuste.

9.2. O encerramento deste Termo não eximirá a Contratada de cumprir com as obrigações e responsabilidades assumidas durante sua vigência.

## 10. FORO

10.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Termo de Confidencialidade, as PARTES elegem o Foro de Porto Velho - RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais, privilegiado que seja. Assim, justas e contratadas, as PARTES assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias.

Porto Velho, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

---

**Representante do TJRO**

---

**Representante legal da Contratada**



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE SOARES SENA DE OLIVEIRA, Membro(a) do Comitê**, em 16/03/2026, às 08:25 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ÂNGELA CARMEN SZYMCZAK DE CARVALHO, Presidente do Comitê**, em 16/03/2026, às 09:28 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLEITON ANDERSON PROFILIO DOS SANTOS, Chefe de Seção**, em 16/03/2026, às 12:55 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO SPADETO, Diretor (a) de Divisão**, em 16/03/2026, às 13:50 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAMELA NEVES DE OLIVEIRA, Chefe de Seção**, em 17/03/2026, às 09:30 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **REGINALDO DE SOUZA GADELHA, Membro(a) do Comitê**, em 17/03/2026, às 20:50 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5306658** e o código CRC **49B5D17B**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Rua José Camacho, 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br

## MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA E \_\_\_\_\_.**

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.293.700/0001-72, sediado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pela Juíza Secretária Geral **KARINA MIGUEL SOBRAL**, com recursos da Unidade Orçamentária n. 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU (CNPJ n. 10.466.386/0001-85), e, por outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, celebram o presente Contrato na melhor forma de direito, em conformidade com a Lei Federal n. 14.133/2021, com a Lei Complementar n. 123/2006 e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, decorrente de procedimento licitatório conforme o Edital de Pregão Eletrônico n. **029/2026-2026.PCA.8245**, tipo menor preço, doravante denominado simplesmente **EDITAL**, autorizado pelo **Processo Administrativo n. 0005672-85.2025.8.22.8000**, o fazendo mediante as Cláusulas e condições a seguir:

### DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA

**1.1.** Fornecimento de Solução de rede de comunicação de dados, utilizando tecnologia Lan-to-Lan e/ou linha privativa Ethernet, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições contidas no EDITAL e seus Anexos.

**1.2.** A execução contratual será por regime de empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

**1.3.** Integram o presente Contrato, devidamente assinados, o Termo de Referência n. 55/2025 e seus Anexos, a proposta da CONTRATADA e a(s) Nota(s) de Empenho \_\_\_\_\_, constantes no referido Processo Administrativo.

### DA EXECUÇÃO - CLÁUSULA SEGUNDA

#### 2.1. Da Reunião de Alinhamento

**2.1.1.** Deverá ser realizada, **até o 5º (quinto) dia útil após a última assinatura deste Contrato pelas partes**, por meio de videoconferência ou presencialmente na Sede do Tribunal de Justiça, situado na Rua José Camacho n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP 76801-330, **uma reunião de alinhamento, com a participação do preposto da CONTRATADA**, conforme agendamento efetuado pelo(a) Gestor(a) deste Contrato, com o objetivo de:

- a) identificar as expectativas a respeito do cronograma de implantação da Solução;
- b) nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Termo de Referência, neste Contrato, no Edital e em seus Anexos, esclarecendo, caso necessário, possíveis dúvidas acerca do objeto;
- c) apresentação do preposto da CONTRATADA e da Equipe de Gestão deste Contrato;
- d) apresentação, pela CONTRATADA, do **Engenheiro(s) responsável(is)** pela implantação e manutenção da infraestrutura de rede de comunicação de dados;
- e) apresentação, pela CONTRATADA, de um número de telefone que possibilite ligações gratuitas ou com custo de ligações locais para sua central de suporte técnico, para fins de abertura e acompanhamento de chamados;
- f) receber o repasse de informações a respeito dos sistemas corporativos do CONTRATANTE.
- g) alinhar sobre o que será entregue no projeto de implantação da Rede PJRO-FD; e
- h) definição e disponibilização do espaço em rack para acomodação dos equipamentos da CONTRATADA.

**2.1.2.** Após a reunião de alinhamento deverá ser gerada uma Ata com o resultado da mesma e esta deverá ser assinada pelo(a) Gestor(a) deste Contrato, equipe de fiscalização e pela CONTRATADA.

**2.1.3.** O(a) Gestor(a) deste Contrato apresentará, ainda, à CONTRATADA a relação nominal da Equipe Técnica autorizada a abrir e fechar chamados.

**2.1.4.** A CONTRATADA deverá enviar ao(à) Gestor(a) deste Contrato, após a reunião de alinhamento, cópia dos documentos CPF, RG e comprovante de residência do preposto e representante da empresa e que participaram da reunião, com o intuito de que seja realizado o cadastro no Sistema Eletrônico de Informação - SEI no Tribunal para fins de assinatura da Ata.

## **2.2. Do Projeto de Implantação da Rede PJRO-FD**

**2.2.1.** A CONTRATADA deverá apresentar ao(à) Gestor(a) deste Contrato, em **até 10 (dez) dias corridos**, contado do primeiro dia útil seguinte à data da realização da reunião de alinhamento, o **Projeto de Implantação da rede PJRO-FD**, contendo no mínimo:

- a) topologia física da Rede **PJRO-FD** proposta, incluindo seu *backbone*, as tecnologias a serem utilizadas em cada trecho e suas capacidades, detalhamento dos meios físicos de transporte de dados e a comprovação das marcas e modelos de equipamentos com o *datasheet* que serão utilizados em toda a Solução;
- b) cronograma de implantação, com o detalhamento das etapas que serão seguidas e datas de início e fim de cada atividade; e
- c) estratégia da implantação da Rede **PJRO-FD**.

**2.2.2.** A Equipe de Gestão deste Contrato fará a análise do **Projeto de Implantação da rede PJRO-FD** apresentado pela CONTRATADA, podendo ainda propor alterações e/ou ajustes pontuais.

**2.2.3.** Caso haja a necessidade de alterações e/ou ajustes no **Projeto de Implantação da rede PJRO-FD**, a CONTRATADA terá o prazo de **até 5 (cinco) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação pelo CONTRATANTE, para reapresentá-lo ao(à) Gestor(a) deste Contrato.

**2.2.4.** Após as alterações/ajustes, caso haja necessidade, a equipe de gestão contratual aprovará o **Projeto de Implantação da rede PJRO-FD** apresentado pela CONTRATADA.

**2.2.5.** Com a devida justificativa e respeitando-se o prazo de entrega da Solução, o **Projeto de Implantação da rede PJRO-FD** poderá sofrer ajustes, desde que seja solicitado pela CONTRATADA e aprovado pela Equipe de Gestão deste Contrato.

## **2.3. Da Disponibilização da Solução**

**2.3.1.** O prazo de instalação e ativação dos Concentradores e dos links dos Fóruns Digitais já implantados, conforme **Tabela 1**, constante do **item 3, do ANEXO I (Modelo de Apresentação de**

**Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Contrato, será de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento da **Ordem de Serviço (OS)**.

**2.3.1.1.** As instalações dos links destinados aos Fóruns Digitais já implantados, bem como dos Concentradores serão solicitadas **em uma única demanda**.

**2.3.2.** As instalações e a ativação dos links destinados aos Fóruns Digitais ainda não implantados serão realizadas **sob demanda**, conforme a necessidade da Administração, mediante solicitações formalizadas por meio de **Ordem de Serviço (OS)** específica.

**2.3.2.1.** O prazo de instalação dos links e sua ativação será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento da Ordem de Serviço (OS), em conformidade com a **Tabela 1**, constante do **item 3, do ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Contrato.

**2.3.3.** O(a) Fiscal Técnico(a) deste Contrato deverá realizar um teste de velocidade no link fornecido pela CONTRATADA e documentar o seu resultado.

**2.3.4.** A CONTRATADA será responsável pela execução e custeio de toda e qualquer obra de infraestrutura interna e externa necessária para a execução dos serviços. A responsabilidade da CONTRATADA inclui a recomposição original das instalações do CONTRATANTE, caso ocorram danos no momento da implantação da Solução, incluindo eventual demolição e recomposição de gesso, emassamento e pintura, recomposição de calçadas, jardins, entre outros.

**2.3.5.** Na hipótese de existência de estruturas metálicas nos edifícios do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá submeter à apreciação e aprovação do seu **Departamento de Engenharia e Arquitetura** o **projeto executivo detalhado** da intervenção a ser realizada, previamente à sua execução.

**2.3.6.** A infraestrutura interna (sala de equipamentos para acomodar os equipamentos internos, energia elétrica não estabilizada e ar condicionado) será disponibilizada pelo CONTRATANTE, possibilitando que a CONTRATADA instale seus equipamentos e faça os ajustes necessários para a entrega do link, sempre sob supervisão e orientação do(a) Gestor(a) deste Contrato ou outro servidor devidamente designado.

## **2.4. Do Recebimento da Solução**

**2.4.1.** O recebimento da Solução se dará:

**a) provisoriamente**, pelo(a) Fiscal(a) Técnico deste Contrato, de acordo com a implantação de cada link previsto no **Tabela 1**, constante do **item 3, do ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Contrato, mediante **Termo de Recebimento Provisório**, para efeito de posterior verificação aos termos pactuados; e

**b) definitivamente**, pelo(a) Gestor(a) deste Contrato, se atendidos os requisitos mencionados na alínea "a" deste subitem, mediante **Termo de Recebimento e Aceitação**, observado o disposto no art. 140 da Lei n. 14.133/2021.

**2.4.2.** O **Termo de Recebimento e Aceitação** será dado após a verificação da inexistência de deficiências na Solução, e por um período de funcionamento experimental de **até 10 (dez) dias corridos**, contado da disponibilização de todos os links previstos na OS, podendo ser prorrogado por igual período, desde que justificado pelo(a) Gestor(a) deste Contrato.

**2.4.3.** Para fins de **recebimento definitivo**, serão realizados, em relação a cada link instalado, os **testes de conformidade** previstos no **ANEXO II (Testes para Recebimento)** deste Contrato, bem como a verificação do atendimento integral das demais exigências e condições nele estabelecidas.

**2.4.4.** Considerar-se-á caracterizada a normalidade no funcionamento dos links quando, durante o período de operação experimental, a infraestrutura contratada apresentar estabilidade, continuidade e desempenho compatíveis com as condições técnicas estabelecidas no Termo de Referência e as boas práticas do mercado.

**2.4.5.** Na hipótese de constatação de qualquer desconformidade em relação aos termos pactuados, o recebimento definitivo não será efetuado, devendo a CONTRATADA ser formalmente notificada para

que, no prazo de **até 10 (dez) dias corridos**, contado do primeiro dia subsequente ao recebimento da notificação expedida pelo CONTRATANTE, adote todas as providências necessárias à sua regularização, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

**2.4.6.** Após a regularização das inconformidades apontadas e a reapresentação do objeto à apreciação do CONTRATANTE, iniciar-se-á o prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** para nova verificação de conformidade com os termos pactuados. Constatado o atendimento integral às exigências contratuais, será formalizado o **recebimento definitivo**.

## **2.5. Da Mudança de Endereços e Instalação de Novos Links**

**2.5.1.** Durante a vigência deste Contrato, **poderão ocorrer, de forma eventual**, alterações nos endereços relacionados na **Tabela 1**, constante do **item 3**, do **ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Contrato, bem como a **inclusão de novos Fóruns Digitais à Rede PJRO-FD**, conforme necessidades do CONTRATANTE.

**2.5.2.** No caso de instalação de um novo link, será pago o valor de instalação de um link de comunicação de dados.

**2.5.3.** Na hipótese de alteração do endereço de um link **dentro do mesmo município/distrito**, será devido o pagamento correspondente a **50% (cinquenta por cento)** do valor de instalação de um link de comunicação de dados. Caso a mudança de endereço ocorra **para outro município/distrito**, será devido o **pagamento integral** do valor de instalação de um link de comunicação de dados.

**2.5.4.** A instalação de um novo link deverá ocorrer no prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento da **Ordem de Serviço (OS)** expedida pelo CONTRATANTE.

**2.5.5.** A alteração de endereço de um link, dentro do mesmo município/distrito, deverá ocorrer no prazo de **até 15 (quinze) dias corridos**, contado do primeiro dia útil após o recebimento da **OS** expedida pelo CONTRATANTE. Caso a alteração de endereço do link seja para município/distrito distinto, o prazo será de **até 30 (trinta) dias corridos**.

**2.5.5.1.** Quando a alteração de endereço ocorrer dentro do mesmo município/distrito, a CONTRATADA deverá manter o link originalmente instalado em pleno funcionamento, de forma concomitante ao novo link a ser implantado, pelo prazo mínimo de **5 (cinco) dias úteis**, sem qualquer ônus adicional, a fim de possibilitar ao CONTRATANTE a realização das novas configurações e dos testes necessários da Solução.

**2.5.6.** A critério do CONTRATANTE, poderá haver **alteração das localidades previstas** para os links dos Fóruns Digitais que ainda não se encontram em funcionamento, por estarem em fase de planejamento e/ou negociação, correspondentes aos **itens 17 a 28 da Tabela 1**, constante do **item 3**, do **ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Contrato.

## **2.6. Dos Serviços de Suporte Técnico**

**2.6.1.** Os serviços de suporte técnico deverão ser prestados pela CONTRATADA **de forma contínua**, durante **toda a vigência deste Contrato**, em conformidade com as condições e níveis de serviço estabelecidos.

**2.6.2.** A Solução deverá contemplar a prestação de **serviços de suporte técnico em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, observadas as métricas e os parâmetros estabelecidos nos **Níveis de Serviço Exigidos (NSE)**, conforme detalhado no **ANEXO III** deste Contrato. Deverá, ainda, ser assegurada a realização periódica de **manutenção preventiva e corretiva**, de modo a minimizar a ocorrência de falhas e garantir a continuidade e a confiabilidade da Solução.

**2.6.3.** Os requisitos de garantia deverão concentrar-se no **cumprimento das obrigações contratuais**, em estrita conformidade com os **padrões e métricas estabelecidos no ANEXO III (Níveis de Serviços Exigidos (NSE))** deste Contrato.

**2.6.4.** O monitoramento e a manutenção dos serviços deverão ser realizados de forma **proativa**, assegurando-se o cumprimento contínuo dos limiares e parâmetros estabelecidos neste Contrato, **independentemente da abertura de chamado** pelo CONTRATANTE.



**2.6.5.** Na hipótese de abertura de chamado em razão de falha ou interrupção do serviço contratado, o **prazo para a respectiva solução** será contado a partir do **início da interrupção ou da efetiva detecção da falha**, o que ocorrer primeiro.

**2.6.6.** Os serviços de suporte técnico deverão abranger as **manutenções corretivas e evolutivas** do objeto contratado, **sem a geração de quaisquer custos adicionais** ao CONTRATANTE.

**2.6.6.1.** Entende-se por **manutenção corretiva** o conjunto de procedimentos e intervenções técnicas destinados a restabelecer integralmente o funcionamento dos serviços, mediante a identificação, correção e eliminação definitiva dos defeitos ou falhas apresentados.

**2.6.6.2.** Entende-se por **manutenção evolutiva** o fornecimento de **novas versões e/ou releases corretivos e evolutivos** dos softwares que integram o objeto deste Contrato, disponibilizados pelo fabricante ou desenvolvedor durante a vigência deste Contrato.

**2.6.7.** A execução dos serviços de suporte técnico deverá ocorrer **por telefone ou por e-mail**, de forma **remota**, ou, quando a natureza do serviço assim exigir ou mediante solicitação do(a) Gestor(a) deste Contrato, de forma **presencial (on-site)**, nas dependências do local onde o link estiver instalado, com a atuação de técnico devidamente qualificado.

**2.6.8.** Os chamados relativos aos serviços de suporte técnico terão origem na identificação, pela Equipe de Gestão deste Contrato, de qualquer problema que comprometa o pleno funcionamento do objeto contratado, incluindo, mas não se limitando, a falhas relacionadas à **instalação, configuração, otimização e atualização** da Solução.

**2.6.9.** Para qualquer incidente que resulte em **interrupção total ou parcial dos serviços, degradação da qualidade ou redução da velocidade** do link contratado, o tempo correspondente será computado para fins de apuração dos prazos previstos no **ANEXO III (Níveis de Serviços Exigidos (NSE))** deste Contrato.

**2.6.10.** O período de indisponibilidade será contado a partir da **primeira notificação do incidente**, seja por meio de alerta automático gerado por ferramenta de monitoramento em tempo real, pela detecção da equipe técnica do CONTRATANTE ou pela abertura formal de chamado, **o que ocorrer primeiro**.

**2.6.11.** A substituição de equipamentos que apresentem problemas ou falhas de funcionamento será de **inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA**, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

## **2.7. Critérios de Gerenciamento e Monitoração do Serviços**

**2.7.1.** A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE uma **Solução de Gerência de Rede** que contemple, no mínimo, os **módulos de gerenciamento de falhas, desempenho, disponibilidade e geração de relatórios de níveis de serviço**, em conformidade com as exigências contratuais.

**a)** A Solução de Gerência da Rede deverá disponibilizar **visualização on-line**, em formato **gráfico**, das informações da rede, possibilitando o acompanhamento e a monitoração do **estado global e detalhado** do ambiente; e

**b)** A CONTRATADA deverá **disponibilizar acesso** à ferramenta de Gerência ao CONTRATANTE, bem como **promover as adequações necessárias de visibilidade**, de modo a assegurar o pleno acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados.

**2.7.2.** A Solução de Gerência da Rede deverá atuar de forma proativa, antecipando-se à ocorrência de falhas e garantindo o cumprimento dos Níveis de Serviço Exigidos (NSE), inclusive mediante a abertura, o acompanhamento e o encerramento de chamados relacionados à indisponibilidade do serviço. A operação deverá ocorrer em regime contínuo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todos os dias do ano.

**2.7.3.** Qualquer paralisação do serviço será considerada indisponibilidade, desde que devidamente comprovado que a falha não decorre de ação ou omissão do CONTRATANTE.

## **DA VIGÊNCIA - CLÁUSULA TERCEIRA**

**3.1.** A vigência deste Contrato será de **5 (cinco) anos**, contados da data de sua última assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite de 10 (dez) anos, conforme disposição do art. 106 c/c art. 107, ambos da Lei n. 14.133/2021, se houver interesse do CONTRATANTE e de acordo com o respectivo crédito orçamentário.

## DO VALOR E DO REAJUSTE DE PREÇOS - CLÁUSULA QUARTA

**4.1.** O valor total estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Grupo	Item	Descrição	Quantidade de Links a ser contratados	Quantidade estimada de Meses	Valor Unitário do item SEM desconto do ICMS (R\$)	Valor Unitário do item COM desconto do ICMS (R\$)	Valor Total do item COM desconto do ICMS (R\$) pelo período de 60 (sessenta) meses
1	1	Link de dados de 500Mbps	26 un	60			
	2	Link de dados de 200Mbps	02 un	60			
	3	Link de dados para os concentradores	02 un	60			
	4	Instalação do link de 500Mbps	26 un	-			
	5	Instalação do link de 200Mbps	02 un	-			
	6	Instalação do link de concentradores	02 un	-			
<b>Valor Total do Item/Grupo, SEM desconto do ICMS: R\$</b>							
<b>Valor Total do Item/Grupo, COM desconto do ICMS: R\$</b>							

**4.1.1.** Valores detalhados, com desconto do ICMS:

Item	(A) Localidade	(B) Velocidade Mínima (Mbps)	(C) Velocidade Ofertada (Mbps)	(D) Valor de instalação do link (R\$)	(E) Valor unitário mensal do link (R\$)	(F = E x 60 + D) Valor Total do item, pelo período de 60 (sessenta) meses
01	Candeias do Jamari	500				
02	Extrema	500				
03	Itapuã do Oeste	500				
04	Cujubim	500				
05	Alto Paraíso	500				
06	Monte Negro	500				
07	Campo Novo de Rondônia	500				
08	Mirante da Serra	500				
09	Chupinguaia	500				
10	Seringueiras	500				

11	Alto Alegre dos Parecis	500				
12	São Felipe do Oeste	500				
13	Urupá	500				
14	União Bandeirantes	500				
15	Calama	≥ 200				
16	Vista Alegre do Abunã	500				
17	Vale do Anari	500				
18	Cacaulândia	500				
19	Governador Jorge Teixeira	500				
20	Pimenteiras	500				
21	Cabixi	500				
22	Nova União	500				
23	Castanheiras	500				
24	Jaci-Paraná	500				
25	Nova Dimensão	500				
26	Parecis	500				
27	São Carlos	≥ 200				
28	Rio Crespo	500				
29	<b>Ponto Concentrador</b> (Sala cofre - edifício sede do Tribunal de Justiça)	≥ 14Gbps				
30	<b>Ponto Concentrador</b> (Sala segura - Fórum Geral de Porto Velho César Montenegro)	≥ 14Gbps				
<b>SUBTOTAIS</b>						

**4.2.** A periodicidade para eventual reajuste de preços deste Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado (**20.03.2026**), ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, calculado pelo **IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**), ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

## **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CLÁUSULA QUINTA**

**5.1.** A despesa decorrente desta contratação será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Unidade Orçamentária: 03.011 – Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários – FUJU, Funcional Programática: 02.126.1013.4203 - Manter Ativos de Infraestrutura de TIC; Elementos de Despesa: 33.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica; Subitem: 09 - Serviços Técnicos Profissionais de TIC; e Subitem: 05 - Serviço de Comunicação de Dados.

## **DO FATURAMENTO - CLÁUSULA SEXTA**

**6.1.** A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n.**

**10.466.386/0001-85.** Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

**6.1.1.** Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a CONTRATADA deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490, de 23 de dezembro de 2014.

**6.1.2.** No âmbito do Estado de Rondônia, os serviços de telecomunicação prestados para a administração pública estadual são isentos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, em decorrência das disposições contidas no item 49 da Tabela I do Anexo I (Isenções - Concessões por Tempo Indeterminado) do regulamento do ICMS, Decreto n. 22.721 de 05/04/2018.

## DO PAGAMENTO - CLÁUSULA SÉTIMA

### 7.1. Das Formas de Pagamento

**7.2.1.** O pagamento será realizado observando-se as seguintes regras para cada item:

Item	Descrição	Regras de Pagamento
1	Links de dados de 500Mbps para os fóruns digitais.	O pagamento será iniciado a partir do recebimento definitivo, de acordo com as solicitações encaminhadas pelo CONTRATANTE. O pagamento será <b>mensal</b> , após avaliação dos serviços.
2	Links de dados de 200Mbps para os fóruns digitais.	
3	Link de dados para os concentradores	
4	Instalações dos links de 500Mbps	O pagamento pela instalação dos links será em <b>parcela única</b> , a partir do recebimento definitivo, de acordo com as solicitações encaminhadas pelo CONTRATANTE.
5	Instalações dos links de 200Mbps	
6	Instalação dos links concentradores	

### 7.2. Da Identificação dos Valores Devidos

**7.2.1.** Encerrado o mês de medição dos serviços de comunicação de dados, o CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA, **até o 5º (quinto) dia útil** do mês subsequente, o "**Relatório de Execução dos Serviços**". O relatório indicará o valor a ser pago em razão da qualidade aferida dos serviços prestados e o valor final sujeito à análise, bem como as informações descritas a seguir:

- a) tabela contendo a relação mensal da indisponibilidade de cada link de dados, com indicação dos horários de início e término de cada evento, bem como a duração respectiva em minutos; e
- b) tabela indicando, para cada circuito, a disponibilidade aferida no respectivo período, a quantidade de minutos de indisponibilidade, o valor da eventual glosa e o valor final a ser pago.

**7.2.2.** Após o recebimento do "**Relatório de Execução dos Serviços**" pela CONTRATADA, esta deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento, o "**Relatório de Verificação de Eventos**", contendo explicações detalhadas e eventuais justificativas para cada atraso ou violação dos **Níveis de Serviços Exigidos (NSE)**.

**7.2.2.1.** Caso haja discordância quanto ao "**Relatório de Execução dos Serviços**", a CONTRATADA deverá apresentar, de forma fundamentada, os dados e informações que considere corretos, abrangendo: tempo de indisponibilidade, tempo de interrupções programadas, tempo de interrupções atribuídas ao CONTRATANTE, valor mensal do circuito, valor de eventual glosa aplicada e o valor total que entende ser devido.

**7.2.3.** Ao examinar o "**Relatório de Verificação dos Eventos**", o CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a apresentação de um "**Relatório Analítico**" referente a cada indisponibilidade, contendo as seguintes informações:

- a) Disponibilidade do Circuito;

- b) Taxa de Perdas de Pacotes;
- c) Latência Média e Máxima Diária;
- d) Ocupação Média e Máxima Diária de Banda do Circuito;
- e) Alarmes e Eventos; e
- f) Justificativas e uma breve descrição da solução adotada.

**7.2.4.** O CONTRATANTE deverá apresentar, **no prazo de até 3 (três) dias úteis**, contado do primeiro dia útil seguinte ao recebimento da documentação, o aceite ou a impugnação do respectivo **"Relatório de Verificação dos Eventos"**.

**7.2.4.1.** No caso de aceitação do seu conteúdo, o CONTRATANTE solicitará da CONTRATADA a emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme apresentado no **"Relatório de Verificação dos Eventos"**.

**7.2.4.2.** Em caso de impugnação, o CONTRATANTE apontará expressamente cada item de sua discordância, bem como estabelecerá o valor final a ser faturado, conforme as disposições do **ANEXO III (Níveis de Serviços Exigidos (NSE))** deste Contrato. Na sequência, solicitará à CONTRATADA a emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme os valores determinados pelo CONTRATANTE.

**7.2.4.2.1.** A análise da contestação da impugnação, caso haja, será realizada em autos apartados.

**7.2.4.2.2.** Caso haja controvérsia acerca dos valores finais dos serviços e a CONTRATADA faça jus à complementação, deverá ser apresentada nova nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, a título complementar. A liquidação e o pagamento observarão os mesmos prazos estabelecidos neste Contrato, condicionados à manutenção da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

### **7.3. Da Liquidação e Pagamento**

**7.3.1.** O pagamento pela **instalação dos links** será realizado em **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da apresentação da respectiva nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme disposto no Item **6.1** deste Contrato, desde que comprovada a execução dos serviços.

**7.3.1.1.** O pagamento referente à instalação ficará condicionado à sua aceitação definitiva.

**7.3.2.** O pagamento **mensal dos links** será efetuado em **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente **do período (mês)**, com o devido aceite/certificação do(a) Gestor(a) deste Contrato, conforme disposto no Item **6.1** deste Contrato, desde que os serviços tenham sido executados.

**7.3.2.1.** A **emissão da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente dos serviços mensais** deverá ocorrer **no mês seguinte à execução dos serviços**.

**7.3.3.** Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o CONTRATANTE. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

**7.3.3.1.** O CONTRATANTE poderá deduzir, da nota fiscal ou de documento de cobrança equivalente referente ao **período (mês)**, os valores correspondentes a indenizações, multas, glosas ou qualquer prejuízo decorrente da execução deste Contrato.

**7.3.4.** O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela CONTRATADA, em sua proposta.

**7.3.5.** Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

**7.3.6.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**7.3.7.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
-------------	-------------------	------------------

Onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

## DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - CLÁUSULA OITAVA

- 8.1.** Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste contrato.
- 8.2.** Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir com o objeto deste contrato.
- 8.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

## DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA NONA

### 9.1. Obrigações gerais

**9.1.1.** Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

**9.1.2.** Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

**9.1.3.** Executar diretamente o objeto deste Contrato, **vedada a subcontratação**, salvo nas hipóteses e condições **expressamente previstas no subitem 7.4** do Termo de Referência, senão vejamos:

**9.1.3.1.** De acordo com o art. 122, da Lei n. 14.133/2021, será permitida a subcontratação de empresas para executar serviços que exijam comprovada especialização ou de interesse de técnica para continuidade deste Contrato, desde que aprovado pela Equipe de Gestão deste Contrato, a exemplo de:

- a)** infraestrutura como torres metálicas, abrigo de equipamentos, obras civis, equipamentos de ar condicionado, grupo motor gerador; e
- b)** trechos de infraestrutura óticas existente disponibilizada na forma de *clear channel* (fibra apagada, lambda ou redes determinísticas).

**9.1.3.2.** Não poderão ser subcontratadas bandas compartilhadas em redes públicas.

**9.1.3.3.** A CONTRATADA deverá encaminhar ao(à) Gestor(a) deste Contrato a documentação detalhada dos pontos da rede subcontratados.

**9.1.3.4.** A subcontratação não gerará, em hipótese alguma, vínculo contratual entre o CONTRATANTE e a subcontratada, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**9.1.4.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais nela empregados, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte do CONTRATANTE, conforme art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

**9.1.5.** Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto deste Contrato, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade na execução dos trabalhos, dentro dos prazos estipulados e cujo descumprimento será considerado infração passível de aplicação das penalidades previstas.

**9.1.6.** Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Contrato, de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.

**9.1.7.** Comunicar formal e imediatamente ao(à) Gestor(a) deste Contrato sobre possíveis alterações nos dados para contato com a Central de Atendimento.

**9.1.8.** Responsabilizar-se integralmente pela execução do suporte técnico, primando pela qualidade, desempenho e eficiência do serviço contratado.

**9.1.9.** Responder por escrito, no prazo de **até 2 (dois) dias corridos**, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes à execução deste Contrato e que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

**9.1.10.** Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade que possa colocar em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução deste Contrato, propondo as ações corretivas necessárias.

**9.1.11.** Submeter, sob autorização expressa do CONTRATANTE, qualquer alteração que se tornar essencial à continuidade na execução deste Contrato.

**9.1.12.** Indicar endereço de e-mail para envio de comunicações relativas à execução deste Contrato.

**9.1.13.** Monitorar o e-mail indicado para verificação de possíveis comunicações do CONTRATANTE.

**9.1.13.1.** Em caso de alteração de e-mail, a CONTRATADA deverá informar ao(à) Gestor(a) deste Contrato.

**9.1.14.** Apresentar endereço de e-mail da emitente da garantia contratual, caso haja, para envio de notificações no caso de eventual início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em cumprimento ao art. 137, § 4º, da Lei n. 14.133/2021.

**9.1.15.** Fornecer todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, referentes ao fornecimento ou às especificações técnicas dos equipamentos, no prazo de **até 24 horas corridas**, por meio do preposto designado para o acompanhamento deste Contrato, a partir da solicitação.

**9.1.16.** A CONTRATADA deverá manter profissionais capacitados para desenvolver as atividades pertinentes à plena execução do objeto contratual, sendo-lhe exigíveis, no mínimo, profissionais com experiência comprovada, titulação e grau de escolaridade compatível com o nível de serviço a ser desenvolvido.

**9.1.17.** Disponibilizar ao CONTRATANTE, a critério do(a) Gestor(a) deste Contrato, todos os documentos, relatórios, registros de log e estatísticas produzidos ao longo da execução dos serviços, para fins de acompanhamento, fiscalização e eventual transição, no prazo de **até 30 (trinta) dias** anteriores ao término da vigência deste Contrato.

**9.1.18.** Após o encerramento da vigência contratual, a CONTRATADA deverá, no prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, promover a retirada de todos os equipamentos de sua propriedade utilizados na prestação dos serviços e que se encontrem nas dependências do CONTRATANTE, reverter as adequações físicas e/ou estruturais eventualmente realizadas, bem como revogar todos os perfis de acesso, credenciais e caixas postais criados em razão da execução deste Contrato, assegurando a completa desvinculação de seus recursos e acessos do ambiente institucional do CONTRATANTE.



**9.1.19.** Apresentar a documentação técnica dos produtos que integram a Solução, preferencialmente redigida em língua portuguesa do Brasil, de forma clara, completa e atualizada, apta a subsidiar a correta utilização, operação, suporte e fiscalização do objeto contratado.

**9.1.20.** Acondicionar, sempre que possível, os equipamentos utilizados em gabinetes, armários ou racks já existentes nas dependências do CONTRATANTE. Para tanto, o CONTRATANTE disponibilizará o espaço físico necessário à instalação dos equipamentos, observadas as normas técnicas aplicáveis, de modo a assegurar a adequada organização, facilitar as atividades de manutenção e otimizar o gerenciamento da Solução contratada.

**9.1.21.** Fornecer a todos os seus colaboradores os equipamentos de segurança individual e coletiva, necessários à adequada execução dos serviços, assegurando a proteção da integridade física dos trabalhadores e o cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho durante a realização das atividades.

**9.1.22.** Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

**9.1.23.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, quando for o caso, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

## **9.2. Obrigações de segurança**

**9.2.1.** Observar, rigorosamente, todas as normas e todos os procedimentos de segurança implantados no ambiente de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE, em especial, a Resolução n. 350/2025, que Institui a Política de Segurança da Informação Cibernética - PSIC do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

**9.2.2.** Garantir a segurança, o sigilo e a confidencialidade das informações proprietárias do CONTRATANTE, quando houver, abstendo-se de divulgar, repassar ou fornecer a terceiros quaisquer dados ou informações a que tenha tido acesso em razão da execução contratual, em estrita conformidade com o disposto no **ANEXO IV (Termo de Confidencialidade da Informação)** do Termo de Referência.

**9.2.3.** Manter, em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou extinção deste Contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, as informações obtidas em razão de sua execução ou da relação contratual mantida com o CONTRATANTE, em especial as referentes:

- a) à política de segurança adotada pelo CONTRATANTE e às configurações de hardware e de software decorrentes;
- b) ao processo de instalação, configuração de produtos, ferramentas e equipamentos; e
- c) a quaisquer dados e informações armazenadas em sistemas do CONTRATANTE, incluindo os relativos aos sistemas integrados ou migrados.

**9.2.4.** Garantir que a estrutura computacional do CONTRATANTE seja utilizada exclusivamente para os fins relacionados ao objeto da prestação do serviço, sendo vedada sua utilização para quaisquer finalidades diversas das contratualmente previstas.

**9.2.5.** Manter o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo as políticas de segurança a serem aplicadas aos serviços contratados.

**9.2.6.** Monitorar a segurança da informação, no que tange à prevenção de acessos não autorizados, tentativas de comprometimento da integridade e disponibilidade das informações, objeto deste Contrato.

**9.2.6.1.** Notificar imediatamente o CONTRATANTE sempre que for detectada qualquer ameaça ou ataque ao objeto contratado, informando, de forma clara e detalhada, o tipo da ocorrência, as ações de resposta adotadas e as recomendações técnicas pertinentes para mitigação e prevenção de novos incidentes.

**9.2.7.** Ter ciência de que o uso do correio eletrônico e a navegação em sítios da internet a partir do ambiente de rede do CONTRATANTE poderão ser submetidos a controle e auditoria, nos termos das normas e políticas institucionais aplicáveis.

**9.2.8.** Aplicar e manter devidamente atualizados os patches de segurança **em todos** os equipamentos integrantes de sua rede, de modo a preservar a segurança, a integridade e a confiabilidade dos serviços prestados.

**9.2.9.** Informar ao CONTRATANTE a relação nominal dos técnicos que executarão as atividades de manutenção nas dependências dos Fóruns Digitais, mantendo-a permanentemente atualizada durante toda a vigência deste Contrato.

**9.2.10.** Assinar o Termo de Confidencialidade disposto no **ANEXO IV (Termo de Confidencialidade da Informação)** do Termo de Referência.

### **9.3. Obrigações de sustentabilidade**

**9.3.1.** Atender, no que couber, as recomendações contidas nos seguintes normativos do CONTRATANTE e CNJ: Resolução n. 143/2020 - Institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia; Resolução n. 287-2023 - Dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável - PLS do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e as competências da comissão gestora do PLS - CGPLS e do Núcleo de acessibilidade, inclusão e gestão socioambiental - Nages; Resolução n. 550/2024-CNJ - Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade no Âmbito do Poder Judiciário.

**9.3.2.** Fornecer ao CONTRATANTE, em formato digital, todos os documentos, relatórios, registros, artefatos e demais materiais produzidos em decorrência da execução deste Contrato, salvo manifestação expressa em sentido diverso por parte da Administração.

**9.3.3.** Observar as **Normas Brasileiras (NBR)** editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, no que se refere ao manejo, à destinação e ao descarte de resíduos sólidos, adotando práticas ambientalmente adequadas. Deverá, ainda, ser implementada a **logística reversa**, quando aplicável, de modo a assegurar o retorno dos produtos ao ciclo adequado de reaproveitamento ou descarte final, com vistas à mitigação de impactos ambientais e à promoção da sustentabilidade.

**9.3.4.** Dar preferência à utilização de bens confeccionados com materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, em conformidade com as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

**9.3.5.** Garantir que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima das recomendadas pelas normas técnicas.

**9.3.6.** Recolher os resíduos dos processos de manutenção para fins de destinação adequada conforme legislação ambiental.

**9.3.7.** Utilizar, exclusivamente, equipamentos integrantes da Solução que estejam devidamente homologados pela **Anatel** e em conformidade com as normas técnicas da ABNT, especialmente no que se refere às exigências ambientais, assegurando plena aderência às regulamentações vigentes no território nacional.

## **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA**

**10.1.** Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024-PR do Tribunal, este será acompanhado e fiscalizado pelos(as) seguintes servidores(as):

**a) Gestor(a): Cleiton Anderson Perfilio dos Santos:** e-mail: *cleitonanderson@tjro.jus.br*; telefone: (69) 3309-6549;

**b) Gestor(a) Substituto(a): Luiz Doniec dos Santos de Souza:** *luizdoniec@tjro.jus.br*; telefone: (69) 3309-6551;

**c) Fiscal Técnico: Pedro Felipe Costa Ruggeri:** e-mail: *pedro.felipe@tjro.jus.br*; telefone (69) 3309-6549;

**d) Fiscal Técnico(a) Substituto(a): Tony Clayton Cunha do Amaral:** e-mail: *tony@tjro.jus.br*; telefone: (69) 3309-6549;

**e) Fiscal Demandante: Bruno Spadeto:** e-mail: *bspadeto@tjro.jus.br*; telefone (69) 3309-6548;

**f) Fiscal Demandante Substituto(a): Reginaldo de Souza Gadelha:** e-mail: *reginaldogadelha@tjro.jus.br*; telefone: (69) 3309-6541;

**g) Fiscal Administrativo: William Vinícius de Andrade Hipólito:** email: *williamhipolito@tjro.jus.br*; telefone: (69) 3309-6520; e

**h) Fiscal Administrativo Substituta: Adriele Marques Machado:** email: *adriele@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6524.

**10.2.** A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

**10.3.** Os(As) Gestores(as) e os(a) Fiscais deste Contrato poderão ser localizados na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com endereço na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

**10.4.** Compete ao(à) **Gestor(a) deste Contrato**, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- a)** Acompanhar os prazos de execução e de vigência deste Contrato, comunicando à CONTRATADA e à unidade competente da Administração eventuais atrasos e encaminhando, em tempo hábil, expediente para a prorrogação deste Contrato;
- b)** Receber e conferir as notas fiscais ou documentos de cobrança equivalentes emitidas pela CONTRATADA, e encaminhar, devidamente certificadas/atestadas ao setor competente, observando, previamente, se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente apresentada pela CONTRATADA refere-se ao objeto que foi efetivamente contratado;
- c)** Emitir documento autenticando as notas fiscais ou documentos de cobrança equivalentes, bem como certificar o recebimento do objeto adquirido/contratado;
- d)** Encaminhar o processo à Unidade competente para proceder à liquidação da despesa, alertando para a data limite para pagamento das notas fiscais ou documentos de cobrança equivalentes;
- e)** Elaborar a prorrogação deste Contrato, se possível, junto à autoridade competente (ou às instâncias competentes), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;
- f)** Elaborar a comunicação à área competente para abertura de nova licitação, antes de findo a prestação de serviços e com antecedência razoável;
- g)** Cuidar das alterações de interesse da CONTRATADA, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação, sendo que, no caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder àqueles previstos no art. 111 da Lei n. 14.133/2021 e alterações, se possível;
- h)** Esclarecer dúvidas e transmitir instruções à CONTRATADA, comunicando alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, inclusive solicitando ao setor competente da Administração, quando necessário a emissão de parecer técnico;
- i)** Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à CONTRATADA, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da CONTRATADA, acionando as instâncias superiores e/ou os órgãos públicos competentes quando o fato exigir;
- j)** Verificar se a entrega do objeto ou a prestação do serviço está sendo executada em conformidade com o pactuado, no tocante a prazo, especificações, preço e quantidade; e
- k)** Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado.

**10.5.** Compete ao(à) **Fiscal Técnico(a)**, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- a)** Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato nos aspectos técnicos da solução, conforme o respectivo regramento técnico aplicável;
- b)** Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- c)** Ler atentamente este Contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

- d)** Esclarecer dúvidas do preposto/representante da CONTRATADA que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- e)** Receber provisoriamente o objeto deste Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- f)** Tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos e Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que regerá sua função;
- g)** Informar ao(à) Gestor(a) deste Contrato, em tempo hábil, irregularidades passíveis de punição, nos termos do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;
- h)** Avaliar a qualidade dos serviços realizados ou do objeto entregue e justificativas, de acordo com os critérios de aceitação definidos em Contrato; e
- i)** Orientar a CONTRATADA, por intermédio do preposto, sobre a correta execução deste Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

**10.6. Compete ao(à) Fiscal Administrativo(a), além de outras atribuições, nos termos da lei:**

- a)** Acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos de TIC nos aspectos administrativos, conforme as rotinas e procedimentos estabelecidos pelo CONTRATANTE, e as cláusulas deste Contrato ou instrumento equivalente;
- b)** Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- c)** Tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos e Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que regerá sua função;
- d)** Manter cópia eletrônica, sempre que julgar necessário, do termo contratual e de todos os aditivos, se existentes, do Edital da licitação, da especificação técnica, do Projeto Básico ou Termo de Referência, conforme o caso, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- e)** Elaborar, por segurança, registro próprio e individualizado de cada Contrato em que conste o controle dos pagamentos e saldo;
- f)** Realizar o acompanhamento e controle dos prazos previstos neste Contrato, sob sua responsabilidade, para a correta execução de seu objeto, não obstante as atribuições da Divisão de Contratos e Convênios - DCC;
- g)** Notificar a CONTRATADA em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);
- h)** Verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA para fins de pagamento; e
- i)** Orientar a CONTRATADA, por intermédio do preposto, sobre a correta execução deste Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

**10.7. Compete ao(à) Fiscal Demandante, além de outras atribuições, nos termos da lei:**

- a)** A coordenação dos trabalhos necessários para a efetiva concretização de demanda de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- b)** Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato nos aspectos operacionais, incluindo a fiscalização "*in loco*";
- c)** Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- d)** Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas para dirimir eventuais dúvidas e esclarecimentos;

- e) Tomar conhecimento da Lei n. 14.133/2021, que estabelece Normas Gerais sobre Licitações e Contratos Administrativos e Resolução n. 468/2022-CNJ (Contratações de Soluções TIC), que regerá sua função; e
- f) Orientar a CONTRATADA, por intermédio do preposto, sobre a correta execução deste Contrato e, pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução.

## DA GARANTIA CONTRATUAL - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

**11.1.** A CONTRATADA deverá, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contado do primeiro dia útil após a data da última assinatura deste Contrato pelas partes, prorrogável por igual período, a critério do CONTRATANTE, prestar garantia de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor anual estimado, em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei n. 14.133/2021:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; ou
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**11.1.1.** Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado junto a uma instituição financeira, na conta indicada pela Divisão de Contratos e Convênios (DCC/TJRO).

**11.1.2.** Se a opção de garantia se fizer na modalidade seguro-garantia ou título de capitalização, a apólice ou o título respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Deverá ser apresentado o número com que a apólice ou endosso, ou o título tenha sido registrado na SUSEP.

**11.1.3.** Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil e deverá ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho/RO.

**11.1.4.** Caso a garantia seja apresentada na forma de título de capitalização, deverá ser na modalidade Instrumento de Garantia, nos termos da Circular Susep n. 656/2022.

**11.1.5.** A garantia, nas modalidades seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, deverá ser apresentada ao CONTRATANTE com validade não inferior a **90 (noventa) dias corridos** além da vigência contratual.

**11.1.6.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

**11.1.7.** A garantia, na modalidade caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, será devolvida à CONTRATADA no prazo de **até 90 (noventa) dias corridos**, contado do término da vigência da garantia da Solução adquirida.

**11.2.** Na hipótese de suspensão deste Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro, até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**11.3.** Se, por qualquer razão, for necessária a alteração deste Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação expedida pelo CONTRATANTE.

**11.4.** Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, para que a substitua no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a

contar do recebimento da notificação.

**11.5.** Se a CONTRATADA desatender qualquer dos prazos acima referidos incorrerá na multa de **5% (cinco por cento)** sobre os seguintes valores:

- a) valor anual deste Contrato, no caso de descumprimento do subitem **11.1** deste Contrato; e
- b) valor a ser complementado ou substituído, no caso de descumprimento do subitem **11.3** ou **11.4** deste Contrato.

**11.5.1.** Além da multa prevista no subitem **11.5** deste Contrato, a CONTRATADA poderá ser responsabilizada por eventuais perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, salvo na ocorrência de motivo aceitável justificado tempestivamente até o último dia do prazo. Nesse caso, o CONTRATANTE indicará novo prazo à CONTRATADA, que deverá cumpri-lo, caso contrário sofrerá a penalidade acima referida.

**11.6.** A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes deste Contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

**11.7.** O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**11.7.1.** O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de eventual descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n. 14.133/2021).

**11.7.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n. 662/2022.

**11.8.** Uma vez aplicada multa à CONTRATADA, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, o CONTRATANTE poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

**11.9.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas deste Contrato.

**11.10.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução deste Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**11.11.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE, com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**11.12.** Desde já, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

**11.13.** No caso de extinção deste Contrato determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a IX da Lei n. 14.133/2021 (havendo culpa da CONTRATADA), a garantia será executada para ressarcimento do CONTRATANTE, referente aos valores das multas e indenizações a ela porventura devidos, conforme art. 139, inciso III da referida Lei.

**11.14.** Quando a extinção ocorrer pelos motivos relacionados no art. 137, § 2º, incisos I a V da Lei n. 14.133/2021 (sem que haja culpa da CONTRATADA), a CONTRATADA será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito à devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da extinção e ao pagamento do custo da desmobilização (conforme art. 138, § 2º da referida Lei).

**11.15.** Quando a garantia contratual for na modalidade caução em dinheiro, a restituição dar-se-á mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorrente da execução deste Contrato. Quando nas modalidades seguro-garantia, fiança bancária e título de capitalização a restituição far-se-á de ofício, após a execução deste Contrato.

## **DAS PENALIDADES E GLOSAS - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

**12.1.** Sem prejuízo das penalidades editalícias, contratuais e das demais cominações legais, poderá ser aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo de **até 3 (três) anos**, observadas as disposições do art. 156 da Lei n. 14.133/2021, se a CONTRATADA:

- a) dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total deste Contrato; e
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato sem motivo justificado.

**12.2.** O atraso injustificado **para a realização da reunião de alinhamento**, conforme disposição contida no subitem **2.1.1** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.16** deste Contrato.

**12.3.** O atraso injustificado **para a apresentação ou alterações e/ou ajustes do Projeto de Implantação da rede PJRO-FD**, conforme disposições contidas no subitem **2.2.1** e no subitem **2.2.3** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.16** deste Contrato.

**12.4.** O atraso injustificado **para a instalação dos links**, conforme disposições contidas no subitem **2.3.1** e no subitem **2.3.2.1** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.16** deste Contrato.

**12.5.** O atraso injustificado **para a regularização pertinente**, conforme disposição contida no subitem **2.4.5** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.16** deste Contrato.

**12.6.** O atraso injustificado **para a instalação de um novo link**, conforme disposição contida no subitem **2.5.4** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,3% (três décimos por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.16** deste Contrato.

**12.7.** O atraso injustificado **para a alteração de endereço de um link**, conforme disposição contida no subitem **2.5.5** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,3% (três décimos por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.16** deste Contrato.

**12.8.** O atraso injustificado **a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica**, conforme disposição contida no subitem **9.1.9** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o seu valor total estimado, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.16** deste Contrato.

**12.9.** O atraso injustificado **para o recolhimento de todos os equipamentos de sua propriedade**, conforme disposição do subitem **9.1.18** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa de 0,01% (um centésimo por cento) sobre o seu valor total estimado, até a 24ª (vigésima quarta) hora corrida contada a partir da primeira hora imediatamente posterior ao término do prazo. A partir da 25ª (vigésima quinta) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.16** deste Contrato.

**12.10.** O atraso injustificado **para a implementação da definição dos tipos de tráfego, suas prioridades e reserva de banda**, conforme disposição do subitem **6.13.1**, alínea "f.2", do **ANEXO I (Modelo de Apresentação de Proposta, Quantitativos e Especificação Técnica da Solução)** deste Contrato, sujeitará



à CONTRATADA a multa de 0,01% (um centésimo por cento) sobre o seu valor total estimado, até a 24ª (vigésima quarta) hora corrida contada a partir da primeira hora imediatamente posterior ao término do prazo. A partir da 25ª (vigésima quinta) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem **12.16** deste Contrato.

**12.11. Pelo não cumprimento dos prazos e indicadores previstos nos Níveis de Serviços Exigidos - NSE**, conforme disposto no **ANEXO III (Níveis de Serviços Exigidos (NSE))** deste Contrato, a CONTRATADA estará sujeita às glosas estabelecidas no referido anexo. A partir do 5º (quinto) mês consecutivo ou intercalado de faturamento, caso haja aplicação de glosa pelo descumprimento de um mesmo NSE, poderá ser aplicada a sanção disposta no subitem **12.16** deste Contrato.

**12.12.** A falta de comunicação da **alteração do endereço de e-mail**, conforme disposição contida no subitem **9.1.13.1** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o seu valor total estimado.

**12.13.** A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Contrato, deverá, até o vencimento do respectivo prazo, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) deste Contrato (***cleitonanderson@tjro.jus.br e dactic@tjro.jus.br***), **bem como a indicação do novo prazo que considerar necessário para a execução da obrigação, juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

**12.14.** Vencido o prazo estipulado, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA, comunicando-lhe a data/hora limite para a execução. A partir da data/hora limite considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem **12.17** deste Contrato.

**12.15.** A execução do objeto deste Contrato até a data/hora limite de que trata o subitem anterior não isenta a CONTRATADA das respectivas multas previstas nos subitens **12.2, 12.3, 12.4, 12.5, 12.6, 12.7, 12.8, 12.9 e/ou 12.10** deste Contrato.

**12.16.** Pelo descumprimento parcial do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de **5% (cinco por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado.

**12.17.** Pelo descumprimento total do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de **15% (quinze por cento)** sobre o seu respectivo valor total estimado.

**12.18.** As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

**12.19.** As multas devidas, bem como os prejuízos causados ao CONTRATANTE não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da Lei e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**12.20.** A CONTRATADA inadimplente, quando não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

**12.21.** A aplicação de multa e/ou a extinção deste Contrato não impede que o Tribunal aplique à empresa as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

**12.22.** Cautelarmente, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

## **DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

**13.1.** Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou de caso fortuito, nos termos da legislação vigente, que obste o cumprimento dos prazos e demais obrigações estatuídas neste Contrato, ficará a CONTRATADA isenta das multas e penalidades pertinentes.

## **DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

**14.1.** Observadas as demais disposições constantes no Título III, Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** deste Contrato:

**a)** poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE, se a CONTRATADA inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei;

**b)** será declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE se durante a vigência deste Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão deste Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e

**c)** poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

**14.2.** Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

## **DA ALTERAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

**15.1.** Este Contrato poderá ser **alterado**, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

**15.1.1.** A revisão contratual (revisão de preços ou recomposição) é cabível diante de fatos supervenientes à formulação da proposta e externos à relação contratual, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, podendo se dar tanto a favor da CONTRATADA quanto do CONTRATANTE.

**15.1.2.** Caso a CONTRATADA requeira a revisão de preços contratados, o pedido deverá ser obrigatoriamente formalizado e instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:

**a) ofício** circunstanciado, subscrito pelo representante legal da CONTRATADA ou outra pessoa devidamente constituída por meio de procuração, contendo exposição detalhada e fundamentada dos fatos supervenientes que motivam o pleito de revisão contratual, com a respectiva indicação dos impactos ocorridos no equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato;

**b) planilha** de custos demonstrando a equação econômico-financeira original apresentada na proposta de preços que fundamentou a contratação;

**c) planilha** de custos atualizada, contendo a nova composição de custos que reflete a situação presente deste Contrato, evidenciando os efeitos dos fatos supervenientes alegados; e

**d) documentos comprobatórios** idôneos que evidenciem a ocorrência e a veracidade dos fatos supervenientes apresentados, capazes de demonstrar de modo claro e objetivo a necessidade de revisão contratual.

**15.1.3.** O CONTRATANTE deverá analisar o pedido de revisão contratual, verificando:

**a)** se os fundamentos da imprevisibilidade suscitados pela CONTRATADA efetivamente configuram fato superveniente e álea extraordinária, que guarda nexo causal com a variação de preços, apta a inviabilizar a execução contratual nos termos originalmente pactuados;

**b)** se foram apresentados documentos que comprovam que a CONTRATADA efetivamente arcou com os ônus da oscilação de preços durante o período respectivo;

**c)** quando o pedido se embasar na oscilação de preços de apenas alguns itens, se eventuais oscilações de preços de outros insumos reduziram os encargos da CONTRATADA, de modo a manter equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato como um todo;

- d) se o pedido se fundamenta em algum fator de risco alocado neste Contrato e sob a responsabilidade da CONTRATADA;
- e) se houve culpa da CONTRATADA pela majoração dos seus encargos e/ou se ela deu causa a atrasos injustificáveis; e
- f) qual o saldo remanescente posterior ao fato gerador.

**15.1.4.** No curso da análise do pedido de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá requerer informações ou documentos adicionais.

**15.1.5.** Cabe ao CONTRATANTE confrontar os preços apresentados pela CONTRATADA com os valores praticados no mercado, mediante realização de pesquisa própria.

**15.1.6.** A CONTRATADA deverá formular seu pedido de revisão previamente à prorrogação ou à extinção deste Contrato, sob pena de preclusão, na forma do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021.

**15.1.7.** A revisão deve se dar, em regra, com efeitos retroativos, a contar da data do evento que ocasionou a alteração da equação econômico-financeira da proposta, devendo a CONTRATADA formular o pedido tão logo tenha conhecimento da repercussão dos fatos supervenientes.

**15.1.8.** A mera variação de preços ou flutuação cambial não é, por si só, suficiente para justificar a revisão contratual.

**15.1.9.** Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato deverá ser analisado e respondido pelo CONTRATANTE, no prazo de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

## **DA SUSTENTABILIDADE - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**

**16.1.** Considerando a atuação institucional do CONTRATANTE na promoção de políticas de responsabilidade social e ambiental, além da inclusão de critérios de sustentabilidade nas especificações do objeto, foram previstas, no subitem **9.3** deste Contrato, as obrigações pertinentes à CONTRATADA.

## **DA PROTEÇÃO DE DADOS - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**

**17.1.** Em conformidade com a Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e a Resolução n. 363/2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, as partes obrigam-se a observar integralmente as normas referentes ao tratamento de dados pessoais relacionadas ao objeto deste Contrato. Comprometem-se, ainda, a resguardar os direitos e garantias fundamentais, especialmente quanto à liberdade, privacidade e confidencialidade das informações, em estrita observância à legislação aplicável.

## **DA PUBLICAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**

**18.1.** O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE e no Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP em **até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de sua última assinatura pelas partes como condição de sua eficácia, nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

## **DOS CASOS OMISSOS - CLÁUSULA DÉCIMA NONA**

**19.1.** Os casos omissos serão resolvidos pelas partes em comum acordo, por meio de termo aditivo, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078/1990 e nas normas e princípios gerais dos contratos.

## **DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA E DO FORO - VIGÉSIMA**

**20.1.** Serão adotados métodos de resolução consensual das controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste Contrato, conforme Recomendação n. 140/2023 do CNJ.

**20.2.** As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Contrato, quando não solucionadas consensualmente, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE, para que produza os devidos efeitos legais.

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

**Karina Miguel Sobral**

**Juíza Secretária Geral**

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

## ANEXO I

### MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA, QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DA SOLUÇÃO

Segue no quadro abaixo o modelo para apresentação de proposta comercial, com a necessidade de demonstração do valor referente à isenção do ICMS em relação aos serviços de telecomunicações prestados para a Administração Pública do Estado de Rondônia:

Grupo	Item	Descrição	Quantidade de Links a ser contratados	Quantidade e estimada de Meses	Valor Unitário do item SEM desconto do ICMS (R\$)	Valor Unitário do item COM desconto do ICMS (R\$)	Valor Total do item COM desconto do ICMS (R\$) pelo período de 60 (sessenta) meses
1	1	Link de dados de 500Mbps	26 un	60			
	2	Link de dados de 200Mbps	02 un	60			
	3	Link de dados para os concentradores	02 un	60			
	4	Instalação do link de 500Mbps	26 un	-			
	5	Instalação do link de 200Mbps	02 un	-			

	6	Instalação do link de concentradores	02 un	-		
<b>Valor Total do Item/Grupo, SEM desconto do ICMS: R\$</b>						
<b>Valor Total do Item/Grupo, COM desconto do ICMS: R\$</b>						

A empresa deverá apresentar, também, sua proposta detalhada com desconto do ICMS, indicando o valor de cada link e instalações, nos termos do quadro abaixo:

Item	(A) Localidade	(B) Velocidade Mínima (Mbps)	(C) Velocidade Ofertada (Mbps)	(D) Valor de instalação do link (R\$)	(E) Valor unitário mensal do link (R\$)	(F = E x 60 + D) Valor Total do item, pelo período de 60 (sessenta) meses
01	Candeias do Jamari	500				
02	Extrema	500				
03	Itapuã do Oeste	500				
04	Cujubim	500				
05	Alto Paraíso	500				
06	Monte Negro	500				
07	Campo Novo de Rondônia	500				
08	Mirante da Serra	500				
09	Chupinguaia	500				
10	Seringueiras	500				
11	Alto Alegre dos Parecis	500				
12	São Felipe do Oeste	500				
13	Urupá	500				
14	União Bandeirantes	500				
15	Calama	≥ 200				
16	Vista Alegre do Abunã	500				
17	Vale do Anari	500				
18	Cacaulândia	500				
19	Governador Jorge Teixeira	500				
20	Pimenteiras	500				
21	Cabixi	500				
22	Nova União	500				
23	Castanheiras	500				

24	Jaci-Paraná	500				
25	Nova Dimensão	500				
26	Parecis	500				
27	São Carlos	≥ 200				
28	Rio Crespo	500				
29	<b>Ponto Concentrado</b> r (Sala cofre - edifício sede do Tribunal de Justiça)	≥ 14Gbps				
30	<b>Ponto Concentrado</b> r (Sala segura - Fórum Geral de Porto Velho César Montenegro)	≥ 14Gbps				
<b>SUBTOTAIS</b>						

## 1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA SOLUÇÃO

**1.1.** A contratação tem como escopo uma Solução de rede de comunicação de dados privada para interligar os Fóruns Digitais do Poder Judiciário do Estado de Rondônia que assegure a eficácia, segurança e continuidade das operações judiciais em todo o Estado. As localidades a serem atendidas estão relacionadas na **Tabela 1**, constante do **item 3 deste Anexo**.

**1.2.** A Solução deverá garantir conectividade contínua e estável entre todas as unidades do Tribunal, incluindo as unidades centrais e as localizadas em áreas remotas. A interligação de todas as unidades do Tribunal é crucial para assegurar o acesso aos sistemas judiciais e administrativos, permitindo que o fluxo de trabalho ocorra sem interrupções.

**1.3.** A Solução de rede deverá incluir medidas robustas de segurança, como criptografia de dados em trânsito e em repouso, autenticação forte para o acesso aos recursos da rede, e proteção contra ataques cibernéticos, considerando que o Tribunal lida com informações altamente sensíveis, e a integridade e confidencialidade dos dados devem ser garantidas para cumprir com as regulamentações legais e proteger os direitos dos cidadãos.

**1.4.** A Solução deverá proporcionar uma alta qualidade de serviço (QoS), com garantias de baixa latência, alta disponibilidade e baixa perda de pacotes. A rede deverá ser capaz de suportar aplicações críticas, como videoconferências, sistemas de gestão processual e comunicação entre as unidades. A eficiência operacional do Tribunal depende da capacidade da rede de suportar aplicações críticas sem interrupções ou degradação de performance, especialmente em momentos de grande demanda.

**1.5.** A infraestrutura da rede deverá ser escalável, permitindo a adição de novas unidades e o aumento da capacidade de transmissão de dados conforme necessário, sem a necessidade de revisões significativas na infraestrutura existente. O crescimento das operações do Tribunal e a evolução das demandas tecnológicas exigem que a rede possa expandir sem grandes impactos no orçamento ou no tempo de implementação.

**1.6.** A Solução deverá incluir um sistema de gerenciamento e monitoramento centralizado que permita à equipe de TI do Tribunal supervisionar o desempenho da rede em tempo real, detectar e resolver problemas proativamente, e gerar relatórios de desempenho e conformidade. Um gerenciamento eficiente da rede é essencial para garantir a disponibilidade dos serviços e para a rápida resolução de incidentes que possam impactar as operações judiciais.

**1.7.** A continuidade dos serviços judiciais depende da pronta resposta a problemas técnicos e da manutenção regular da rede para prevenir falhas que possam interromper o trabalho das unidades do Tribunal.

**1.8.** As instalações elétricas, lógicas, aterramento, reformas que forem necessárias para instalação dos equipamentos, dentro das instalações do Tribunal, serão de responsabilidade da Contratada, que encaminhará o projeto previamente para aprovação do Departamento de Engenharia e Arquitetura - DEA. Todas as intervenções de engenharia deverão seguir as normas do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

## **1.9. Necessidades da Rede PJRO-FD de comunicação.**

### **a) Comunicação de dados com os Fóruns Digitais**

**a.1.** Para garantir a entrega eficiente dos serviços de Tecnologia da Informação, é imprescindível estabelecer uma conexão confiável entre os diversos Fóruns Digitais do Tribunal e os Datacenters localizados no Edifício Sede e no Fórum Geral - FGPV. A **Tabela 1**, constante do **item 3 deste Anexo**, detalha as unidades que necessitam ser atendidas com os links de comunicação, abrangendo Fóruns Digitais e os pontos concentradores a serem instalados em Porto Velho/RO. Esses links devem não apenas atender à demanda atual, mas também permitir uma futura expansão das operações;

**a.2.** O serviço de conectividade por meio de enlaces de comunicação (links ponto-a-ponto) é essencial para o Poder Judiciário, pois sem ele, não é possível realizar as atividades-fim, como procedimentos de cartório, registro e tramitação de processos, expedição de mandados de segurança, emissão de sentenças, realização de audiências por videoconferência, além das atividades administrativas, como protocolo e mensageria, entre outras; e

**a.3.** A Solução proposta deverá possibilitar o tráfego de aplicações corporativas (sistemas de informação, troca de arquivos, correio eletrônico, intranet, banco de dados...), utilizando a família de protocolos TCP/IP, para a interligação das redes LAN de todas as localidades listadas na **Tabela 1**, constante do **item 3 deste Anexo**.

### **b) Rede privativa SLPE**

**b.1.** A rede SLPE será privada, com links isolados uns dos outros e da Internet, esse tipo de serviço que será usado para cada Fórum Digital, para garantir a segurança e a integridade dos dados transmitidos. Não é seguro utilizar banda compartilhada de transmissão de dados, pois a comunicação é fundamental para as atividades jurisdicionais. O uso privativo garante um meio exclusivo e um tratamento diferenciado em relação aos demais clientes da Contratada. Essencialmente, é uma maneira de conectar dois ou mais pontos de uma rede de forma segura e dedicada, usando a tecnologia **Ethernet**.

#### **b.2. Principais Características do SLPE:**

**b.2.1. Segurança:** A linha é exclusiva para a comunicação do Fórum Digital com o Tribunal. O tráfego de dados é isolado do tráfego da Internet pública, o que garante maior segurança, privacidade e total confidencialidade aos dados;

**b.2.2. Desempenho:** Oferece banda larga garantida e simétrica (mesma velocidade de download e upload), além de uma baixa latência (atraso de comunicação) para aplicações em tempo real como sistemas de videoconferência, voz sobre IP (VoIP) e transferência de grandes arquivos;

**b.2.3. Escalabilidade:** A largura de banda pode ser facilmente aumentada (escalável, frequentemente até 10Gbps ou mais), conforme as necessidades do Tribunal, sem grandes alterações de equipamento;

**b.2.4. Confiabilidade:** Possui um SLA (Service Level Agreement) com alta garantia de disponibilidade, essencial para sistemas de missão crítica;

**b.2.5. Simplicidade:** Utiliza a interface Ethernet padrão, facilitando a gestão e a integração com as redes locais (LANs) existentes; e

**b.2.6. Baixa Latência:** A latência é o tempo que os dados levam para ir de um ponto a outro. Com o SLPE, esse tempo é minimizado, pois não há "congestionamento" de rede. Isso é fundamental para sistemas que precisam de respostas rápidas, como webconferências, por exemplo.

### **c) Gerenciamento e monitoramento de rede**



- c.1.** Dada a forte dependência dos serviços do Tribunal em relação à qualidade e disponibilidade dos serviços de transmissão de dados, é essencial que a rede **PJRO-FD** seja monitorada 24 horas por dia. Esse monitoramento contínuo deve permitir o acionamento automático da equipe da Contratada, facilitando a rápida identificação de falhas e minimizando o tempo de recuperação em caso de incidentes;
- c.2.** A Contratada deverá disponibilizar Solução de Gerência da Rede que contemple os módulos de gerência de falhas, desempenho, disponibilidade e relatórios de nível de serviço:
- c.2.1.** A Solução de Gerência da Rede deverá disponibilizar a visualização de informações on-line (de forma gráfica) da rede para o acompanhamento e monitoração do estado global e detalhado do ambiente; e
- c.2.2.** A Contratada deverá disponibilizar acesso à ferramenta de Gerência e realizar as adequações de visibilidade necessárias.
- c.3.** A Solução de Gerência da Rede da Contratada deverá atuar de forma pró-ativa, antecipando-se aos problemas na rede e garantindo o cumprimento os **Níveis de Serviços Exigidos (NSE)**.
- c.4.** Qualquer paralisação será considerada como indisponibilidade, desde que comprovadamente a falha não seja ocasionada pelo Tribunal;
- c.5.** Para garantir redundância, alta disponibilidade dos serviços, gerenciamento e monitoramento, deve ser instalados 2 CPEs em Porto Velho/RO: 1 na sala cofre (edifício-sede do Tribunal) e 1 na sala segura (Fórum Geral de Porto Velho César Montenegro). Cada um deverá ter conexão redundante com os dois Firewalls do Tribunal, conforme demonstrado na **Figura 4** abaixo. A instalação e manutenção de todas as conexões físicas entre os CPEs e os equipamentos do Tribunal serão de responsabilidade da Contratada;
- c.6.** Em cada Fórum Digital, a Contratada deverá instalar um equipamento chamado de CPE ("Customer Premises Equipment" - Equipamento nas Instalações do Cliente), conectado à SLPE da operadora até chegar aos CPEs que serão instalados e conectados aos Firewalls nos Datacenters do Tribunal em Porto Velho/RO. Conforme pode-se observar na **Figura 4** abaixo, cada Fórum Digital terá um link dedicado, de acordo com a **Tabela 1**, constante do **item 3 deste Anexo**, os dados serão encaminhados da localidade aos Firewalls do Tribunal em Porto Velho/RO;

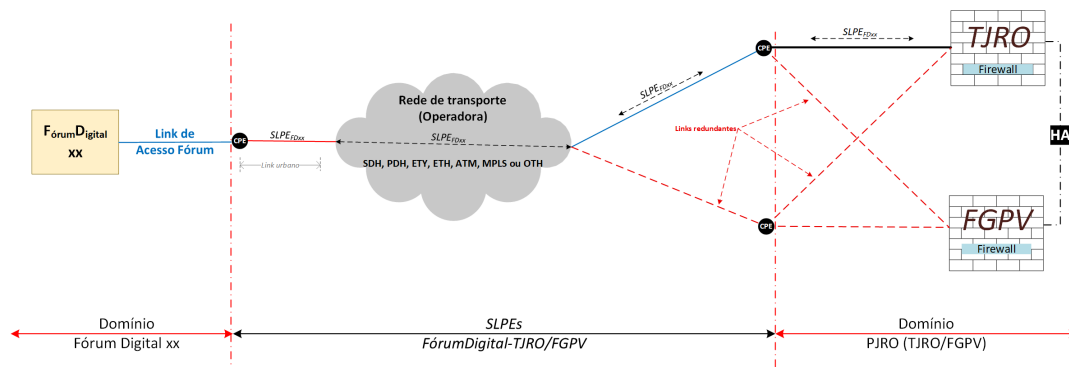


Figura 4 - Serviço de Linha Privada Ethernet (SLPE).

- c.7.** Além de interligar todos os Fóruns Digitais do Tribunal sem acessos cruzados entre eles, a rede deve suportar todos os serviços, permitindo a integração completa do tráfego de dados, voz e vídeo, bem como a facilidade para a conexão de novos pontos;
- c.8.** A Solução proposta deverá possibilitar a implementação de QoS (Qualidade de Serviço) nos equipamentos da Contratada, assegurando a priorização adequada do tráfego de rede conforme as necessidades específicas do Tribunal;
- c.9.** A rede também deverá incluir ferramentas de gerenciamento e monitoramento da sua infraestrutura, permitindo a observação contínua e a avaliação da disponibilidade de todas as métricas descritas no **ANEXO III (Níveis de Serviço Exigidos (NSE))** do Termo de Referência.

Além disso, deverá haver a possibilidade de emissão de alertas em caso de detecção de inconsistências no funcionamento padrão da rede, permitindo uma resposta rápida para a resolução de problemas e a manutenção da continuidade dos serviços;

**c.10.** A rede contratada deverá incluir uma Solução robusta capaz de monitorar o atendimento aos requisitos mínimos de qualidade e disponibilidade previstos no **ANEXO III (Níveis de Serviço Exigidos (NSE))** do Termo de Referência. Essa Solução deve permitir consultas detalhadas às configurações e parâmetros dos equipamentos **de rede** e emitir alertas automáticos aos administradores da rede em caso de inconformidades ou falhas nos links ou **nos equipamentos de rede**;

**c.11.** Além disso, a Solução de gerenciamento deverá incluir uma ferramenta eficaz para a abertura e acompanhamento de chamados, bem como para a geração de relatórios de atendimento aos **Níveis de Serviço Exigidos (NSE)**.

**c.12.** Essa abordagem proativa no gerenciamento e monitoramento da rede é crucial para garantir que as operações do Tribunal não sejam impactadas negativamente por falhas na infraestrutura de TI, assegurando, assim, a alta disponibilidade dos serviços e a segurança das informações transmitidas;

**c.13.** Durante a vigência do Contrato, havendo alteração dos endereços relacionados na **Tabela 1**, constante do **item 3 deste Anexo**, deverão ser adotados os procedimentos descritos no subitem **14.5 (Da Mudança de Endereços e Instalação de Novos Links)** do Termo de Referência;

**c.14.** Um endereço IP deverá ser fornecido por equipamento terminal de modo que o equipamento possa ser identificado ou acessado de qualquer outro ponto da Intranet do Tribunal;

**c.15.** Em todos os equipamentos de rede (**CPEs**) deverão conter configuração de comunidade de leitura (READ) do SNMPv2c ou SNMPv3, comunidade esta a ser repassada pela equipe técnica do Tribunal.

**c.16.** A Solução deverá permitir a coleta de informações de fluxos que circulam pelo equipamento, e exportar os dados resultantes para um servidor de análise utilizando um protocolo padrão de mercado, como IPFIX, Netflow ou Jflow.

**1.12.** Todas as unidades dos Fóruns Digitais e o Datacenter do Tribunal já possuem uma sala específica, chamada Sala Telecom, destinada para atender aos equipamentos de comunicação e que encontra-se instalados Racks padrão 19", os quais serão cedidos espaço para a Contratada, a combinar.

**1.13.** O Concentrador deverá ser dimensionado para suportar o somatório dos tráfegos a serem contratados sob demanda, de acordo com as necessidades do Tribunal.

**1.14.** O equipamento a ser fornecido pela Contratada, que receberá os links das unidades remotas dos Fóruns Digitais, deverá possuir portas (WAN/LAN) suficientes, que contemple as tecnologias necessárias de forma a atender todas as características técnicas do Tribunal.

**1.15.** A Solução deverá ser baseada em circuitos virtuais ou semelhantes, que ofereçam flexibilidade de configuração e alteração da topologia da rede, de modo a permitir a incorporação de novas conexões sem necessidade de alteração das já existentes.

**1.16.** O serviço ofertado deverá permitir a conexão das redes sem a necessidade da intervenção dos usuários.

**1.17.** Caberá ao Tribunal a responsabilidade pela indicação do local físico de instalação do equipamento de conectividade fornecido pela Contratada.

**1.18.** Todo o plano de endereçamento IP (rede WAN e LAN) a ser utilizado na configuração dos equipamentos de telecomunicação deverá ser definido pela equipe técnica da Contratada, em conjunto com a equipe técnica do Tribunal.

**1.19.** Qualquer computador/impressora/Telefone VoIP instalados na rede do Fórum Digital, deverá ser capaz de receber as configurações de rede (IPv4) via DHCP, localizado no Datacenter do Tribunal em Porto Velho/RO.

**1.20.** Caso seja instalado um Ponto de Acesso (*Access Point*), além de receber as configurações IPv4, deverá também, localizar a Controladora Central Wi-Fi na rede.

**1.21.** Os usuários que se "logarem" na rede devem ser autenticados no servidor de rede via AD (Active Directory).

**1.22.** As configurações de IPv4 (OSPF ou BGP) dos equipamentos fornecidos pela Contratada são fornecidas pelo Tribunal, através de uma planilha contendo: nome do fórum digital, sigla, a rede IPv4, endereço de *gateway*, *loopback* e endereços ponto a ponto para até dois links (principal e redundante opcional).

**1.23.** Toda e qualquer saída para a Internet será feita através do link Internet do Tribunal nos *Datacenters* em Porto Velho/RO.

**1.24.** Os Links Concentradores deverão ser entregues pela Contratada em um único meio físico, sem fracionamento.

**1.25.** Todos os equipamentos de rede (CPEs) a serem fornecidos pela Contratada devem suportar os protocolos de roteamento dinâmico OSPF e BGP.

## 2. Critérios de Gerenciamento e Monitoração do Serviços

**2.1.** Os critérios de disponibilização e atuação da Solução de Gerência de Redes estão pormenorizados no subitem 14.7 (Critérios de Gerenciamento e Monitoração do Serviços) do Termo de Referência.

## 3. Endereços e Velocidades dos Fóruns Digitais e Pontos Concentradores

**3.1.** Na tabela 1, consta a relação dos prédios dos fóruns digitais.

Fóruns Digitais				
Item	Localidade	Endereço	Velocidade Mínima (Mbps)	Situação
1	Candeias do Jamari	Av. Transcontinental esq. Av. Tancredo Neves, Quadra n. 14, Setor 04	500	Instalado em 12/12/2023
2	Extrema	BR 364 c/ Av. Castelo Branco	500	Instalado em 23/12/2021
3	Itapuã do Oeste	Rua Presidente Médici, Setor 01, Quadra 34, Lote 206A, esquina com Rua Salvador, Itapuã do Oeste/RO	500	Instalado em 13/12/2023
4	Cujubim	Av. Cujubim, esq. Av. Garça, Lote 01-A, Quadra n. 04, Setor 02	500	Instalado em 28/12/2023
5	Alto Paraíso	Av. João Paulo II, Setor 01, Quadra 28, Lote 04/E	500	Instalado em 22/03/2024
6	Monte Negro	R. Castelo Branco/ R. Francisco Prestes, Lotes 14, 15, 16 e 17, Quadra n. 6A, Setor 02	500	Instalado em 13/11/2024
7	Campo Novo de Rondônia	Av. Tancredo Neves esq. Av. Primeiro de Maio, Lote 0160, Quadra n. 0001, Setor 04	500	Instalado em 13/11/2024
8	Mirante da Serra	Rua Mal.Rondon, 2434, Centro	500	Instalado em 19/11/2021
9	Chupinguaia	R. Senador Ronaldo Aragão, entre as Ruas Ulisses Guimarães e Av. 27, Lote 01, Quadra 06, Setor 10	500	Instalado em 20/03/2025

10	Seringueiras	Av. Marechal Rondon com Rua São Paulo	500	Em fase de licitação
11	Alto Alegre dos Parecis	Av. Afonso Pena	500	Em fase de licitação
12	São Felipe do Oeste	Rua Castelo Branco entre a Av. Governador Jorge Teixeira e Travessa da Amizade	500	Contrato assinado - Iniciar construção
13	Urupá	Rua Augusto Hajdasz com a Avenida Getúlio Vargas	500	Contrato assinado - Iniciar construção
14	União Bandeirantes	Avenida Brasil entre as Rua Manaus e Rua José da Silva	500	Contrato assinado - Iniciar construção
15	Calama	Rua Mercedes de Araújo, s/n, Baixo Madeira, Distrito de Calama	$\geq 200$	Em fase de licitação
16	Vista Alegre do Abunã	Entre as ruas Rua João Bortolozo e Rua Luiz Antônio Miotto - quadra 397 (4611329)	500	Em fase de licitação
17	Vale do Anari	Sem endereço definido	500	Em planejamento
18	Cacaulândia	Sem endereço definido	500	Em planejamento
19	Governador Jorge Teixeira	Sem endereço definido	500	Em planejamento
20	Pimenteiras	Sem endereço definido	500	Em planejamento
21	Cabixi	Sem endereço definido	500	Em planejamento
22	Nova União	Sem endereço definido	500	Em planejamento
23	Castanheiras	Sem endereço definido	500	Em planejamento
24	Jaci-Paraná	Sem endereço definido	500	Em negociação
25	Nova Dimensão	Sem endereço definido	500	Em negociação
26	Parecis	Sem endereço definido	500	Em negociação
27	São Carlos	Sem endereço definido	$\geq 200$	Em negociação
28	Rio Crespo	Sem endereço definido	500	Em negociação

**Pontos Concentradores**

Item	Localidade	Endereço	Velocidade Mínima (Gbps)	Situação
1	Sala cofre - edifício sede do Tribunal de Justiça	R. José Camacho, 585 - Olaria, Porto Velho - RO, 76801-330	Somatório de todos os links. $\geq 14\text{Gbps}$	A ser instalado e fornecido pela Contratada
2	Sala segura - Fórum Geral de Porto Velho César Montenegro	Av. Pinheiro Machado, 777 - Olaria, Porto Velho - RO, 76820-838	Somatório de todos os links. $\geq 14\text{Gbps}$	A ser instalado e fornecido pela Contratada

**Tabela 1 - Fóruns Digitais e pontos concentradores.**

**3.2.** Os itens de 1 a 9 representam os fóruns digitais em funcionamento.

**3.3.** Os itens de 10 a 16 representam os fóruns digitais que se encontram em fase de licitação para a construção do prédio.

**3.4.** O itens de 17 a 28 correspondem aos fóruns digitais previstos pela Administração, mas que ainda estão em fase de planejamento.

**3.5.** Para os itens 15 e 27, excepcionalmente, será admitida a utilização de tecnologia de rádio em parte do *backbone*, caso não seja tecnicamente viável atender à velocidade solicitada exclusivamente por fibra óptica. Nessa situação, a largura de banda mínima dedicada deverá ser igual ou superior a 200Mbps, sendo

obrigatório que o enlace alcance os Fóruns Digitais por fibra óptica na última milha. **Em qualquer hipótese, é vedada a utilização de tecnologia via satélite.**

**3.6.** Conforme se pode observar na **Tabela 1 (Fóruns Digitais)**, algumas localidades ainda não possuem endereço definido, mas há previsão da construção de um Fórum Digital. Além disso, nos Fóruns Digitais de Extrema e Mirante da Serra irá ocorrer mudança de endereço, quando da construção de novo prédio.

#### 4. Distância Porto Velho X Demais Fóruns Digitais

Item	Fórum Digital	Distância Aproximada de Porto Velho	Caminhos dos Fóruns
1	Candeias do Jamari	27 Km	BR-364
2	Extrema	330 Km	BR-364
3	Itapuã do Oeste	115 Km	BR-364
4	Cujubim	224 Km	BR-364/RO-205
5	Alto Paraíso	209 Km	BR-364/RO-459/RO-458
6	Monte Negro	253 Km	BR-364/BR-421
7	Campo Novo de Rondônia	310 Km	BR-364/BR-421
8	Mirante da Serra	391 Km	BR-364/RO-470
9	Chupinguaia	662 Km	BR-364/RO-391
10	Seringueiras	537 Km	BR-364/BR-429
11	Alto Alegre dos Parecís	539 Km	BR-364/RO-479/ro-383/ro-490
12	São Felipe D'Oeste	540 Km	BR-364/RO-383/RO-491
13	Urupá	400 Km	BR-364/RO-473
14	União Bandeirantes	162 Km	BR-364/Estr. União Bandeirantes
<b>15</b>	<b>Calama*</b>	<b>180 Km</b>	<b>Rio Madeira, margem direita</b>
16	Vista Alegre do Abunã	260 Km	BR-364
17	Vale do Anari	370 Km	BR-364/RO-464/RO-133
18	Cacaulândia	262 Km	BR-364/RO-140
19	Gov. Jorge Teixeira	325 Km	BR-364/RO-463
20	Pimenteiras	855 Km	BR-364/BR-435
21	Cabixi	810 Km	BR-364/BR-435/RO-370
22	Nova União	374 Km	BR-364/RO-470
23	Castanheiras	448 Km	BR-364
24	Jaci-Paraná	92 Km	BR-364
25	Nova Dimensão	338 Km	BR-364/BR-425/RO-420
26	Parecís	567 Km	BR-364/ro-010/RO-492
<b>27</b>	<b>São Carlos*</b>	<b>80 Km</b>	<b>Rio Madeira, margem esquerda</b>
28	Rio Crespo	200 Km	BR-364/RO-459
* Calama e São Carlos são acessíveis apenas por via fluvial (Rio Madeira).			
Tabela 2 - Distâncias e caminhos dos Fóruns Digitais até Porto Velho.			

#### 5. Requisitos de Arquitetura da Informação e Requisitos de Arquitetura Tecnológica

**5.1.** A arquitetura da rede **PJRO-FD** em funcionamento é estruturada com *links* de 100Mbps para cada unidade (MPLS), utilizando links de fibra óptica como principal meio de transmissão. A comunicação das unidades com o Tribunal é feita por meio de Layer 2 (VLANs). Na presente contratação, deverá ser migrada para Layer 3.

**5.2.** O Tribunal fornecerá à Contratada:

- a) Acesso físico às dependências relacionadas à prestação dos serviços;
- b) Acesso lógico e os respectivos privilégios adequados nos sistemas, aplicações e ferramentas necessárias a perfeita execução dos serviços, exclusivamente para os profissionais diretamente envolvidos em sua execução; e
- c) Acesso às soluções de hardware e software de sua propriedade necessárias à execução das atividades contratadas, não desobrigando a Contratada de fornecer eventuais soluções de software especificadas na contratação (quando for o caso).

**5.3.** À Contratada caberá fornecer todos os demais recursos e condições técnicas necessárias à execução dos serviços, incluindo ferramentas específicas, materiais de apoio, materiais de identificação, equipamentos de proteção individual...

**5.4.** Com relação ao uso de recursos tecnológicos (hardware e/ou software) da Contratada no ambiente do Tribunal, a Contratada deverá observar que, no caso de optar por utilizar e ou instalar alguma solução tecnológica no ambiente para a prestação de serviços, fica obrigada a solicitar a autorização prévia à implementação para que o Tribunal decida a respeito da adequação e possa adotar todas as providências cabíveis à eventual implementação.

**5.5.** A solicitação deverá incluir o projeto detalhado de implementação da Solução, informando sua descrição, escopo de atuação, infraestrutura necessária, documentação de licenciamento e propriedade, benefícios e vantagens, os recursos profissionais e tecnológicos envolvidos, prazos e níveis de acesso necessários.

**5.6.** Toda Solução tecnológica instalada nas dependências do Tribunal, a pedido da Contratada, será de livre acesso de consulta aos representantes indicados pelo Tribunal que, ocasionalmente e quando aplicável, pode contemplar, além dos servidores da área de Tecnologia da Informação, equipe de fiscalização contratual e representantes de órgão internos/externos de controle.

**5.7.** Caberá à Contratada toda providência junto ao fabricante/fornecedor e/ou detentor da propriedade intelectual da Solução tecnológica quanto à ciência e/ou autorização (se aplicável) das condições de uso do produto nas dependências do Tribunal, afastando qualquer interpretação de aquisição da Solução tecnológica pelo Tribunal e/ou uso não autorizado.

**5.8.** No caso de uma Solução implementada pela Contratada causar instabilidade/indisponibilidade do ambiente computacional, ficando comprovada culpa, esta poderá sofrer sanções administrativas e contratuais cabíveis, além de responder por eventuais prejuízos decorrentes.

**5.9. Da Interligação dos Fóruns Digitais com o CPE Concentrador no *Datacenter* do Tribunal**

**5.9.1.** No *Datacenter* e no Fórum Digital, a interligação interna dos CPEs com a rede **PJRO-FD** deverá ser feita através de interfaces ópticas. A velocidade das interfaces apontadas na **Figura 5** abaixo (Interfaces dos equipamentos CPEs) que serão instalados nos Fóruns Digitais e em Porto Velho/RO) irão permitir o aumento da largura de banda da Solução, caso necessário, sem a necessidade da substituição de equipamentos e acessórios, garantindo escalabilidade sem elevação significativa de custos.

**5.9.2.** Conforme pode ser visto na **Figura 5** abaixo, deverá ter no mínimo três interfaces SFP+ (10Gbps):

- a) FD-a: interface a ser conectada ao switch do Tribunal;
- b) FD-b: interface de *uplink* com o *backbone* da operadora; e
- c) FD-c: interface a ser utilizado pelos equipamentos geradores de tráfego para realização dos testes do link.

**5.9.3.** Os concentradores que serão instalados nos *Datacenters* do Tribunal em Porto Velho/RO, na sala segura (CPE<sub>SS</sub>) e na sala cofre (CPE<sub>SC</sub>), deverão possuir no mínimo uma interface SFP+

(10Gbps), PT-D<sub>1</sub> e PT-D<sub>2</sub>, para o equipamento gerador de tráfego utilizado nos testes dos links e três interfaces SFP28 (25 Gbps):

- a) PT-A<sub>1</sub> PT-A<sub>2</sub>: *uplink* com o *backbone* da operadora;
- b) PT-B<sub>1</sub> e PT-B<sub>2</sub>: interface a ser conectada com o firewall instalado na sala cofre no edifício-sede do Tribunal; e
- c) PT-C<sub>1</sub> e PT-C<sub>2</sub>: interface a ser conectada com o firewall instalado na sala segura no Fórum Geral de Porto Velho (FGPV).

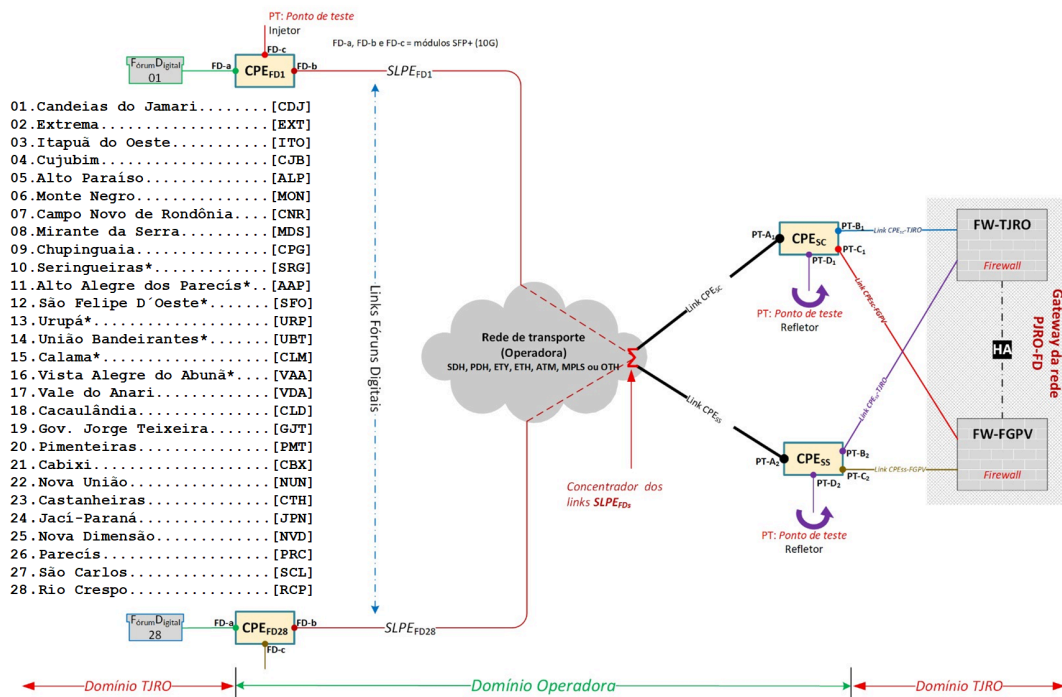


Figura 5 - Interfaces dos equipamentos CPEs que serão instalados nos Fóruns Digitais e em Porto Velho.

**5.9.4.** O CPE instalado em cada Fórum Digital será responsável por encaminhar o tráfego de dados através do link de comunicação **dedicado** e **privativo** por meio dos protocolos de roteamento dinâmico OSPF ou BGP até os CPEs instalados em Porto Velho/RO (CPE<sub>SS</sub> e CPE<sub>SC</sub>) que estão conectados diretamente aos firewalls do Tribunal.

**5.9.5.** A nova topologia da rede contratada deverá incluir 2 (dois) concentradores instalados em Porto Velho/RO. Toda a comunicação proveniente do interior será feita através de links no modo ATIVO/ATIVO entre os 2 (dois) concentradores (Cluster). Cada concentrador deve ser atendido com dupla abordagem, ou seja, dupla abordagem para o Edifício Sede onde localiza-se o Firewall-Ativo e dupla abordagem no Fórum Geral onde localiza-se o Firewall-Passivo.

**5.9.6.** A redundância de conexões do CPE<sub>SS</sub> e CPE<sub>SC</sub>, um para o Tribunal e o outro para o FGPV, permitem que funcionem juntos para garantir a redundância e a alta disponibilidade da rede. Isso significa que, se um concentrador falhar, o outro pode assumir imediatamente, minimizando a interrupção do serviço.

**5.9.7.** O Tribunal possui instalados em seus *Datacenters* o Firewall Palo Alto, modelo [5410](#), um equipamento esta na sala cofre (edifício-sede) e outro na sala segura (Fórum Geral de Porto Velho/RO César Montenegro). Será de responsabilidade da Contratada a entrega dos *transceivers*, compatíveis com os Firewalls do Tribunal, que serão conectados nos *firewalls* e configurados em conjunto com a equipe do Tribunal. Além disso, é de responsabilidade da Contratada a instalação e manutenção dos enlaces ópticos utilizados para conectar os concentradores aos Firewalls do Tribunal.

**5.9.8.** Para assegurar a alta disponibilidade e redundância, cada concentrador da Contratada deverá possuir uma conexão óptica individual e direta com cada um dos dois firewalls do Tribunal.

**5.9.10.** Será de total responsabilidade da Contratada:



- a) A entrega dos *transceivers* compatíveis com os Firewalls do Tribunal, que serão conectados nos equipamentos e configurados em conjunto com a equipe técnica do Tribunal; e
- b) A instalação e a manutenção de todos os enlaces ópticos utilizados para conectar os concentradores aos Firewalls do Tribunal.

**5.9.11.** Os concentradores a serem fornecidos e instalados pela Contratada no edifício-sede do Tribunal e no Fórum Geral de Porto Velho/RO deverão ser dimensionados para suportar o somatório do tráfego de dados proveniente de todos os links dos Fóruns Digitais, listados na **Tabela 1**, constante do **item 3 deste Anexo**. Considerando que o somatório de todos os links dos Fóruns Digitais, cada concentrador instalado em Porto Velho/RO deve possuir interfaces ópticas de 25Gbps.

**5.9.12.** A arquitetura de rede deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) O fluxo de comunicação deve ocorrer exclusivamente entre cada Fórum Digital e o Datacenter em Porto Velho/RO;
- b) Não será permitida a comunicação direta (leste-oeste) entre as diferentes unidades remotas (Fóruns Digitais); e
- c) A rede proposta deve ser privada e não possuir conectividade com a Internet.

**5.9.13.** A exigência de que os equipamentos de rede possuam interfaces ópticas com velocidade superior à demanda atual é uma crucial estratégia de antecipação e otimização de custos a longo prazo. Embora possa apresentar eventual custo inicial ligeiramente maior, esta abordagem proporciona uma economia substancial ao prolongar a vida útil do hardware principal, evitando custos elevados de substituição completa de equipamentos em poucos anos. A escalabilidade é garantida, permitindo que a largura de banda seja expandida rapidamente, sob demanda, minimizando interrupções e custos operacionais e assegurando a agilidade da rede face ao crescimento tecnológico.

**5.9.14.** Na **Figura 6** abaixo, é possível visualizar a arquitetura de comunicação de cada Fórum Digital com os firewalls do Tribunal instalados em Porto Velho/RO. O concentrador (CPE) instalado na localidade deverá utilizar protocolos de roteamento dinâmico OSPF ou BGP, por exemplo, para prover comunicação entre a unidade e os serviços hospedados nos Datacenters do Tribunal em Porto Velho/RO.

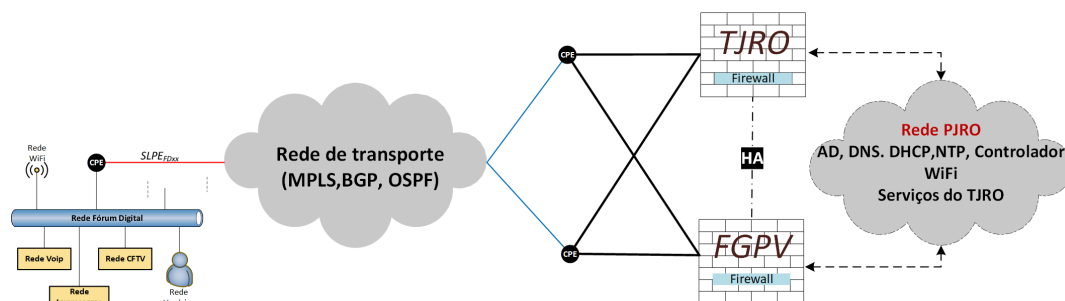


Figura 6 - Apresentação da arquitetura de comunicação de cada Fórum Digital com Porto Velho.

## 6. Objetivo da Contratação

**6.1.** O objetivo da contratação é estabelecer uma comunicação protegida e centralizada para interligar os Fóruns Digitais aos *Datacenters* na capital, por meio de enlaces privados, configurando-se como um **Serviço de Linha Privada Ethernet (SLPE)**. Essa interligação deve cumprir os seguintes itens:

- a) **Segurança:** Garantir que os dados trafeguem fora do ambiente da Internet, em uma rede 100% segura e inviolável por meio de protocolos que garantam esse isolamento, protegendo contra acessos não autorizados, como ataques cibernéticos;
- b) **Alta Disponibilidade de Serviços:** Assegurar que os links entre o Tribunal e os Fóruns Digitais permaneçam interconectados 24 horas por dia, sem a necessidade de utilizar linhas telefônicas convencionais;
- c) **Isolamento da Rede Proposta:** A transmissão de dados não deve utilizar redes públicas compartilhadas ou a Internet como meio de suporte. Portanto não serão permitidos protocolos de encapsulamento, ou Link Dedicado com VPN **Privada sobre Internet** ou SD-WAN, para realizar a

entrega. A rede deve estar confinada, fisicamente e/ou logicamente, e isolada de quaisquer outras redes dentro do estado de Rondônia; e

**d) Conexão privativa:** Os enlaces privativos, também conhecidos como links ou conexões privadas, representam uma "conexão direta" entre dois pontos. A conexão será estabelecida por meio de fibra óptica. Para os Fóruns Digitais de Calama e São Carlos, itens 15 e 27 da Tabela 1 (Fóruns Digitais e pontos concentradores), constante no item 3 do ANEXO I do Termo de Referência, admite-se, em caráter excepcional e mediante aprovação formal do Tribunal, o uso de rádio em parte do *backbone*. Contudo, será vedado o uso de links via satélite, pois essa tecnologia não permite a criação de uma conexão privativa e exclusiva entre as unidades do Tribunal. A comunicação via satélite depende de infraestrutura externa, dificultando o controle absoluto do tráfego de dados e compromete a segurança da informação, requisitos essenciais para o ambiente do Tribunal de Justiça de Rondônia.

**6.2.** A Contratada deverá garantir, de forma incondicional, os parâmetros de banda, latência e perda de pacotes fim a fim, não sendo permitido qualquer tipo de compartilhamento ou *oversubscription* com outros clientes.

**6.3.** A comunicação deverá ser *Full-duplex*, com as velocidades garantidas em ambos os sentidos da comunicação, conforme estabelecido no **Tabela 1**, constante do **item 3** deste Anexo.

**6.4.** Todos os links fim-a-fim estabelecidos entre os *Firewalls/Gateways* e cada uma das localidades listadas na **Tabela 1**, constante do **item 3** deste Anexo devem observar uma latência máxima de 30 ms e uma perda máxima de pacotes de 1%. Os tempos médios de latência serão calculados conforme a fórmula do Indicador "Latência de Pacotes", descrito no subitem **2.7**, do **ANEXO III (Níveis de Serviços Exigidos (NSE))** do Termo de Referência, assim como o índice de perda de pacotes.

**6.5.** Todos os equipamentos fornecidos pela Contratada para a rede **PJRO-FD** (Acesso - instalados nos Fóruns Digitais e Concentradores - instalados nos *Datacenters*) devem suportar os protocolos de roteamento dinâmico OSPF (*Open Shortest Path First*) e BGP (*Border Gateway Protocol*) e possuir, no mínimo, as interfaces apresentadas na **Figura 5** deste Anexo. Em todos os equipamentos deve ser instalado o sistema operacional mais atual.

**6.6.** A instalação, manutenção, operação, gestão de configuração, falhas, desempenho e segurança de todos os equipamentos de telecomunicações e infraestrutura envolvidos nesta solução serão de responsabilidade da Contratada.

**6.7.** O Tribunal disponibilizará espaço no Rack em cada Fórum Digital para a instalação dos equipamentos (CPE) e acessórios (DIO - Distribuidor Interno Óptico) necessários para ativação dos links.

**6.8.** A passagem das fibras ópticas em todas as comarcas que utilizarem postes em vias públicas envolve alguns passos importantes e regulamentações específicas, conforme descrito a seguir:

**a) Aluguel de Postes:** A Contratada deverá se responsabilizar pelo aluguel do espaço nos postes das concessionárias de energia elétrica;

**b) Documentação e Projeto:** A Contratada deverá elaborar um projeto detalhado que especifica o processo de implementação e o número de postes a serem utilizados, ou apresentar projeto que abrange toda a região do Estado onde encontram-se as unidades do Tribunal. Tais projetos devem estar protocolados em nome da Contratada; e

**c) Instalação Física:** Os cabos instalados no percurso FÓRUM-BACKBONE devem ser identificados em todo o percurso com etiquetas amarelas com os seguintes escritos: **Fibra Óptica PJRO**.

**6.9.** Toda a documentação referente ao item acima poderá ser exigida da Contratada durante a vigência do Contrato, para fins de fiscalização. Além disso, a Contratada será responsável por fornecer toda a infraestrutura necessária para o perfeito funcionamento da Rede **PJRO-FD**.

**6.10.** Considerando que os Fóruns Digitais não possuem energia estabilizada, a Contratada deverá fornecer e instalar, em todos os seus ativos de rede, sistemas de proteção contra surtos e interrupções de energia elétrica. Tais sistemas devem ser compostos, no mínimo, por retificadora e bateria com autonomia suficiente para garantir a continuidade do serviço durante falhas no fornecimento de energia.

## **6.11. Topologia Centralizada para Interligação dos Fóruns Digitais ao Tribunal**

**6.11.1.** A nova arquitetura da rede **PJRO-FD** adotará uma "Topologia Centralizada", na qual os *firewalls* FW-TJRO (Ativo) e FW-FGPV (Passivo) servirão como o ponto central e *gateway* para

todos os Fóruns Digitais, conforme apresentado na **Figura 5** deste Anexo. Nessa estrutura, todos os links serão privativos, designados para transportar uma única instância de serviço, garantindo que não haja concorrência por recursos com outras instâncias de serviço.

**6.11.2.** Nesta topologia, todo o tráfego advindo do interior fluirá para o CPEs que serão os encaminhadores de forma transparente para o *Firewall/Gateway* como sua rota padrão (*default*), estabelecendo uma comunicação exclusivamente vertical. Isso significa que nenhum Fórum Digital poderá se comunicar diretamente com outra unidade do Tribunal (comunicação horizontal ou em *mesh*). O roteamento será efetuado através do equipamento *Firewall/Gateway*, seguindo o princípio de "Roteamento baseado em Política".

## **6.12. Da interligação dos links dos Fóruns Digitais**

**6.12.1.** Cada link entregue em um Fórum Digital deve ser privativo, ou seja, uma conexão exclusiva para o transporte de dados entre os Fóruns Digitais e as unidades centrais do Tribunal (Tribunal de Justiça de Rondônia e Fórum Geral de Porto Velho). Esse link precisa ser capaz de transportar informações baseadas na tecnologia *Ethernet*, por meio de conexões fim-a-fim, com largura de banda garantida, de acordo com a **Tabela 1**, constante no **item 3** deste Anexo. Isso significa que a capacidade de transmissão não é compartilhada com outros serviços ou usuários, garantindo alta performance e confiabilidade.

**6.12.2.** Além disso, a rede de transporte no *backbone* deve ser resiliente, ou seja, deve possuir mecanismos de proteção, para garantir a continuidade dos serviços mesmo em caso de falhas na conexão principal. Essa proteção é fundamental para evitar interrupções nos serviços críticos do Tribunal.

**6.12.3.** Do ponto de vista da Contratada, é necessário garantir a entrega de um link privativo do Fórum Digital até os Firewalls do Tribunal de forma eficiente e confiável. A metodologia de teste destas conexões será baseada nessa perspectiva, assegurando que o serviço oferecido atende às exigências de desempenho e segurança necessárias para o funcionamento adequado das operações do Tribunal.

## **6.13. Da migração dos links da rede atual para a nova rede**

**6.13.1.** A atividade de migração de links da rede atual para a nova rede envolve a transferência ou reconfiguração de conexões de rede entre dispositivos ou segmentos de rede. Este processo é dividido em 5 (cinco) fases, descritas a seguir:

**a) Planejamento:** Documentar a topologia atual da rede, incluindo dispositivos, conexões, IPs, VLANs e outros detalhes relevantes;

**b) Pré-Migração:** Backup da Configuração: Realizar backup das configurações atuais dos dispositivos de rede para garantir que é possível retornar ao estado original em caso de falhas;

**c) Execução da Migração:**

**c.1.** Desconectar os links antigos ou desativar interfaces de rede que serão migradas;

**c.2.** Conectar fisicamente os novos links ou ativar as novas interfaces configuradas;

**c.3.** Atualizar as configurações dos dispositivos de rede para redirecionar o tráfego através dos novos links; e

**c.4.** Realizar testes para garantir que a conectividade foi restabelecida, que o tráfego está fluindo corretamente e que não há perda de pacotes ou latência anormal.

**d) Pós-Migração:**

**d.1.** Monitorar a rede intensivamente após a migração para identificar possíveis problemas que possam surgir, como falhas intermitentes ou degradação de desempenho;

**d.2.** Atualizar a documentação da rede para refletir as mudanças feitas durante a migração, incluindo novos diagramas de topologia e registros de configuração; e

**d.3.** Coletar feedback dos usuários e realizar ajustes finos na configuração, se necessário.

**e) Recuperação de Desastres:**

- e.1. Caso a migração falhe, um plano de recuperação deve ser executado para reverter as mudanças e restaurar o estado anterior da rede rapidamente;
- e.2. Garantir que as novas conexões estejam seguras, aplicando políticas de segurança adequadas, como *firewalls* e autenticação de dispositivos; e
- e.3. Se necessário, treinar a equipe de TI para lidar com a nova configuração e possíveis problemas relacionados à migração.

**f) Da Qualidade de Serviço (*Quality of Service - QoS*)**

- f.1. A Solução proposta deverá viabilizar a implementação de QoS fim a fim, abrangendo todos os equipamentos da Contratada e os equipamentos instalados nas dependências do Tribunal. A definição de qualquer tipo de prioridade e alocação de banda para as aplicações que trafegam na rede, como correio eletrônico, VoIP, videoconferência, dados, entre outros, ficará sob a responsabilidade do Fiscal Técnico e do(a) Gestor(a) do Contrato;
- f.2. A categorização dos tipos de tráfego, suas prioridades e a reserva de banda serão estabelecidas exclusivamente pelo Tribunal e deverão ser implementadas pela Contratada no prazo de **até 48 (quarenta e oito) horas consecutivas**, a partir do momento da solicitação;
- f.3. A implementação do QoS, baseada nos tipos de tráfego, banda e prioridades definidas pelo Tribunal, será de total responsabilidade da Contratada, seguindo os requisitos descritos no **ANEXO III (Níveis de Serviços Exigidos (NSE))** do Termo de Referência;
- f.4. O(A) Gestor(a) do Contrato poderá, a qualquer momento e conforme as necessidades do Tribunal, solicitar a reconfiguração do perfil de QoS, sem que isso gere custos adicionais para o Tribunal; e
- f.5. Qualquer modificação solicitada pelo(a) Gestor(a) do Contrato deverá ser implementada dentro dos prazos e condições estabelecidos no **ANEXO III (Níveis de Serviços Exigidos (NSE))** do Termo de Referência.

**6.14. Da Comunicação de Dados com as Diversas Unidades do Tribunal**

**6.14.1.** Para garantir a execução eficiente dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal, é imprescindível que haja uma comunicação perfeita e contínua entre as diversas unidades do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e seus *Datacenters*, utilizando links de alta capacidade e disponibilidade. A **Tabela 1**, constante do **item 3** deste Anexo descreve as unidades que deverão ser atendidas pela Rede **PJRO-FD**. O dimensionamento exigido para esses links foi cuidadosamente elaborado para suportar a crescente demanda por capacidade e disponibilidade dos serviços de transmissão de dados do Tribunal.

**6.14.2.** Além de assegurar a interligação dos Fóruns Digitais do Tribunal, incluindo os acessos entre eles através do Firewall em Porto Velho/RO, a Rede **PJRO-FD** deverá permitir a implementação de novos serviços, possibilitando a integração completa do tráfego de dados, voz e vídeo, bem como a facilidade para conexões de novos pontos à rede.

## **ANEXO II**

### **TESTES PARA RECEBIMENTO**

#### **1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** Em vista da complexidade, das dimensões geográficas e das características do objeto especificado no Termo de Referência, o aceite referente aos serviços de instalação, incluindo migração, será precedido pela implantação da infraestrutura do *backbone* e pela implantação e migração dos Fóruns Digitais, condicionado à realização e à aprovação em testes de conformidade, de acordo com o estipulado neste Anexo.

**1.2.** Entende-se por implantação da infraestrutura do *backbone* e implantação dos Fóruns Digitais, o conjunto de procedimentos executados na instalação da infraestrutura nos fóruns digitais e concentradores, bem como o agendamento, a realização e a aprovação nos Testes de Conformidade descritos neste Anexo.

**1.3.** Entende-se por migração um processo que envolve a transferência ou reconfiguração de conexões de rede, atualização da infraestrutura e alteração da topologia da rede atual **PJRO-FD** para a nova Solução contratada. O processo deve começar com um planejamento cuidadoso, no qual se avaliam as necessidades e o impacto da migração, documentando a topologia atual da rede e planejando para minimizar interrupções.

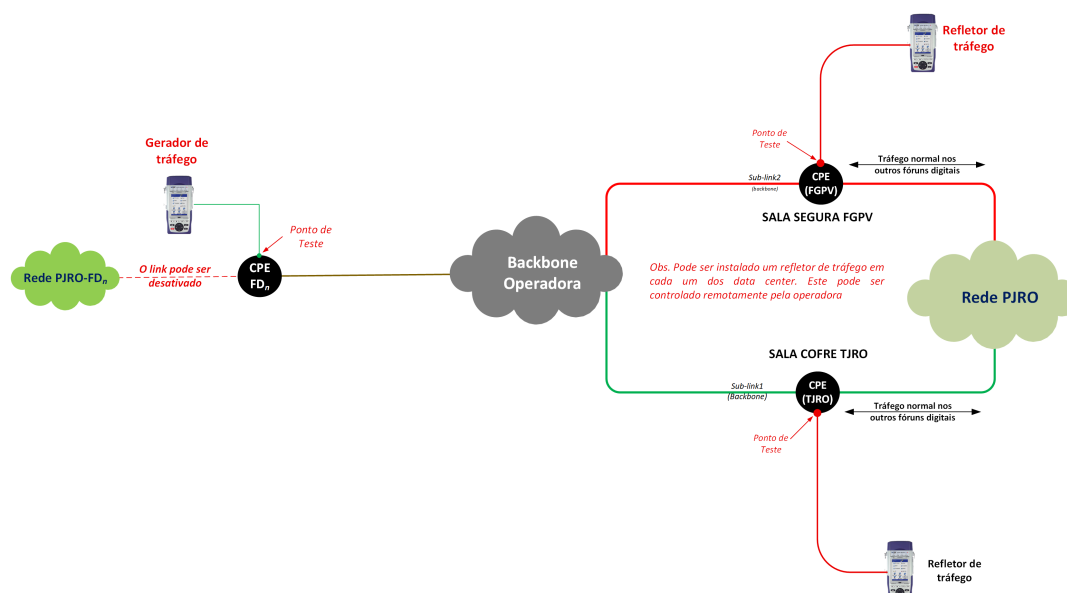
**1.4.** A Contratada deverá disponibilizar condições para o Tribunal acompanhar os Testes de Conformidade, após declarar que finalizou a instalação de determinado link, com a finalidade de aferir se a mesma possui condições de atender os indicadores mínimos de desempenho da qualidade do serviço a ser contratado.

**1.5.** Com o devido acompanhamento pelo Tribunal, a Contratada deverá, para cada *link* da rede **PJRO-FD**, realizar as medições constantes deste Anexo, as quais constarão de um **Relatório de Conformidade Individual** que será emitido em até **2 (dois) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à realização dos testes.

**1.6.** A aprovação nos Testes de Conformidade é requisito indispensável para o Recebimento Provisório da rede **PJRO-FD**. Caso o Relatório de um ou mais *links* indique a não conformidade em quaisquer dos parâmetros exigidos na forma descrita neste Anexo, a Contratada será notificada para regularizar os parâmetros não aprovados, conforme o prazo disponível para a entrega.

**1.7.** Os testes de conformidade dos links serão realizados nos pontos de acesso Ethernet localizados nos CPEs dos fóruns digitais e nos CPEs dos pontos concentradores localizados no Tribunal e no Fórum Geral de Porto Velho/RO (FGPV).

**1.8.** A imagem abaixo ilustra o procedimento dos testes a serem realizados:



**Figura 6 - Pontos de testes para homologação dos links**

## 2. PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DOS TESTES DE CONFORMIDADE

**2.1.** O recebimento provisório ocorrerá após a aprovação nos Testes de Conformidade, os quais serão executados mandatoriamente dentro da norma ITU-T Y.1564 (*Ethernet Service Activation Test Methodology*) no modo de Teste de Desempenho de Serviço, em todos os *links* da rede **PJRO-FD**.

**2.2.** A Contratada deverá acordar com o Tribunal o agendamento dos testes de todos os links.

**2.2.1.** Na solicitação do agendamento, a Contratada deve informar o cronograma acordado com o Tribunal, com data e horário e o nome completo, a identidade (número/órgão expedidor) e o CPF dos profissionais da Contratada para fins de autorização de entrada nos prédios do Tribunal.

**2.2.2.** A Contratada deverá observar os horários e condições de realização de testes, conforme acordado com o Tribunal.

**2.2.3.** Os testes somente serão iniciados após estarem devidamente preparados os ambientes no Fórum Digital (gerador de tráfego) e nos Data Centers (refletor de tráfego) de Porto Velho.

**2.2.4.** No horário estipulado, os técnicos da Contratada deverão comparecer simultaneamente no Fórum Digital e no Data Centers de Porto Velho/RO (*caso necessário*).

### 3. TESTES DE CONFORMIDADE DE ACORDO COM A NORMA ITU-T Y.1564

**3.1.** A Contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 2 (dois) testadores portáteis de Ethernet, do tipo appliance portátil “*handheld test set*” (não serão aceitos uso de testadores baseados em softwares de PCs), ora denominado como Testador, com os recursos de software habilitados para teste da ITU-T Y.1564 e características **similares** aos modelos descritos abaixo:

a) VeEX VePAL MX100+ Handheld Ethernet Test Set [<https://www.veexinc.com/products/mx100e-plus>];

b) SunLite GigE SLGE. [[https://download1.veexinc.com/SunLite-GigE/Release-Notes/4770/SLGE2\\_Release\\_Notes\\_01-01-0417\\_20140701.pdf](https://download1.veexinc.com/SunLite-GigE/Release-Notes/4770/SLGE2_Release_Notes_01-01-0417_20140701.pdf).]; e

c) Fluke Optiview XG. [<https://www.tequipment.net/FlukeNetworksOptiViewXG.html>.].

**3.2.** A alocação de cada Testador será feita conforme a seguir:

**3.2.1.** A Contratada deverá instalar um Testador no nó central, ora denominado "Refletor de Tráfego".

**3.2.1.1.** O Refletor de Tráfego deverá ser conectado à porta LAN de cada um dos CPEs concentradores CPE (FGPV) e CPE (TJRO) e, deverá ser configurado em modo *loopback*.

**3.2.2.** A Contratada deverá instalar um Testador no fórum digital, ora denominado "Gerador de Tráfego".

**3.2.2.1.** O Gerador de Tráfego deverá ser conectado à porta LAN do CPE de Acesso e deverá ser configurado em modo ITU-T Y.1564.

**3.3.** Dado que há conexão redundante ao *backbone*, por meio de 2 (dois) Data Centers (**Tabela 1**, constante no **item 3** deste Anexo, serão exigidos 2 (dois) testes para a avaliação do *link* e cada um desses testes deve contemplar a verificação individual de cada uma dessas conexões aos Data Centers.

**3.4.** A Contratada deverá configurar o Gerador de Tráfego para realizar os testes segundo a metodologia da ITU-T Y.1564 que deverá ter a duração de **120 (cento e vinte) minutos** para cada uma das conexões aos Data Centers.

**3.5.** Ao final do teste, a Contratada deverá registrar a visualização dos testes em arquivos de formato .pdf, os quais consistirão nos Relatórios de Conformidade Individual por *link*.

**3.6.** Os parâmetros a serem observados para a realização dos testes são os seguintes:

**3.6.1.** FLR (Frame Loss Ratio ou Perda de Pacotes): 1%.

**3.6.2.** FTD (Frame Transfer Delay ou Latência): 30 ms.

**3.6.3.** AVAIL (Availability ou Disponibilidade): 100%.

**3.6.4.** IR (Information Rate ou Banda): com as velocidades previstas na **Tabela 1**, constante do **item 3** deste Anexo.

**3.6.5.** O tamanho padrão dos quadros a serem utilizados nos testes será de 512 octetos.

**3.7.** O Gerador de Tráfego deverá ser configurado observando os limiares (*thresholds*) do subitem **3.6** deste Anexo.

## ANEXO III

### NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS (NSE)

#### 1. Disponibilidade do Serviço

**1.1.** O serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano. Desta maneira, a Contratada deverá estabelecer estrutura de operação para este nível de serviço.

**1.2.** A disponibilidade contratada mensal é apresentada nas tabelas a seguir.

Tempo máximo de parada mensal de 22 minutos - NSE de 99,95%				
Cidade	Backbone	Velocidade (Mbps)	Observação	Localidade
Porto Velho (Concentrador TJRO)	Fibra	velocidade $\geq$ 14.000 bps	Fibra	Sala cofre TJRO
Porto Velho (Concentrador FGPV)	Fibra	velocidade $\geq$ 14.000 bps	Fibra	Sala segura FGPV

**Fonte: Tabela I - Concentradores (localizados na cidade de Porto Velho)**

Tempo máximo de parada mensal de 4 horas - NSE de 99,44%				
Cidade	Backbone	Velocidade (Mbps)	Observação	Fórum mais próximo
Alto Paraíso	Fibra	500	Fibra	Ariquemes
Monte Negro	Fibra	500	Fibra	Ariquemes
Campo Novo de Rondônia	Fibra	500	Fibra	Ariquemes
Rio Crespo	Fibra	500	Fibra	Ariquemes
Cacaulândia	Fibra	500	Fibra	Ariquemes/Jaru
Castanheiras	Fibra	500	Fibra	Cacoal
Pimenteiras	Fibra	500	Fibra	Cerejeiras
Cabixi	Fibra	500	Fibra	Colorado
Gov. Jorge Teixeira	Fibra	500	Fibra	Jaru
Vale do Anari	Fibra	500	Fibra	Jaru
Vista Alegre do Abunã	Fibra	500	Fibra	Nova Mamoré
Urupá	Fibra	500	Fibra	Ouro Preto
Nova União	Fibra	500	Fibra	Ouro Preto
Mirante da Serra	Fibra	500	Fibra	Ouro Preto
Candeias do Jamari	Fibra	500	Fibra	Porto Velho
Jaci-Paraná	Fibra	500	Fibra	Porto Velho
Itapuã do Oeste	Fibra	500	Fibra	Porto Velho/Ariquemes
Cujubim	Fibra	500	Fibra	Porto Velho/Ariquemes
Seringueiras	Fibra	500	Fibra	São Miguel
São Felipe D'Oeste	Fibra	500	Fibra	Sta. Luzia
Alto Alegre dos Parecis	Fibra	500	Fibra	Sta. Luzia
Parecis	Fibra	500	Fibra	Sta. Luzia
Chupinguaia	Fibra	500	Fibra	Vilhena/Pimenta Bueno

**Tabela 2 - Fóruns Digitais - Tempo máximo de parada mensal.**



A Figura 7 apresenta as distâncias de cada fórum digital.

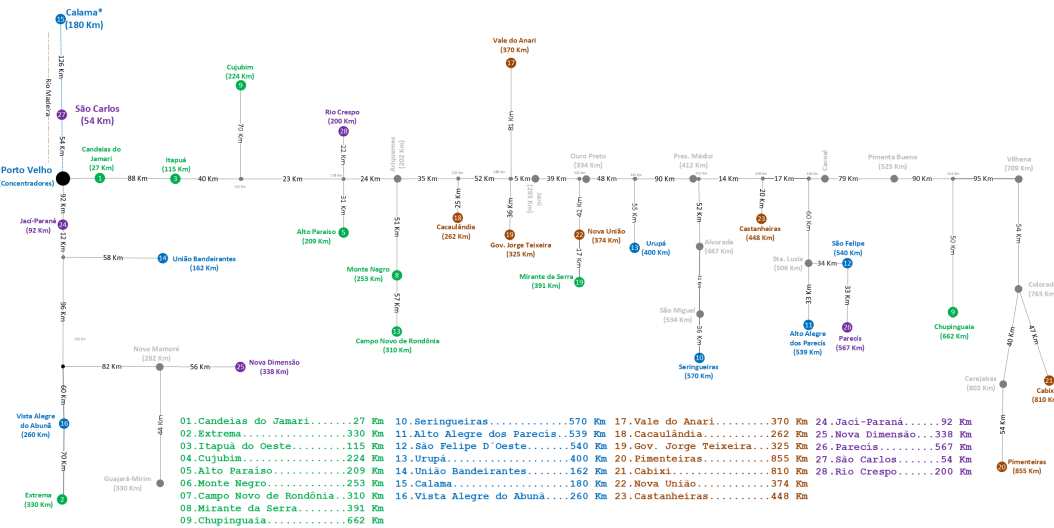


Figura 7 - Distâncias de Porto Velho para os Fóruns Digitais.

Tempo máximo de parada mensal de 6 horas - NSE de 99,17%				
Cidade	Backbone	Velocidade (Mbps)	Observação	Fórum mais próximo
União Bandeirantes	Fibra	500	Fibra	Nova Mamoré
Nova Dimensão	Fibra	500	Fibra	Nova Mamoré
Extrema	Fibra	500	Fibra	Nova Mamoré

Tabela 3 - Fóruns Digitais - Tempo máximo de parada mensal. - Localidades de longa distância no município de Porto Velho

Tempo máximo de parada mensal de 8 horas - NSE de 98,89%				
Cidade	Backbone	Velocidade (Mbps)	Observação	Fórum mais próximo
Calama	Fibra/Rádio	200 ≥ velocidade ≤ 500	Fibra/Radio	Porto Velho
São Carlos	Fibra/Rádio	200 ≥ velocidade ≤ 500	Fibra/Radio	Porto Velho

Tabela 4 - Localidades sem acesso terrestre - Tempo máximo de parada mensal. - Acesso via aérea ou via fluvial.

1.3. Cada concentrador instalado em Porto Velho/RO deve possuir interfaces ópticas de 25Gbps. Isso permitirá eventuais ampliações da largura de banda sem a necessidade de substituição de hardware.

2. Glosas a serem aplicadas em razão do descumprimento dos Níveis de Serviços Exigidos (NSE)

- 2.1. O não cumprimento da obrigação sujeitará à Contratada à aplicação da glosa correspondente à não prestação do serviço, conforme apresentado nas Tabelas 5, 6, 7 e 8 deste Anexo.
- 2.2. Para os concentradores instalados em Porto Velho/RO, o NSE mensal mínimo é de **99,95%**. Serão aplicados os percentuais de glosa e multa de acordo com o NSE mensal aferido apresentados na **Tabela 5** deste Anexo.
- 2.3. Em caso de falha simultânea nos dois concentradores será aplicada multa de **0,02%**, calculada sobre o valor mensal do link, por minuto de indisponibilidade.

Link	Índice de disponibilidade	Percentual de Glosa (%) sobre o valor mensal do link	Percentual de Multa (%) sobre o valor mensal do link
------	---------------------------	--	--

Concentradores em Porto Velho (edifício-sede e Fórum Geral)	$\geq 99,81\%$ e $< 99,95\%$	5	0
	$\geq 99,67\%$ e $< 99,81\%$	10	0
	$\geq 99,53\%$ e $< 99,67\%$	15	0
	$\geq 99,39\%$ e $< 99,53\%$	20	0
	$\geq 99,25\%$ e $< 99,39\%$	25	0
	$\geq 75,00\%$ e $< 99,25\%$	30	0,02%, calculada sobre o valor mensal do link, por minuto de indisponibilidade
	$\geq 50,00\%$ e $< 75,00\%$	50	
	$\geq 25,00\%$ e $< 50,00\%$	75	
	$< 25,00\%$	100	

Tabela 5 - Aplicação de Glosa para os Concentradores em Porto Velho com SLA mensal mínimo de 99,95%.

**2.4.** Para os Fóruns Digitais de Alto Paraíso, Monte Negro, Campo Novo de Rondônia, Rio Crespo, Cacaúlândia, Castanheiras, Pimenteiras, Cabixi, Gov. Jorge Teixeira, Vale do Anari, Vista Alegre do Abunã, Urupá, Nova União, Mirante da Serra, Candeias do Jamari, Jaci-Paraná, Itapuã do Oeste, Cujubim, Seringueiras, São Felipe D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Parecis e Chupinguaia, o NSE mensal mínimo é de **99,44%**. Serão aplicados os percentuais de glosa e multa de acordo com o NSE mensal aferido apresentados na **Tabela 6** deste Anexo.

Link	Índice de disponibilidade	Percentual de Glosa (%) sobre o valor mensal do link	Percentual de Multa (%) sobre o valor mensal do link
Alto Paraíso Monte Negro Campo Novo de Rondônia Rio Crespo Cacaúlândia Castanheiras Pimenteiras Cabixi Gov. Jorge Teixeira Vale do Anari Vista Alegre do Abunã Urupá Nova União Mirante da Serra Candeias do Jamari Jaci-Paraná Itapuã do Oeste Cujubim Seringueiras São Felipe D'Oeste Alto Alegre dos Parecis Parecis Chupinguaia	$\geq 99,30\%$ e $< 99,44\%$	10	0
	$\geq 99,16\%$ e $< 99,30\%$	15	0
	$\geq 99,02\%$ e $< 99,16\%$	20	0
	$\geq 98,88\%$ e $< 99,02\%$	25	0
	$\geq 75,00\%$ e $< 98,88\%$	30	0,02%, calculada sobre o valor mensal do link, por minuto de indisponibilidade
	$\geq 50,00\%$ e $< 75,00\%$	50	
	$\geq 25,00\%$ e $< 50,00\%$	75	
	$< 25,00\%$	100	

Tabela 6 - Aplicação de Glosa para os Fóruns Digitais com NSE mensal mínimo de 99,44%.

**2.5.** Para os Fóruns Digitais de União Bandeirantes, Nova Dimensão e Extrema, o NSE mensal mínimo é de **99,17%**. Serão aplicados os percentuais de glosa e multa de acordo com o SLA mensal aferido apresentados na **Tabela 7** deste Anexo.

Link	Índice de disponibilidade	Percentual de Glosa (%) sobre o valor mensal do link	Percentual de Multa (%) sobre o valor mensal do link
União Bandeirantes Nova Dimensão Extrema	$\geq 99,03\%$ e $< 99,17\%$	10	0
	$\geq 98,89\%$ e $< 99,03\%$	15	0
	$\geq 98,75\%$ e $< 98,89\%$	20	0

	$\geq 98,61\%$ e $< 98,75\%$	25	0
	$\geq 75,00\%$ e $< 98,61\%$	30	0,02%, calculada sobre o valor mensal do link, por minuto de indisponibilidade
	$\geq 50,00\%$ e $< 75,00\%$	50	
	$\geq 25,00\%$ e $< 50,00\%$	75	
	$< 25,00\%$	100	

Tabela 7 - Aplicação de Glosa para os Fóruns Digitais com NSE mensal mínimo de 99,17%.

**2.6.** Para os Fóruns Digitais de São Carlos e Calama, o NSE mensal mínimo é de **98,89%**. Serão aplicados os percentuais de glosa e multa de acordo com o NSE mensal aferido apresentados na **Tabela 8** deste Anexo.

Link	Índice de disponibilidade	Percentual de Glosa (%) sobre o valor mensal do link	Percentual de Multa (%) sobre o valor mensal do link
São Carlos Calama	$\geq 98,75\%$ e $< 98,89\%$	10	0
	$\geq 98,61\%$ e $< 98,75\%$	15	0
	$\geq 98,47\%$ e $< 98,61\%$	20	0
	$\geq 98,3\%$ e $< 98,47\%$	25	0
	$\geq 75,00\%$ e $< 98,33\%$	30	0,02%, calculada sobre o valor mensal do link, por minuto de indisponibilidade
	$\geq 50,00\%$ e $< 75,00\%$	50	
	$\geq 25,00\%$ e $< 50,00\%$	75	
	$< 25,00\%$	100	

Tabela 8 - Aplicação de Glosa para os Fóruns Digitais com NSE mensal mínimo de 98,89%.

Disponibilidade do serviço	Métrica	Valor limite aceitável	Medida administrativa
	<p>A disponibilidade mínima mensal do serviço em cada link.</p> <p><math>D = ((T_o - T_i)) / T_o \times 100</math></p> <p>Onde:</p> <p><math>D</math> = índice de disponibilidade do link (em %).</p> <p><math>T_o</math> = Tempo Total Mensal será de 43.200 minutos e, considerar-se-á o mês comercial de 30 (trinta dias);</p> <p><math>T_i</math> = Minutos Indisponíveis no Período por FALHAS IMPUTÁVEIS;</p> <p>Onde:</p> <p><math>D</math> = índice de disponibilidade do link (em %).</p> <p><math>T_o</math> = Minutos Totais no Período (60 x 24 x N° de dias do período);</p> <p><math>T_i</math> = Minutos Indisponíveis no Período por FALHAS IMPUTÁVEIS;</p>	<p>Disponibilidade mínima aceitável 99,44% (Unidades apresentadas na Tabela 2)</p> <p>Disponibilidade mínima aceitável 99,17% (Unidades apresentadas na Tabela 3)</p> <p>Disponibilidade mínima aceitável 98,89% (Unidades apresentadas na Tabela 4)</p> <p>Disponibilidade mínima aceitável 99,95% (Concentradores apresentados na <b>Tabela 1 (Fóruns Digitais e pontos concentradores)</b>, constante no <b>item 3 deste Anexo</b></p>	<p>Glosa: Desconto relativo ao tempo de inconformidade do link no mês, aplicado ao valor mensal do link conforme Tabelas 5, 6, 7 e 8.</p> <p>Multa: Medida administrativa relativa ao tempo de inconformidade do link no mês, aplicado ao valor mensal do link, quando a disponibilidade apurada conforme Tabelas 5, 6, 7 e 8.</p>

**O link será considerado indisponível:**

- a) a partir do início de uma interrupção, identificada pela CONTRATADA ou pelo Tribunal por meio de ferramentas de monitoramento, até o restabelecimento do serviço às condições normais de operação;
- b) quando o tempo de retardo da rede for superior a 30 ms;
- c) quando a taxa de perda de pacotes for superior a 1%; e
- d) quando a banda ofertada estiver abaixo do contratado.

No cálculo de disponibilidade, não serão IMPUTÁVEIS:

- a) Falha em algum equipamento da Contratada e que seja responsabilidade do Tribunal;
- b) Falha decorrente de procedimentos operacionais do Tribunal;
- c) Falha de qualquer equipamento da CONTRATADA que não possa ser corrigida por inacessibilidade causada pelo Tribunal; e
- d) Eventual interrupção programada, quando se fizer necessária ao aprimoramento e à implantação de adequações do serviço, desde que previamente negociada entre CONTRATADA e Tribunal.

No caso de indisponibilidade reincidente num período inferior a 3 (três) horas, contado a partir do restabelecimento do serviço da última inoperância, considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do serviço o início da primeira inoperância até o final da última inoperância, quando o serviço estiver totalmente operacional.

Tabela 9 - Acordo de Nível de Serviço.

## 2.7. Caderno de métricas

<b>Indicador: Perda de Pacotes</b>	
Descrição do Indicador	Representa a quantidade de pacotes perdidos fim-a-fim. É medida em percentual tomando como referência o volume total de pacotes que alcançaram o destino Indicador (medido na interface LAN do CPE do terminal de destino) dentre o volume total de pacotes transmitidos (medido na interface LAN do CPE do terminal de origem).
Fórmula de Cálculo	$TPP = (NP_{origem} - NP_{destino}) / NP_{origem} \times 100$ <p>Onde:</p> <p><math>TPP</math> é a Taxa percentual de Perda de Pacotes</p> <p><math>NP_{origem}</math> é número de pacotes enviados em uma ponta da conexão</p> <p><math>NP_{destino}</math> é o número de pacotes recebidos na outra ponta da conexão</p>
Periodicidade de Aferição	Sempre que o Tribunal julgar necessário, poderá ser solicitada a medição do percentual de perda de pacotes fim a fim, através de equipamento de teste especializado, onde a Contratada coletará informações em um intervalo de 5 minutos e calculará o percentual de perda de pacotes neste intervalo. A Contratada deverá iniciar a medição em, no máximo, 1 (uma) hora.
Limiar de Qualidade	<b>TPP Menor ou igual 1%</b>
Pontos de Controle	Medições a serem realizadas pela Contratada, permitindo auditoria pela Contratante para aferição dos valores deste indicador.
Relatórios de Níveis de Serviço (SLR)	A Contratada deverá disponibilizar, quando solicitado pelo Tribunal, relatórios com os valores das medições solicitadas, referentes ao percentual de perda de pacotes.

<b>Indicador: Latência de Pacotes</b>	
Descrição do Indicador	Entende-se como latência de pacote o tempo gasto entre a transmissão do primeiro bit de um pacote

	até a recepção do último bit do mesmo pacote, em apenas um dos sentidos da transmissão de dados.
Fórmula de Cálculo	<p>A apuração do retardo na rede do Tribunal será efetuada com o envio de pacotes ICMP de tamanho fixo de 32 octetos de dados, entre a origem e o destino localizados em sítios da rede dentro do mesmo <i>backbone</i> (VPNs MPLS), e retornando a origem onde será realizada a medição do tempo de resposta (<math>TR_n = RTT/2</math>) destes pacotes.</p> <p>O tempo de resposta limite a ser aguardado para cada pacote deverá ser de 5 segundos. Valores superiores a este tempo serão considerados “<i>timeout</i>”. Portanto, na ocorrência de <i>timeout</i>, deverá ser considerado como tempo de resposta o valor de 5 segundos.</p> <p>Cada medida deverá ser realizada através do envio de uma série de 5 pacotes ICMP por vez. O valor instantâneo do retardo referente a uma medida será igual à média aritmética de quatro valores extraídos conforme a medida do retardo (<math>Rt</math>).</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 10px 0;"> <math display="block">TR_{média} = (TR1 + TR2 + TR3 + TR4 + TR5) / 5</math> </div> <p>Onde:</p> <p><math>TR_n = RTT_n / 2</math>, Medida do Tempo de Resposta <math>n</math>, com <math>n</math> variando de 1 a 5.</p> <p><math>TR_{média}</math> = Média aritmética de 5 medições.</p> <p>O intervalo de observação deverá ser de 10 minutos.</p> <p>Todos os resultados obtidos através das medições deverão ser disponibilizados e considerados no indicador diário de Retardo.</p> <p>Para garantir a validade das medidas, a Contratada poderá configurar os <b>equipamentos de rede</b> (nível 3 da camada OSI) para tratarem os pacotes ICMP com prioridade, porém nunca superior ao restante do tráfego.</p> <p>A aferição só será válida quando a taxa de ocupação estiver inferior a 80% (oitenta por cento) da banda contratada.</p> <p>Os valores das médias diárias das medidas deverão ser inferiores ao valor estabelecido para o Retardo máximo permitido (limiar de qualidade).</p>
Periodicidade de Aferição	Diária, ou conforme solicitação do Tribunal.

Limiar de Qualidade	Valor máximo para a média aritmética encontrada. <b>30ms.</b>
Pontos de Controle	Medições a serem realizadas pela Contratada, permitindo auditoria pelo Tribunal para aferição dos valores deste indicador.

### 3. Da Verificação da Qualidade dos Serviços

**3.1.** O preço a ser fixado em Contrato para a realização do objeto se referirá à execução dos serviços com qualidade. Portanto, a execução contratual que atinja os objetivos dos serviços sem a qualidade (disponibilidade, latência, perda de pacote e prazo máximo de recuperação do serviço), importará no pagamento proporcional pelos serviços realizados, seguindo os critérios previstos no Termo de Referência.

**3.2.** Tais ajustes visam a assegurar ao o recebimento dos serviços contratados, mesmo diante de eventuais imperfeições em sua execução, observando os Níveis de Serviços Exigidos.

**3.3.** O procedimento para apuração de eventuais glosas a serem aplicadas será previsto no item referente ao pagamento no Termo de Referência.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DAS CHAGAS VITALINO FEITOSA, Assessor (a) Jurídico (a)**, em 31/03/2026, às 12:00 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5553955** e o código CRC **96C764EF**.